

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURAL

ALEX RICARDO MEDEIROS DA SILVEIRA

ENTRE *CALLES* E EIXOS:
PRÁTICAS DE PATRIMÔNIO NAS CIDADES
DE BRASÍLIA E HAVANA

BRASÍLIA

2010

ALEX RICARDO MEDEIROS DA SILVEIRA

ENTRE *CALLES* E EIXOS:
PRÁTICAS DE PATRIMÔNIO NAS CIDADES
DE BRASÍLIA E DE HAVANA

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade de Brasília, como
requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria
T. Ferraz Negrão de Mello

BRASÍLIA
2010

BANCA EXAMINADORA

Presidente/Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Maria T. Ferraz Negrão de Mello
Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em História

Examinadores:

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. David Rodney Lionel Pennington
Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Prof^ª. Dr^ª. Eleonora Zicari Costa de Brito
Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em História

Prof^ª. Dr^ª. Olga Cabrera
Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em História

Suplente:

Prof. Dr. José Otávio Guimarães
Universidade de Brasília

Aos meus pais, Léa Jobim e Waltemir Silveira,
que souberam fazer do encontro
nas ruas do Rio de Janeiro a dádiva da vida.

Aos cidadãos de Havana e de Brasília e,
em especial, aos que apreciam as belezas incontáveis
dessas capitais e lutam contra suas misérias, porque
amam, comemoram e sonham a cidade.

AGRADECIMENTOS

À minha amiga e orientadora, Professora Thereza Negrão, por ter inspirado essa tese, apoiado seu desenvolvimento e ser a grande educadora que é.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília, coordenado pela Prof^a. Albene Ferreira Menezes, pelo apoio acadêmico. Agradeço a todo o corpo docente do PPGHIS e, especialmente, às professoras Eleonora Zicari de Brito e Márcia Martins Kuyumjian, que me iniciaram no saber da história.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pela concessão de bolsa de estudo, aporte financeiro sem o qual não poderia ter mantido a pesquisa em um período de mudanças e turbulências, hoje superadas. Meus agradecimentos também a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – Finatec pelo apoio integral à participação no VII Congresso Internacional de Patrimônio Cultural, oportunidade do início da pesquisa em Havana.

Aos queridos Maria Ferreira, companheira da primeira viagem ao Caribe e de tantas outras, Ana Galluf (viva Cuba!), Carlos Bergamaschi, Carlos Mucury, Rogério Junqueira, Gustavo Lisboa e Valéria pela amizade afetuosa e o incentivo de sempre. À Anália e à Felipa, quituteiras de mão cheia, sou muito grato pelo carinho e pelos sabores. Aos amigos de pós-graduação, Márcia, Giliard e tantos outros que cultivam a universidade como espaço de diálogo. Aos colegas com quem lecionei na Universidade Católica de Brasília, Ivany Neiva (e seus livros generosos), André Carvalho, Duda Bentes, Newton Scheufler, Valda Queiroz, Flávio Coelho, Mauro Giuntini, Frederico Barbosa, obrigado por existirem; ao saudoso Milton Cabral Viana, aquele abraço, você ensinou que o tempo de doutoramento precisa ser vivido prazerosa e intensamente – recomendação que eu segui à risca.

Gostaria de lembrar também, numa relação certamente incompleta, de outros colaboradores e incentivadores. Em Cuba: Universidad de La Habana, Prof. Alejandro García, Prof^a. Digna Fuertes, Armando Garcia (galerista), Dr. Alejandro, María Grant (Opus Habana), Grisel Quintero (Biblioteca OHCH), ORCALC/Havana, Enrique, Jorgito, família do albergue, Madeline Noris e Maria Antonia. No Brasil: Prof. José Otávio Guimarães, Prof^a. Olga Cabrera, Prof^a. Nancy Aléssio e todos do NECOIM/CEAM/UnB, Odilé (Biblioteca/IPHAN), pessoal do Arquivo Central do IPHAN/Rio de Janeiro e da 15^a Sup. IPHAN/Brasília, Briquet de Lemos (e sua adorável livraria), Sandra Nui, Cedoc/Correio Braziliense, Cecília Medeiros, Eva Cláudia, João do Violão (Paranoá), Glenio Lima, Christyne Carvalho e companheiros do Inep.

Sou grato, ainda, ao meu filho, Ian Silveira, pela alegria cotidiana e à inspiração recebida de todos os autores e autoras que povoam essa tese.

[Brasília] se trata de uma cidade especial (por seu traçado, por sua arquitetura, por sua função política, por sua localização), mas também pela incidência explícita que teve em sua realização cotidiana todo o pacote de representações precedentes, como a confirmação extrema de uma hipótese da história cultural urbana: a hipótese de que a cidade e suas representações se produzem mutuamente.

Adrián Gorelik

¿Quién dijo que La Habana era vieja? Nunca hubo un *temps perdu*. Caminar por sus calles es recibir el legado de cada siglo y de cada época. Es un todo; una inmensa catedral gótica en la que se trabajó, pensó y soñó durante más de quinientos años.

Eduardo Torres-Cuevas

RESUMO

As práticas de patrimônio constituem uma série de operações, em vários planos (político, legal, institucional), que giram em torno da produção de bens patrimoniais. Essas práticas, realizadas por diversos atores (especialistas, autoridades, burocratas, ativistas) e entidades (públicas, privadas, não-governamentais, movimentos sociais), resultam em intervenções patrimoniais na cidade e na sociedade, interferindo nas lutas pela memória e na reprodução e usos da cultura praticados pelos grupos e coletividades. Há diferentes modalidades de práticas e de invocações da cultura e da memória, o que confirma a perspectiva histórica sobre as práticas enquanto formas diferenciadas de interpretação da realidade social, nas quais se afirmam posições e embates inerentes à vida social. O campo do patrimônio pode ser pensado, então, como espaço de batalhas sociais que buscam definir o que deve ou não se tornar patrimônio, as formas de patrimonialização e a estrutura de gestão. A questão do gerenciamento assume lugar de destaque, em função das relações intensas do patrimônio com a produção do espaço urbano, o capital imobiliário e os negócios turísticos.

Havana teve seu centro histórico convertido em patrimônio mundial pela Unesco (1982) na mesma década do Plano Piloto de Brasília (1987). O fenômeno patrimonial movimenta o Brasil, Cuba e todo o mundo, sendo as cidades indispensáveis ao conhecimento do tema. As *calle*s de Havana Velha, ligando praças, palácios e casas ao porto, são elementos que se destacam no reconhecimento do seu valor patrimonial e sintetizam a atribuição de valor histórico e cultural a todo aquele conjunto urbano. Os eixos de Brasília, por sua vez, são a expressão mais nítida do urbanismo moderno, da organização funcional, da beleza monumental de palácios e superquadras, condensando os significados em que se baseia a atribuição de patrimônio mundial ao Plano Piloto. A pesquisa do contexto havaneiro foi concebida como contraponto ao estudo de Brasília, indispensável, dada nossa hipótese sobre a mundialização do fenômeno patrimonial e a escala planetária das relações entre as metrópoles, o que exige a perspectiva comparativa.

RESUMEN

Las prácticas de patrimonio son una serie de operaciones en varios niveles (político, jurídico, institucional), que giran en torno a la producción de bienes patrimoniales. Estas prácticas, realizadas por diferentes actores (expertos, autoridades, burócratas, activistas) y organizaciones (públicas, privadas, organizaciones no gubernamentales, movimientos sociales), resultan en las intervenciones patrimoniales en la ciudad y la sociedad, interfiriendo en la lucha por la memoria y la reproducción y usos de la cultura practicada por grupos y comunidades. Hay diferentes modalidades de prácticas e invocaciones de la cultura y la memoria, lo que confirma la perspectiva histórica de las prácticas como formas de interpretar la realidad social, en que se afirman posiciones y conflictos inherentes a la vida social. El campo del patrimonio se puede considerar entonces como un espacio de luchas sociales que buscan definir lo que debe o no debe convertirse en patrimonio, las formas de patrimonialización y la estructura de gestión. La cuestión de la gestión asume una posición prominente en la luz de las amplias relaciones con la producción del espacio urbano, la capital inmobiliaria y los negocios turísticos.

La Habana tuvo su centro histórico convertido en patrimonio mundial por la Unesco (1982) en la misma década del Plan Piloto de Brasilia (1987). El fenómeno patrimonial movimenta el Brasil, Cuba y todo el mundo, y las ciudades son parte indispensable del conocimiento de la materia. Las calles de La Habana Vieja, vinculando plazas, palacios y casas hacia el puerto se destacan en el reconocimiento de su valor patrimonial y sintetizan la asignación de valor histórico y cultural de aquel conjunto urbano. Los ejes de Brasilia, a su vez, son la expresión más clara del urbanismo moderno, de la organización funcional y belleza monumental de palacios y superbloques, condensando los significados en que se embasa la asignación de patrimonio mundial al Plan Piloto. La investigación del contexto habanero fue concebida como un contrapunto al estudio de Brasilia, dada nuestra hipótesis sobre la globalización del fenómeno y la escala global de las relaciones entre las metrópolis, lo que requiere una perspectiva comparada.

SUMÁRIO

Introdução	
Entre <i>calles</i> e eixos: cidade e patrimônio	11
Parte I	
Brasília.	
Batalhas de patrimônio na cidade moderna	
<u>Capítulo 1</u>	
Relatos do Planalto Central e da invenção da capital	31
1.1 A região do Planalto Central	33
1.2 Relatos da nova capital	39
1.3 Arquitetura e modernidade na <i>cidade-síntese das artes</i>	47
1.4 Economia, política e utopia	54
1.5 A sedução monumental e o esquecimento do habitar	58
1.6 O regional como complexidade	64
<u>Seção Ilustrada I (Brasília)</u>	
<u>Capítulo 2</u>	
A conversão do Plano Piloto e a efervescência patrimonial dos anos 80 (séc.XX)	68
2.1 O pensamento patrimonial de Aloísio Magalhães e o GT-Brasília	71
2.2 Um governador para a transição e a retórica do tombamento	79
2.3 Anos 80: a primeira explosão urbana	84
2.4 Discursos em conflito: invenção urbanística <i>versus</i> memória regional?	87
2.5 A batalha patrimonial	92
2.6 Brasília patrimônio mundial: exclusão e fim da ebulição	100
<u>Capítulo 3</u>	
Patrimônio e cidade: a problemática urbana	109
3.1 Cidades satélites e periferização rodoviária	112
3.2 Lutas pela moradia	117
3.3 A polêmica monumental da Praça da Soberania	122
3.4 O “Tombo” e os patrimônios esquecidos	129

Parte II

Havana.

Práticas de patrimônio na cidade histórica

Capítulo 4

La Habana Vieja, a emergência do centro histórico e a gestão da Oficina do Historiador

134

4.1 A Chave do Novo Mundo, antes e depois das muralhas

136

4.2 A emergência do centro histórico de Havana

143

4.3 A conversão em patrimônio mundial

e a Oficina do Historiador da Cidade

148

Seção Ilustrada II (Havana)

Capítulo 5

Patrimônio e turismo: invocações da cultura e da memória

159

5.1 Havana Velha, o patrimônio urbano como território turístico

163

5.2 Ruínas e contradições

171

5.3 Cooperação patrimonial, turismo e revolução

182

Parte III

História e Patrimônio

Capítulo 6

Memória, cultura e patrimônio

189

6.1 Memória e monumento

191

6.2 Cultura e história

201

6.3 Tempo e patrimônio

212

Conclusão

Brasília e Havana: comparando patrimônios

219

Referências

238

Fontes Citadas

250

Introdução

Entre *calles* e eixos: cidade e patrimônio

A cidade floresceu, no passado, como recinto fortificado contra as agressões do mundo exterior. O cidadão buscou nela a proteção que não poderia obter no campo, subordinando outros interesses à manutenção da segurança e ao poder do soberano.¹ As cidades, assim, forjaram espaços de resistência e de luta, em combates que envolviam, frequentemente, uma cidade e outra. Basta lembrar o conflito, narrado no clássico de Tucídides, *A História da Guerra do Peloponeso*, entre Atenas e Esparta. O medo da ameaça externa é bem evidenciado pela edificação de muralhas, que a sofisticação das armas de guerra acabaria tornando obsoletas. Foi como espaço de luta entre os próprios cidadãos, de fato, que a cidade chegou aos nossos dias.² As cidades do século XXI permanecem obsedadas pela segurança, mas o medo da violência na cidade não se confunde com outro sentido, também atual, em que a cidade se pensa ameaçada. Há um instigante, nem sempre percebido, deslocamento do modo como se representa e constrói nosso desamparo, da remota busca de “proteção na cidade” passamos à notável mobilização social, razão de ser deste estudo, pela “proteção à cidade”.

A ordem agora é conservar as memórias visíveis nas ruas, edifícios, praças ou em quaisquer paisagens urbanas, com seus monumentos, obras de arte, práticas culturais e inúmeras formas e relatos provenientes do passado, “objetos investidos de significação”, conforme pensou Krzysztof Pomian.³ A cidade se põe encarregada, então, de conservá-los. Mediante dispositivos nacionais e internacionais e práticas específicas vamos selecionando, restaurando e promovendo nosso *patrimônio*. Palavra que reúne, em suas fronteiras de

¹ Isso não é verdadeiro para todos os lugares e épocas, a afirmação se baseia na discussão sobre a cidade antiga e a medieval no Ocidente, especialmente na Europa, desenvolvida por Lewis MUNFORD. Ver **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 59-64; 425-433.

² BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

³ POMIAN, Krzysztof. Apud HARTOG, François. **Regimes d'historicité**: présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003, p.166.

significação, desde a defesa dos bens de família, das riquezas materiais ou mesmo da vida, a outros valores contemporâneos associados à história, à memória e à cultura. Tudo se passa como se as sociedades urbanas buscassem proteção contra o esquecimento, lembrando suas glórias e, às vezes, seus horrores.

Em nome do patrimônio as cidades vão se transformar, renovar, restaurar o velho como novo, erguendo bastiões pós-modernos destinados a manter viva a cidade metafórica, povoada de símbolos e espaços de memória. Para continuar escrevendo a história da cidade é tarefa indispensável, eu penso, contar a história do patrimônio da cidade. Até porque, sabemos que a salvaguarda de monumentos, documentos e outras obras da criação humana é também resultado das relações de força na sociedade, de batalhas pela memória e pelo poder. Um processo contínuo e conflitante que é preciso desnaturalizar, desde o primeiro instante, para fazer valer o olhar que, de pleno direito, se chame historiográfico.

As cidades não nascem patrimônio, mas podem viver um processo de conversão que tem sido nomeado de *patrimonialização*. Quando ocorre a conversão de uma cidade em patrimônio é, quase sempre, só um território dela (centro histórico, sítio urbano, etc.) que recebe o título honorífico e alguma forma de gestão nesse sentido. Entretanto, o fenômeno que estudamos não incide apenas sobre edificações e lugares, o conjunto das realidades incluídas no rol do patrimônio se alarga a cada dia, estejam eles dentro ou fora das cidades. Primeiro foram os monumentos, a arquitetura, a pintura e a escultura, depois os sítios e artefatos arqueológicos, urbanos e, logo, o meio ambiente, as paisagens naturais e ecossistemas, aos quais se incorporaram, mais recentemente, saberes e fazeres cotidianos, ritos, festas e diversas expressões artísticas, chegando a incluir até mesmo genes e células. Nada disso, é preciso dizer, tem uma natureza patrimonial intrínseca, são as sociedades políticas que, em dinâmicas singulares, vão rotulando e lançando sobre cada coisa ou prática humana o véu da conservação.

As cidades são, certamente, o palco principal das práticas de patrimônio, fato compatível com a importância da cidade na contemporaneidade. Segundo Santos, “o espaço produtivo (...) é cada vez mais a cidade, onde também as populações humanas se concentram mais”, além delas terem se tornado “o meio de existência para a maior parte

das pessoas”.⁴ Se a preeminência das cidades sobre as demais formas de produção do espaço é bem conhecida, o autor chama a atenção para uma nova condição que marcaria a existência delas: a vocação mundial que “as envolve num movimento cujo ritmo não é dado apenas pela própria cidade, ou seu próprio país, mas pelas exigências de uma competitividade cuja escala é planetária”.⁵ Para estabelecer as relações significativas entre a cidade e o patrimônio, a observação deve contemplar essa escala. Na competição globalizada entre as cidades é possível identificar o papel do patrimônio como prática que utiliza certos estoques simbólicos em manobras de “defesa” e de “ataque”.

Vale lembrar o fato da legislação internacional para salvaguarda de bens culturais ter surgido como resposta à situação de guerra, a Convenção de Haia, de 1954.⁶ Paulatinamente, entretanto, a preocupação com o patrimônio vai se descolar dos tempos de guerra e se tornar uma política contra a degradação da memória e a “perda” da cultura, justificadas em função da anomia social de nossa época.⁷ Os governos, por sua vez, têm percebido oportunidades abertas pela inclusão de monumentos e sítios urbanos ou naturais na Lista do Patrimônio Mundial, ingrediente da promoção do turismo ou da captação de investimentos e de eventos internacionais. Conservação patrimonial que, paradoxalmente, intensifica a circulação de pessoas, mercadorias e informações e, numa causalidade mútua, configura e re-configura o espaço urbano.

Daí a possibilidade de desenvolver esta pesquisa sobre dois eixos, o patrimônio e a cidade, explorando a dinâmica, já anunciada por Adrián Gorelik em epígrafe, entre a cidade (com seus espaços) e as representações dela (materializadas em práticas). Para pensá-la é conveniente começar esclarecendo o que entendo como espaço urbano. Contamos, nesse sentido, com o conhecimento geográfico e a *economia política* das cidades, desenvolvida por Milton Santos, um fundamento epistemológico para esse debate. Santos, depois de criticar a

⁴ SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade**: o caso de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009, p.115.

⁵ SANTOS, Milton. *Idem*, p.125.

⁶ Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, ela adota pela primeira vez a expressão bens culturais, introduzindo o conceito de patrimônio cultural da humanidade. Cf. SILVA, Fernando. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Peirópolis: EDUSP, 2003, p.57.

⁷ O preâmbulo da Convenção Relativa a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada, em 1972, pela 17ª Conferência Geral da UNESCO, explicita essa crítica à uma autofagia contemporânea.

plausibilidade da construção de conceitos puros, acompanhando o pensamento de Bruno Latour, propõe a concepção do espaço como aquele formado pela relação dialética entre o “resultado material acumulado das ações humanas através do tempo” e as “ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade”.⁸ O primeiro componente é estudado como a paisagem, relativamente imutável seria como a “história congelada”, a qual as ações, que a cada momento geram uma “situação única”, se agregam e configuram o espaço.

O espaço é “sempre um presente”, porque passado e futuro. Condição que não impede que se faça uma aproximação histórica. Ela apenas aponta, segundo Santos, para a inseparabilidade entre “sistema de objetos” e “sistema de ações”. A definição de espaço se dá, portanto, a partir da compreensão do efeito do tempo. A paisagem enquanto “trabalho acumulado” – que as *formas-objetos* e a maquinaria da cidade de ontem representam bem – é transformada em espaço, cotidianamente, pela “intrusão da sociedade”. Há nisso tudo um aspecto central para a construção do objeto de reflexão desta pesquisa. É preciso observar, nessa intrusão da sociedade, “as modalidades de incidência das práticas”, são elas que operam as contradições no sistema de objetos e técnicas.⁹ Daí a importância de contar a história do patrimônio nas cidades, porque são “os fenômenos que criam os espaços”, ideia que me parece fundamental à hipótese de que diferentes modalidades de práticas patrimoniais contribuem para a formação de espaços particulares e que, conhecê-los, implica investigar historicamente o significado dessas ações humanas, como “sistema de valores, que se transforma permanentemente”.¹⁰

A essa altura já nos aproximamos bastante daquilo que o leitor encontrará adiante: o fenômeno do patrimônio será estudado aqui a partir das práticas que configuram espaços e realidades em duas cidades, Brasília e Havana. Especialmente, como determinadas práticas se apropriaram dessas paisagens que, por certas características e processos, acabaram

⁸ SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 95-110.

⁹ BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva: 2004, p.16.

¹⁰ SANTOS, Milton. Op. Cit. Sobre a relação entre fenômeno e espaço, o autor se refere à perspectiva aberta pelo artigo “La Géographie aux champs”, publicado na revista **Espaces-Temps**, n. 1, 1975.

convertidas em patrimônio. Antes de falar sobre as duas cidades, gostaria de sublinhar a notável analogia entre o pensamento de Michel de Certeau, no campo da história, e o de Milton Santos, comentado acima. Certeau também estabelece distinções indispensáveis à definição de espaço, contrastando-o à noção de *lugar*. “O espaço estaria para o lugar” assim como a fala para a palavra, retomando assim a oposição fundadora da lingüística moderna entre língua e fala.¹¹ Cada lugar é pensado como uma posição que o distingue de outros, sendo que dois aspectos merecem atenção especial: os modos como se constrói o que é “próprio” de um lugar e a distribuição deles no sistema. Mas, são especialmente as ações narrativas e experiências que, com temporalidades nem sempre coincidentes, “atravessam e organizam lugares”¹², criando espaços que também não correspondem exatamente aos territórios ou lugares. Basta lembrar os espaços de fronteira, onde se produz tanto a separação quanto a comunicação.

Os lugares aparecem como se fossem os elementos de uma matriz semântica, estáveis, no que se assemelham às paisagens na visão de Milton Santos. Os espaços, de outro modo, precisam ser concebidos, conforme propôs Merleau-Ponty, em sua condição “antropológica”. Sobre esse fundamento, Santos e Certeau não divergem, o espaço é o efeito das operações realizadas por sujeitos históricos que circunstanciam e temporalizam os lugares da cidade, com a força de seus movimentos, vontades e memórias. O exemplo clássico vem da própria cidade, a rua, “geometricamente definida por um urbanismo”, transformar-se-ia em espaço pela performance dos pedestres. Dessa maneira Certeau, com uma ênfase incomparável, vai costurando a experiência cotidiana à produção do espaço.

Se as paisagens e os lugares têm a aparência de uma permanência (do passado) a ser decifrada, os espaços, ao contrário, devem ser entendidos na sua dinâmica cotidiana. Afinal, trata-se de abordar a existência dos praticantes, porque “todo espaço é existencial”.¹³ Enquanto Santos costura o sistema de objetos ao sistema de ações, fazendo a passagem da paisagem ao espaço, Certeau nos demonstra o deslocamento efetuado pelas ações –

¹¹ CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: 1. artes de fazer. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 202.

¹² CERTEAU, Michel. Idem, p.203.

¹³ CERTEAU, Michel. Ibidem, p.202.

inclusive narrativas – sobre as demarcações cartográficas, fazendo a passagem do lugar ao espaço. Ambos sugerindo que a percepção do espaço deve ser buscada, para além dos objetos e imagens que se repetem, nas práticas cotidianas que os engendram.

Por essa razão fizemos do centro de nossa observação, sobre cidade e patrimônio, as práticas que procuram representar a memória ou a cultura de um bairro, uma cidade ou uma nação. Parafraseando Certeau, o patrimônio é, atualmente, uma atividade que qualifica o espaço.¹⁴ Na perspectiva desta pesquisa, que engloba, sem opor, ações patrimoniais e relatos do espaço, encontro abrigo teórico-conceitual em outro autor muito caro à História Cultural, Roger Chartier, ancorando aí o entendimento sobre as práticas que fazem a ponte entre cidade e patrimônio.

Chartier, nos anos 80, procura ir além do que François Dosse chamou de retorno do evento e do sujeito e para isso põe em revista postulados da história cultural francesa. Sugere retomar a noção de representação, resgatando sua linhagem nas ciências sociais, mas “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo” são remetidas às próprias posições e embates forjados na vida social.¹⁵ Toma as representações, assim, num sentido historicamente determinado, porque, conforme pondera, “as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas)”.¹⁶ Dialoga, obviamente, com Michel Foucault, mas trazendo a noção de *prática discursiva* para a história – daí a célebre “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” – enquanto, para o filósofo, “as regras de funcionamento dos enunciados e suas regularidades” eram pensadas para além das condições particulares de seu exercício.¹⁷

¹⁴ Citado por Paul Virilio, apud DOSSE, François. O Espaço Habitado segundo Michel de Certeau. **Revista ArtCultura**, n. 9, p. 82-92, 2004.

¹⁵ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002, p.18. A referência ao trabalho de Durkheim e Mauss aí é explícita.

¹⁶ CHARTIER, Roger. *Idem*, p.27.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. Note-se nessa obra, por exemplo, a afirmação do filósofo: “as práticas discursivas, em que pesem serem 'anônimas', o sujeito está lá, mas não importa, seriam sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma

A noção de apropriação foi o ponto de inflexão em direção a uma história das práticas. Se a representação é o fundamento, a “pedra angular”, da história cultural, as práticas de apropriação cultural são o próprio objeto da disciplina. A problemática do “mundo como representação” inclui, sem dúvida, as práticas discursivas (“produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões”), que não estão separadas das demais práticas.¹⁸ Seguindo sua teoria da história, no sentido de como se deve estudá-la¹⁹, Chartier desenvolveu um campo fértil de pesquisas sobre os modos de leitura, o trabalho dos editores e as modalidades de recepção da escrita.

Paul Veyne chega a afirmar que “as representações e os enunciados fazem parte das práticas”²⁰, ainda que não se possa reduzir o discurso à prática, ou vice-versa, as práticas revelam “formas diferenciadas de interpretação”.²¹ Os historiadores não devem procurar categorias universais, mesmo que particularizadas para cada época, razão pela qual não fiz dos conceitos de patrimônio, disponíveis num ou outro lugar, o objeto dessa tese. O que se estuda aqui são as práticas de patrimônio, que podem ser encontradas em diferentes instituições, movimentos populares e subjetivações, e como, com suas operações de conversão e de gestão, vão configurando espaços e memórias das cidades. Ao lado disso, estudar e cotejar essas práticas em diferentes cidades, dado o cenário mundializado, já comentado acima, tornou-se uma demanda ineludível da pesquisa, a exigir, ainda mais, a pluralização das fontes.

A escolha de Brasília como plano de observação se impôs como continuidade da trajetória acadêmica do autor, bem como do próprio programa de pós-graduação da

dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (p.136).

¹⁸ CHARTIER, Roger. *Idem*, p.78.

¹⁹ DROYSEN, J. Apud RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UnB, 2001, p.27.

²⁰ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4ªed. Brasília: UnB, 1982, p.252.

²¹ Não se trata mais do sentido que lhe dá Foucault em *l'Ordre du Discours*, onde a “apropriação social dos discursos” é um dos processos de controle. Cf. CHARTIER, *Ibidem*, p.137.

Universidade de Brasília.²² Além de ser uma cidade ímpar na sua imagem e contrastes, que exerce forte sedução sobre os “cerratenses” que vivem nela, para lembrar uma expressão de Paulo Bertran. Já a opção por Havana, ainda que como contraponto, não tem nada de óbvio. Porém, como Marcel Detienne, um comparativista convicto, ensinou, o exercício da comparação pressupõe ter à mão hipóteses abertas; até porque as sociedades, como nós sabemos, não precisam ser contíguas, nem coetâneas, para que possam ser comparadas.²³ A escolha de Havana foi marcada, certamente, por afinidades pessoais, pelo lugar social da pesquisa²⁴ e por boa dose de aposta científica, motivações que nem sempre conseguimos formular claramente. Seja como for, a cidade de Havana se mostrou, por várias razões, uma realidade muito adequada ao objeto desse trabalho. Tal como Brasília, Havana é a capital de uma república e teve seu centro histórico convertido em patrimônio mundial pela Unesco (1982) na mesma década do Plano Piloto de Brasília (1987). Apesar das circunstâncias diversas de patrimonialização, há entre essas duas capitais latino-americanas relevantes sintonias na formação étnico-social, na arte, na religião e em tantos outros *matizes caribenhos* que ressoam aqui e lá.²⁵

Pensar o patrimônio das *calles* havaneiras e dos eixos brasilienses é, *por supuesto*, oferecer um exercício comparativo, mas o que se enquadra, em primeiro plano, são as realidades urbanas de cada uma delas (partes I e II), esboçando (nos capítulos de abertura) seus enraizamentos históricos. O solo histórico nos dá suporte para tratar da onda patrimonial nas duas cidades e, assim, por em perspectiva esse fenômeno que vem movimentando países em todo o mundo. As *calles* de Havana Velha e suas *callejuelas*, ligando praças, palácios e casas ao cais, são elementos que se destacam no reconhecimento do seu valor patrimonial e sintetizam, pelo barroquismo (Carpentier), a atribuição de valor

²² Esta tese se desenvolveu no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, com a orientação da Prof^a. Dr^a Thereza Negrão de Mello, e é tributária do ambiente de reflexão sobre a história da capital.

²³ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004, p.52.

²⁴ O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília vem abrigando um número bastante considerável de teses sobre a história e a cultura caribenha.

²⁵ Ver, por exemplo, NEGRAO DE MELLO, M. Thereza. Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes em espaços discursivos brasileiros. In: ALMEIDA, Jaime et all (org.). **Cenários Caribenhos**. Brasília: Paralelo 15, 2003.

histórico e cultural a todo aquele conjunto urbano. Os eixos de Brasília, por sua vez, são a expressão mais nítida do urbanismo moderno, da organização funcional, da beleza monumental de palácios e superquadras, condensando a atribuição de significados em que se baseia a conversão do Plano Piloto em patrimônio mundial. *Calles* e eixos são, simultaneamente, cenários concretos da vida cotidiana e duas metáforas espaço-temporais que fertilizam qualquer pensamento que se encontre neste trabalho.

*

Foi com o espírito aberto a tal experiência de conhecimento que iniciei a produção das fontes de pesquisa. Na internet, procurei conhecer os websites dos principais organismos voltados ou ligados ao patrimônio no Brasil e em Cuba. Há um grande conjunto de informações disponíveis nas páginas virtuais da Unesco, que é exatamente a maior difusora da adoção de medidas de conservação nessa área. Considerando o contexto de mundialização da questão, era preciso identificar e estudar as principais recomendações, convenções ou cartas patrimoniais produzidas em fóruns de debates que reuniram especialistas de várias nacionalidades. São exemplos desses concertamentos no âmbito intelectual e político, alguns deles com vinculação jurídica, a Carta de Atenas (CIAM, 1933), a Carta de Veneza (Icomos, 1964), a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Unesco, 1972), a Declaração do México (Icomos, 1985), a Carta de Washington (Icomos, 1986), a Declaração de Sofia (Icomos, 1996), a Carta de Mar del Plata (Mercosul, 1997), a Carta de Fortaleza (IPHAN, 1997) e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003).²⁶

Estes e outros documentos internacionais têm papel relevante na produção de um acervo teórico relativo ao conceito de patrimônio, sua classificação em categorias, a polêmica sobre o tangível e o intangível, o material e o imaterial, os modos de restauração e conservação das cidades históricas. Ao lado da bibliografia científica, as diversas fontes que integram o corpus documental permitiram, com a crítica metódica, traçar um panorama dos

²⁶ Uma excelente obra de referência, nesse sentido, foi publicada no Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ver CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. Icomos é a sigla do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

limites e do desenvolvimento do debate nesse campo. Um *background* que, nem sempre, se coloca de maneira evidente ao longo dos capítulos. Exceto, talvez, em relação ao último, onde me permito especular sobre as relações entre memória, cultura e patrimônio.

Aprendemos com Marc Bloch, disse Jacques Le Goff, que “um fenômeno histórico jamais se explica plenamente fora do seu momento”.²⁷ Daí a prioridade na identificação dos arquivos e acervos de documentos sobre os eventos que motivaram e concretizaram a inclusão das duas cidades na lista do patrimônio mundial. Opção metodológica que se mostrou eficaz em Brasília, onde fontes primárias e secundárias contribuíram para compor, em detalhes, a conjuntura de patrimonialização da capital brasileira. Um resultado que não se repetiu em Havana, pelas razões que comentarei mais adiante. Em Brasília, depois de navegar um tanto sem rumo pelo arquivo e pela biblioteca da sede nacional do Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN, encontrei na 15ª superintendência do mesmo Instituto, num prédio ao lado, uma caixa valiosa de documentos (“Dossiê Brasília”) que, de forma desorganizada, mas eloqüente, sugeriu as primeiras indagações sobre a situação de conflito que antecedeu a proclamação patrimonial. A existência de um “Grupo para Preservação do Patrimônio” e da recomendação da Unesco para a delimitação legal da área a ser protegida já aparecem ali, em agosto de 2007.

Na primeira viagem a Cuba, eu estava ciente das dificuldades que encontraria, alertado sobre as formalidades que costumam ser exigidas aos pesquisadores estrangeiros. Mas, optei por não traçar um plano de pesquisa, até porque a participação no VII Congresso Internacional de Patrimônio Cultural, que ocorreu entre 17 a 21 de março de 2008, em Havana, propiciaria um ótimo campo de observação, incluindo inúmeros casos e análises de conservação patrimonial na cidade e a presença dos especialistas envolvidos.²⁸ Era preciso, antes de tudo, conhecer Havana Velha e, portanto, perder-me em suas ruas, seguindo o método de Walter Benjamin. Por um desses acasos que depois se revelam importantes,

²⁷ LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

²⁸ A participação no VII Congresso Internacional de Patrimônio Cultural em Havana contou com o apoio integral da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, nele apresentei o artigo intitulado “Panorama da história do patrimônio cultural no Brasil (1972-2003) e uma breve comparação com a trajetória cubana: significado, legislação e gestão”.

instalei-me no bairro de Vedado, a meio caminho entre o local do congresso e o centro histórico. Para conhecer o urbanismo havaneiro é preciso estar em Vedado, assim como para conhecer Havana Velha, segundo o arquiteto e restaurador cubano Daniel Taboada, “é preciso vir aqui”. Foi pela *Plaza de Armas*, a sala de visitas de que fala Taboada, que iniciei minhas perambulações por Havana Velha. Munido de máquina fotográfica e de um caderno de notas fiz o que era preciso, vivenciá-la. Lewis Mumford, do monumental *A Cidade na História*, lamenta ter deixado de fora cidades de muitos países e regiões, inclusive da América Latina, mas justifica as ausências como uma questão de método, pois não poderia analisar as cidades em que não acumulou “experiência e observação pessoal”.²⁹

Quando, mais tarde, pude estabelecer, sistematicamente, os lugares de pesquisa e as fontes para a história do patrimônio havaneiro – não em toda a Província, mas para a área convertida em bem mundial –, deparei-me com o gigantesco aparato institucional da *Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana*, ou, numa tradução literal, o Escritório do Historiador da Cidade de Havana. A onipresença dessa entidade enviou a produção das fontes, direcionando-as para compor um painel da prática patrimonial da dita Oficina. A ênfase na estrutura e nos processos de gestão assumiu, em Havana, dimensão privilegiada quando, um ano depois da primeira experiência, estive por mais duas semanas em Havana.

Identifiquei e transcrevi documentos do Arquivo Histórico de Havana, mantido pela referida *Oficina del Historiador* (OHCH), entidade atualmente responsável pelo perímetro inscrito na Unesco e arredores. O Arquivo está situado no Palácio dos Capitães Gerais, que é também a sede do Museu da Cidade e da própria Oficina. Palácio que receberia, naquela época, a Biblioteca de História Cubana e Americana, chefiada pela historiadora Grisel Quintero, com quem gravei entrevista sobre a gestão da OHCH. Na redação da Revista *Opus Habana* conversei com jornalistas e adquiri exemplares do periódico. Até mesmo os silêncios da empresa de capital aberto Habaguanex, parte do sistema patrimonial da *Oficina*, serviram para confirmar hipóteses, mas, ainda assim, obtive resposta para uma ou duas perguntas, formuladas, na entrada do edifício, à gerente comercial daquela corporação. A Direção de Patrimônio da OHCH, com sede na Praça da Catedral, foi mais receptiva; várias publicações, cedidas em arquivo digital, aparecem ao longo da tese. O Centro Nacional de Conservação,

²⁹ MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Restauração e Museologia – CENCREM também foi visitado, embora ele não faça parte da gestão do centro histórico, o CENCREM funciona lá, no antigo Convento de Santa Clara – um dos mais antigos imóveis de Havana Velha – e está voltado para o ensino da restauração e da conservação patrimonial e para a gestão de museus havaneiros.

A produção de outras fontes orais foi imprescindível, pois era necessário conhecer o ponto de vista de moradores, um contingente de mais de setenta mil pessoas, vivendo sob o impacto crescente da gestão de patrimônio. Assim, entrevistei albergados e moradores de uma *ciudadela*, um edifício subdividido em cômodos precários e pude conhecer, de perto, um pouco do sofrimento dos trabalhadores de baixa renda em Cuba. Alguns vivem em condições semelhantes às aquelas encontradas em metrópoles das sociedades de livre mercado. Vale apontar, ainda, as incontáveis conversas com havaneiros, integrantes das famílias que alugam *habitaciones* para turistas, motoristas de táxi, homens e mulheres, trabalhadores do ramo turístico e empregados da Oficina do Historiador, diálogos que contribuíram para delinear um painel formidável sobre a conjuntura política e social cubana.

Aproximações do cotidiano que só aparecem nesta narrativa como pano de fundo compreensivo, dado que o objeto da pesquisa não se confunde com a infundável polêmica, ainda em voga, sobre o regime cubano. Os encontros *callejeros* foram, entretanto, fundamentais para entender as práticas de patrimônio e, para além delas, o caráter e a disposição das pessoas que não têm poder na burocracia. Muitos cubanos já debatem abertamente seus problemas, tais como as privações relacionadas ao consumo e as restrições impostas pelo Estado à liberdade individual, sugerindo pensar que a revolução não está encerrada e que há uma evidente, mas ainda indefinível, renovação em andamento.

De volta ao Brasil, merece destaque o Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que permanece no Rio de Janeiro, mesmo depois da mudança da capital, e situado no Palácio Capanema. Numa curiosa circularidade de significados, trata-se do palácio que foi projetado por Lúcio Costa e Niemeyer, dentre outros, para ser o ministério da educação e saúde, em 1937. O primeiro prédio que pretendia simbolizar a modernização do Estado brasileiro era também a estréia dos arquitetos que mais tarde conceberiam o Plano Piloto e lá, hoje, é que estão guardados os principais documentos

sobre o “patrimônio de Brasília”, com destaque para a atuação da dupla. No Arquivo Central se destaca o “Conjunto representativo do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano de Brasília”, exemplar do dossiê da candidatura de Brasília encaminhado a Unesco, cuja reprodução é proibida, mas está disponível para leitura.

Nesse itinerário brasiliense, a pesquisa no jornal Correio Braziliense permitiu uma visão ampla sobre os fatos que o governo da capital brasileira optou dar publicidade e aqueles que se mantiveram afastados da opinião pública. Em incontáveis manhãs, entre maio e junho de 2008, folhee a primeira página e o Caderno Cidades de edições de alguns períodos previamente selecionados. As notícias do principal jornal da capital apóiam a interpretação sobre a “batalha patrimonial” em Brasília, permitindo captar a ambiência daquela segunda metade da década de 1980. Na 15ª Superintendência do IPHAN, pude reproduzir documentos que no fazer da pesquisa se revelaram como peças-chave para a compreensão histórica daquele período de efervescência do debate a respeito da preservação de Brasília. Visitas a exposições e debates, tal como a mostra “Tombo”, de Glênio Lima, renderam entrevistas e novas percepções sobre a questão do patrimônio na capital brasileira.

Não pude retornar a Havana, porém a leitura e a crítica de fontes secundárias, livros, catálogos e periódicos, coletados diretamente em Cuba, permitiram retomar os fios da memória e reconhecer cenários e relatos que espero ter conseguido apresentar e discutir adiante. As imagens produzidas e, em especial, as fotografias integram, sem dúvida, o universo de interpretação. Elas não se tornaram, porém, objeto de análise e optei, assim, por apresentá-las em seções ilustradas, oferecendo ao leitor informações visuais que permitirão outra forma de apropriação da presente narrativa.

*

As práticas de patrimônio em Brasília e Havana, que emergem desse variegado corpus documental, à medida que revelavam as singularidades de cada um dos processos históricos de patrimonialização e os distintos impactos das práticas na vida de cada cidade, com contradições que lhe são próprias, não autorizavam uma comparabilidade do tipo

biunívoca e, sim, sugeriam complementaridades e contrastes que, por força dessas diferenças acentuadas entre os dois contextos, contribuíram para refletir sobre o particular e o geral. Para pensar a fundo o patrimônio parece ser mesmo desejável observar como tudo pode acontecer de forma tão heterogênea, ainda quando os enunciados são, à partida, oriundos de uma mesma matriz discursiva. Faço menção, especialmente, à Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), da qual Brasil e Cuba não tardaram a se tornar signatários. No Brasil, o “conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto” foi o primeiro espaço urbano inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, em 1980, enquanto “Havana Velha e seu sistema de fortificações” abriu a participação cubana na lista, em 1982.

As diferenças entre as realidades históricas de Brasília e de Havana, e indiretamente de Cuba e do Brasil, vão aparecer ao longo dos ensaios que compõem este trabalho, unidas, contudo, pela indagação recorrente acerca das relações entre patrimônio e cidade.

O “patrimônio” de Brasília começou a ser discutido antes mesmo de 21 de abril de 1960, data de inauguração; o Congresso Internacional de Críticos de Arte, realizado no ano anterior, é um bom exemplo. Mais do que isso, foi possível demonstrar, com o apoio em pesquisas que enveredam por uma instigante (e ainda pouco conhecida) história regional, a importância dos relatos que imaginaram Brasília, ao longo de um século e meio antes da construção da cidade. A exuberância natural é posta em primeiro plano, quase sempre a partir da metáfora do divisor de águas, a junção de nascentes das bacias de rios que integram as diversas regiões do país: Tocantins, Paraná e São Francisco. Com a ideia de mudança da capital surgiam, assim, as primeiras representações sobre a região, com seu imaginário de natureza pródiga e de centralidade, o Planalto Central. Um território pisado a milhares de anos onde a colonização, desde o século XVIII, delineou feições culturais que, embora de fácil reconhecimento hoje³⁰, acabaram subordinadas à condição moderna, engendrada pelo urbanismo e pela arquitetura da nova capital.

Havana, que está dentre os primeiros povoamentos da conquista espanhola da América, começou, em 1519, sua trajetória de vila portuária no mesmo local que agora

³⁰ Ver, por exemplo, os resultados do projeto, de minha autoria, que integrou pesquisadores da Universidade de Brasília e da Universidade Católica de Brasília. Cf. NEGRÃO DE MELLO, M. Thereza. **Entorno que Transborda: patrimônio imaterial da RIDE**. Brasília: Petrobras, 2006.

encanta os turistas de todo mundo. Quando teve início a colonização do Planalto Central do Brasil, na primeira metade dos setecentos, Havana já aparecia como um dos mais prósperos portos americanos, com sua magnífica baía localizada no principal acesso ao Golfo do México e vizinha aos Estados Unidos. Comentando a ironia de Alexander von Humboldt (1769-1859) sobre as ruas mal traçadas da Havana antiga – ele falava, em particular, da *calle Mercaderes* –, Alejo Carpentier defende a inteligência do urbanismo tropical pela proteção ao sol que as ruas estreitas e “mal” traçadas oferecem. Segundo o escritor, elas “brindam-nos com uma sensação de paz e frescor que dificilmente acharíamos onde urbanistas conscientes exerceram sua ciência”.³¹ Esta cidade, em que se misturam tantos estilos arquitetônicos, teve suas ruas e praças amuralhadas por cerca de duzentos anos, o que não impedia o fluxo intenso de mercadorias e de pessoas, seja pela planície havaneira, que fornecia à cidade grande parte de sua riqueza, seja pelo porto, de onde provinha seu caráter cosmopolita e sua vocação interétnica – tudo contribuindo, enfim, na construção da cubanidade.

Os eixos de Brasília, avenidas gigantescas que cortam a cidade de norte a sul e de leste a oeste, não asseguram ao pedestre o frescor das *calles* de Havana Velha. Um eixo é monumental e o outro, assumindo a influência do urbanismo de Le Corbusier, é rodoviário-residencial (asas). Eles foram projetados por Lúcio Costa, vencedor do concurso para o “Plano Piloto da Nova Capital do Brasil”, realizado em 1956. Brasília é uma cidade do século XX, de um período onde o automóvel despontava como meio de transporte conveniente ao segmento de moradores que se procurava privilegiar, autoridades governamentais e a burocracia federal. A escala monumental, penso, simbolizaria a capital de um país pujante e, como diria Mário Pedrosa, condenado a ser moderno. A Praça dos Três Poderes, no entanto, não deixa de reproduzir, a seu modo, a forma primitiva da cidadela, um recinto, geralmente fortificado, para o palácio e o templo. Ela está num dos extremos do Eixo Monumental e abriga os palácios do executivo (Planalto) e da suprema corte e, no vértice, as torres e cúpulas do Congresso Nacional. Ao lado da “solução milenar” (cf. Costa), veio a inovação admirável das superquadras: blocos residenciais de três a seis pavimentos, dispostos

³¹ CARPENTIER, Alejo. **La Ciudad de las Columnas**. La Habana: Letras Cubanas, 1982, p.7-13.

livremente no interior de quadras, essas áreas arborizadas, destinadas ao convívio e ao lazer de moradores e pedestres, que se repetem ao longo das Asas Sul e Norte.

O conhecimento arquitetônico e urbanístico utilizado em Brasília, entretanto, não saiu de uma única prancheta, ele já estava disponível há décadas, mas o fato de ter sido empregado nas circunstâncias únicas mobilizadas pela construção da nova capital brasileira, acompanhado da energia criativa de Costa, Niemeyer, Athos Bulcão e Burle Max, faz dela uma cidade que merece estudo e reflexão. A perspectiva de preservação do valor histórico e cultural de Brasília surgiu no início dos anos de 1980, com profissionais ligados à promoção do patrimônio nacional, sofrendo, em seguida, a oposição de burocratas, políticos e empresários que estavam mais interessados no uso ou na reserva da terra urbana para fins comerciais. A análise desse confronto, que tratei como batalha patrimonial, consumiu grande parte do esforço de interpretação. Se, por um lado, as fontes, pelas evidentes contradições, propunham valorizar a trama da conversão de Brasília em patrimônio mundial (1987), por outro, e isso foi uma escolha deliberada, revelavam a relação inseparável entre apropriação do espaço urbano e intervenção patrimonial.

Outro viés metodológico se impôs no estabelecimento das fontes em Havana, lá a trama da gestão do patrimônio é que dá sustentação à narrativa. Numa república como a cubana, em que se instituiu o regime de partido único, o Partido Comunista Cubano, os conflitos de interesses são atenuados pelo poder absoluto do Estado e por uma política de planificação da cidade. A cidade inteira foi objeto de Planos Mestres (*Maestros*), a partir de 1963, e Havana Velha começa a ser inventariada em 1976, na mesma época em que o governo central toma uma série de iniciativas para estimular o turismo. Com a crise econômica no chamado Período Especial, após a desintegração da União Soviética, a administração de toda a área protegida como patrimônio mundial foi delegada por decreto-lei (nº 143) à Oficina do Historiador da Cidade de Havana. A mesma entidade que realiza a intervenção patrimonial em moldes tradicionais, como a restauração arquitetônica, atua como captadora de recursos privados e, em parceria com capitais externos, explora hotéis, restaurantes e lojas. A Oficina, assim, tem se destacado não só pela gestão do patrimônio, no sentido da promoção da conservação (prédios, obras de arte, documentos e logradouros) ou da memória, mas também como empreendimento auto-sustentável e lucrativo, uma

parte expressiva das divisas geradas pelo turismo – que rende ao país anualmente cerca de três bilhões de dólares.

Observar as práticas de gestão do patrimônio em Havana é adentrar um manancial inesgotável de relatos, lugares, memórias e intervenções que vêm transformando radicalmente o centro histórico. Nele, as edificações e as vias públicas estavam arruinadas, após algumas décadas de parques investimentos públicos. A conversão de Havana Velha em patrimônio mundial não representou um momento de tensão em sua história, tal como ocorreu em Brasília, foi uma tábua de salvação à qual se agarraram governantes, especialistas e moradores. Estes últimos compõem um conjunto de milhares de trabalhadores desafortunados, mas que amaram e deram vida ao antigo território intramuros, inclusive quando ali não havia a visitação maciça de turistas e o atual interesse econômico. Muitos desses moradores trabalham ou são beneficiados pela revitalização promovida pela Oficina do Historiador. A busca de compreensão histórica do processo espacial e social vivido em Havana Velha, sob a gestão patrimonial, fez com que o balizamento temporal da pesquisa se estendesse até os nossos dias. O estudo do tempo presente, aliviado de seu autismo, como afirmou Jean-Pierre Rioux, pode animar “repentinamente todo um passado”.³²

Assumimos, portanto, a perspectiva do tempo presente, entendendo, como faz Rioux, que sua originalidade está em uma história “escrita sob o olhar dos atores”.³³ Ainda mais pela condição do próprio historiador que, de uma forma ou de outra, é testemunha dos eventos.³⁴ Sigo atento, assim, não só ao discernimento que essa condição faculta, mas também às dificuldades que o recorte temporal, dos anos 80 do século passado à atualidade, impõe à prática e à escrita da história. É preciso não reproduzir o regime presentista que nos ronda e nos lança, diariamente, num “turbilhão denso e indistinto de mensagens, nesse

³² RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se Fazer uma História do Presente? In: CHAUVEAU, Agnès. **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p.50.

³³ RIOUX, Jean-Pierre. Idem, p.43.

³⁴ SÁ, Antônio. A História do Tempo Presente como Tempo da Memória. In: **Revista Semina** (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo), Passo Fundo, vol. 4, n. 1, 2006.

imenso rumor mundializado de um ‘atual’ triturado, amassado, transformado sem trégua”.³⁵ Prefiro pensar que fazemos uma “história atenta ao presente”, como resposta ao desafio que ele nos lança.

O passado de Brasília e de Havana, ou melhor, a “fina crosta de interpretações narrativas”³⁶ que nossas fontes dão a conhecer sobre essas cidades, permite perscrutar em detalhe algumas ações e escolhas dos atores sociais ou das instituições que os englobam para, no instante seguinte, voar sobre essas particularidades e, então, discutir como tudo isso faz parte de um movimento muito mais generalizado. A produção de patrimônios pensada em função das vicissitudes da memória, da cultura e até mesmo a experiência do tempo histórico. Nosso olhar vai, assim, além do estudo de um ou outro “patrimônio mundial” em direção ao patrimônio como fenômeno global.

Estejamos em uma ou outra escala, é bom ter em mente as perguntas que nortearam esta investigação. O que podemos aprender, sobre a cidade e o patrimônio, a partir dos processos históricos de conversão de cidades em patrimônio? De que maneiras a operação patrimonial organiza e configura o espaço urbano? Que relações se estabelecem entre as práticas de patrimônio, as lutas pela memória e os usos da cultura? No entanto, se o leitor estiver buscando apenas um conhecimento básico sobre a história das duas cidades ou sobre o processo que as insere definitivamente nas práticas e movimentos do patrimônio cultural este trabalho poderá satisfazer sua curiosidade. Além disso, uma das suas virtudes reside no fato de que não é comum encontrar estudos que estabeleçam relações entre as sociedades brasileira e cubana em seus aspectos contemporâneos. Uma lacuna que se constitui em mais um obstáculo à integração cultural e política dos dois países, distância lamentável considerando que tanto na “cidade moderna” do planalto central quanto na “cidade histórica” da baía havaneira habitam incontáveis riquezas humanas, estéticas e culturais que nos motivam a conhecê-las ou, como é o meu caso, amá-las ainda mais.

Na opinião de Lynn Hunt, os historiadores da cultura, em seu ofício, não têm que decidir entre “unidade e diferença, entre significado e funcionamento, entre interpretação e

³⁵ RIOUX, Jean-Pierre. *Ibidem*, p.41.

³⁶ MALERBA, Jurandir. Teoria e História da Historiografia. In: MALERBA, J. (org.). **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 19.

desconstrução”.³⁷ São tensões que conformam o campo da disciplina e a expressão delas, pelos diversos modos de escrever a história, mantém o campo fecundo. Na história do patrimônio, seja do Plano Piloto de Brasília, seja de Havana Velha, procurei manter vivas as tensões próprias dos eixos, de um lado, e das *calles*, de outro, captando a singularidade desses espaços protegidos e, logo, as práticas que deles se apropriaram e os vêm transformando. Se este trabalho foi capaz de revelar as diferenças históricas marcantes entre Brasília e Havana, na temática do patrimônio, já terá obtido um grande êxito, mas se, porventura, conseguir estabelecer conexões entre essas diferenças, pelo exercício da comparação – que, afinal, anima todo conhecimento histórico –, terá ido além do seu objetivo.

As cidades dos fossos e das muralhas são relíquias do passado. Na atualidade, a cidade concebe e protege seus vestígios, barrocos ou modernos, para contar sua própria história. As ideologias e práticas de patrimônio nos remetem a representações do passado em um presente inconcluso, marcado pelas diferenças culturais e históricas. A enunciação dessas práticas e de suas diferenças, no tempo e no espaço, estabelece o âmbito desta tese, um *entre-lugar* necessário à reflexão das condições de produção do patrimônio no Brasil e em Cuba, com seus embates pela patrimonialização, suas configurações do espaço urbano, suas batalhas pela memória, seus modos de gestão, enfim, suas práticas e representações.

³⁷ HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 21.

Parte I
Brasília.
Batalhas de patrimônio
na cidade moderna

Capítulo 4

La Habana Vieja, a emergência do centro histórico e a gestão da Oficina do Historiador

El problema no era sólo la pérdida irreparable. Lo peor era el desconocimiento, la incultura generalizada en las esferas gubernamentales y en la población. Los inmuebles viejos estorbaban, representaban el atraso. (...) Considero que el primer escalón para valorar el patrimonio es conocerlo. ¿Cómo se va a proteger si se desconoce su valor? (Daniel Taboada)

Na primeira parte, dedicada à Brasília, expus, num breve itinerário, relatos que foram demarcando a região do Planalto Central, ao mesmo tempo em que se defendia a mudança da capital brasileira. Meu objetivo foi argumentar porque Brasília não é mera invenção urbanística desvinculada de seu solo histórico. Agora, em que passo a abordar a realidade havaneira, também se faz necessário trazer à tona relatos sobre as transformações vividas nos últimos séculos pela cidade de Havana, considerando que eles são parte inseparável das questões urbanas, sociais e políticas que levaram ao surgimento do centro histórico e à sua conversão em patrimônio mundial.

O Centro Histórico de Havana (*Habana Vieja*) e a ação patrimonial que o configura compõem um rico manancial de possibilidades de reflexão sobre a história contemporânea da sociedade cubana. Arte, economia e cultura se encontram enredados nas *plazas* e *calles* estreitas de Havana Velha e arredores, tais como Paseo del Prado, Bairro Chino, Malecón e fortalezas da baía havaneira. Em todas essas localidades estão em andamento projetos de restauração, de infra-estrutura e de memória. Os ensaios de Fernando Carrión são o roteiro teórico para nossa aproximação da intervenção patrimonial em Havana Velha. Carrión insere os centros históricos no contexto da cidade, pensando-os como fenômeno urbano associado

a políticas de patrimônio. Afinal, se hoje esses lugares suscitam investimentos e atenção é porque, na origem, eles eram a cidade toda.²⁶⁹

Havana chegou a ser, inclusive, amuralhada, desde o séc. XVII até o início da derrubada em 1863. Enquanto “aumentava a riqueza de alguns, a pobreza de outros e a escravidão de muitos”²⁷⁰, a cidade diferenciava-se e expandia-se para fora do espaço intramuros. Entre fluxos e refluxos, a sociedade havaneira, tal como outras sociedades caribenhas, vai desenvolvendo seu destino de abertura ao Outro. O porto de “incontáveis tabernas” torna-se lugar de trânsitos (migratórios, econômicos e culturais) e de articulação da própria cubanidade, num processo histórico que desafia abordagens essencialistas. Assim, desde o próprio Caribe, vão surgindo novas categorias de análise, tais como a *transculturação*, do pioneiro sábio cubano Fernando Ortiz (1963), a *crioulidade* (Bernabé, Chamoiseau e Confiant) ou o *pensamento de arquipélago* (Glissant), voltadas para a compreensão dessas culturas compósitas, onde se entrelaçam o “uno e o múltiplo”.²⁷¹

A multiplicidade provocada pelos encontros interculturais está mais viva do que nunca em Cuba por força do fenômeno turístico. O turismo, que já foi chamado de locomotiva da economia cubana, está bastante aquecido; no ano em que visitei Havana pela primeira vez (2008) o país recebeu o número recorde de 2,8 milhões de turistas. As receitas geradas pela economia turística vêm crescendo e desde 2004 os visitantes ultrapassaram os dois milhões anuais. A maior parte deles desembarca pelo aeroporto de Havana, em busca da qualidade das praias, do clima caribenho e da riqueza cultural, segundo o economista Pavel Vidal.²⁷² Muitos atraídos pelos cinco séculos de história da capital, bem como pelos signos de um imaginário construído mais recentemente, onde a própria Revolução Cubana tornou-se objeto de interesse dos viajantes.

²⁶⁹ CARRIÓN, F. Gestión o gobierno de los Centros Históricos. In: RESINES, I. (org.). **Manejo y Gestión de Centros Históricos**: conferencias de los encuentros internacionales II y III, La Habana Vieja, 2003 y 2004. La Habana: Boloña, 2005, p. 60-76.

²⁷⁰ LE RIVEREND, Julio. **La Habana**: biografía de una provincia. La Habana: Academia de la Historia de Cuba, 1960, p.183.

²⁷¹ BERND, Zilá. O Elogio da Crioulidade: o conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: ABDALA JR., B. (org.). **Margens da Cultura**: mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004, p.99-111.

²⁷² GROGG, Patrícia. Economía-Cuba: a volta do turismo. IPS Inter Press Service, Roma, mar. 2009. Disponível em: <http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=4615>.

O patrimônio cultural me parece ser a chave para a compreensão desse “novo mundo”: a Havana global do século XXI. Ao mesmo tempo, nosso objeto de estudo pede para incorporar a história de Havana e a observação da sociedade cubana (no presente) como contextualizações necessárias à interpretação do processo de conversão da capital cubana em bem mundial e das suas práticas de patrimônio, foco principal desta pesquisa.

4.1 A Chave do Novo Mundo, antes e depois das muralhas

A capital da república de Cuba surge em 1519 como *villa* portuária, abrigada em sua grande baía, de águas recônditas e profundas. Segundo o historiador Julio Le Riverend, no clássico *La Habana: Biografía de una Provincia* (1960), o acaso da existência de um “porto magnífico”, situado “a la salida del Canal de la Florida, puerta única del Golfo de México hacia el Atlántico”²⁷³, predominaria, em significado, sobre quatro séculos de um “sistema de ligações”(cf. Castells²⁷⁴) entre a vida urbana e a rural. *Circa* 1740, enquanto Havana era considerada por Atkins como “o porto mais rico da América”, existiam em seu espaço regional mais de 2.500 sítios para abastecê-la de produtos agrários.²⁷⁵ As virtudes geográficas contribuíram para que fosse apelidada de “Chave do Novo Mundo”, que era guardada pela metrópole espanhola com cuidados militares. Daí as fortificações que ainda hoje estão lá para dar seu testemunho, como o Castillo de los Tres Reyes Magos del Morro (1589-1630), a Fortaleza de San Carlos de La Cabaña (1763-1774) e o Castillo de la Real Fuerza (1558-1577).

A construção das muralhas teve, também, motivações militares, mas sob esse e outros aspectos da vida havaneira as muralhas de nada serviram, elas foram suplantadas pela dinâmica das relações internacionais e pela transformação urbana. As muralhas

²⁷³ LE RIVEREND, Julio. Op. Cit., p.XIV.

²⁷⁴ CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.41.

²⁷⁵ LE RIVEREND, Julio. **La Habana**: biografía de una provincia. La Habana: Academia de la Historia de Cuba, 1960, p.182.

demarcaram o território colonial do porto de Espanha, pretendendo fechá-lo por terra e pelas águas da baía. Mas, de fato, a cidade dependia vitalmente do fluxo de navios e de carroças que lhe devassavam pelos *muelles* (ancoradouros) e *puertas* (portas), frequentemente abertos.

Quem melhor analisa, de um ponto de vista histórico, a presenças das muralhas de Havana é Francisco Bedoya Pereda. Esse pesquisador realizou, num esforço inacreditável, uma “série de desenhos e investigações sobre os edifícios e espaços urbanos desaparecidos ou transformados na Havana colonial.”²⁷⁶ Para Bedoya, a ideia de amuralhar surgiu já em 1558 e, um século depois, o rei da Espanha aprova a construção (1656), iniciada, de fato, em 1674, pelo semibastião de La Tenaza. A obra é concluída no essencial, ainda sem fossos e sem caminhos sobre a muralha, por volta de 1740, para, pouco tempo depois, mostrar-se inútil.

A tomada de Havana pelos ingleses, em 1762, teve como estratégia atacar a fortaleza do Morro, centro do sistema defensivo espanhol, depois de ocupar o monte La Cabaña. Os combates duraram cerca de dois meses, até que daquela posição conquistada na baía – toda a porção elevada do outro lado da baía (La Cabaña) e o controle do canal – a força inglesa sitiou a cidade, rendida após a ameaça de bombardeio.²⁷⁷ A geografia da Cidade de Havana (*Ciudad de La Habana*) precisa ser reconhecida para se pensar o espaço hoje convertido em patrimônio. Uma tarefa sempre marcada pela incompletude, seja para o visitante ou para o estudioso, considerando a multidão de acontecimentos pretéritos e a profusão de ruas e lugares de Havana Velha e arredores.

Sin embargo, sempre se pode buscar inspiração naqueles que nos provocam a ver o esplendor dessa cidade e que permanece inscrito em sua arquitetura, nas ruas, monumentos e memórias. Para o escritor cubano Alejo Carpentier,

²⁷⁶ MENOCA, Juan Luís. El Autor. In: PEREDA, F. Bedoya. **La Habana Desaparecida**. La Habana: Boloña, 2008, p.11.

²⁷⁷ A historiografia sobre o conflito, dado o alinhamento da Espanha com a França na Guerra dos Sete Anos, e o impacto sobre o desenvolvimento posterior de Havana, vem registrando recentes avanços. A informação básica sobre o episódio pode ser encontrada no excelente dossiê da Revista Opus Habana, *Ingleses em La Habana*. **Opus Habana**. La Habana, v. VI, n. 2, p. 04-19, 2002.

Humboldt se quejaba, em su tiempo, del mal trazado de las calles habaneras. Pero llega uno a preguntarse hoy, si no se ocultaba una gran sabiduría en ese *mal trazado* que aún parece dictado por la necesidad primordial – tropical-, de jugar al escondite con el sol, burlándole superficies, arrancándole sombras (...) Mal trazadas estarían, acaso, las calles de La Habana visitadas por Humboldt. Pero las que nos quedan, con todo y mal trazadas como pudieran estar, nos brindan una impresión de paz y de frescor que difícilmente hallaríamos em donde los urbanistas conscientes ejercieron su ciencia.²⁷⁸

A cidade que se apropriou das sombras, para melhor se proteger do sol tropical, também transbordava em um colorido étnico e cultural, rico em imagens conflitantes, porque se Havana foi despótica, como lembra o escritor Reynaldo González, ela deve ter sido um espaço de transculturação, conforme sugeriu Fernando Ortiz. Le Riverend se permite, inclusive, configurar pela escrita a paisagem urbana, entrevista por ele na iconografia ou em sua imaginação:

Detrás daqueles muros formidáveis e entristecedores aparecia um mundo de cores e de alegria. Uma caleidoscópica justaposição de raças e matizes étnicos, de etapas históricas, enfim, de riquezas e misérias se constituía a face daquela capital, onde o estrangeiro encontrava tudo o que havia deixado em seu país e mais as diversões e os vícios universais que deram a vida havaneira sua má fama.²⁷⁹ [tradução livre]

Intérprete notável da velha cidade, Daniel Taboada, arquiteto e restaurador, convida-nos a um passeio pelas principais praças da Havana antiga.²⁸⁰ As praças, no significado lato de “lugar público cercado de edifícios”, mais conhecidas e visitadas do centro histórico são

²⁷⁸ Humboldt se queixava, em seu tempo, do mal traçado das ruas havaneiras. Porém, alguém poderia indagar, hoje, se não contém uma grande sabedoria esse *mal traçado* que mais parece ditado pela necessidade primordial – tropical -, de brincar de esconder com o sol, subtraindo-lhe pedaços, arrancando-lhe sombras (...) Mal traçadas estariam, talvez, as ruas visitadas por Humboldt. Porém as que nos restam, com tudo e mal traçadas que estejam, elas nos brindam uma sensação de paz e frescor que difícilmente acharíamos onde os urbanistas conscientes exerceram sua ciência. In: CARPENTIER, Alejo. **La Ciudad de las Columnas**. La Habana: Letras Cubanas, 1982, p. 11-13.

²⁷⁹ LE RIVEREND, Julio. **La Habana**: biografía de una provincia. La Habana: Academia de la Historia de Cuba, 1960, p.316.

²⁸⁰ TABOADA, Daniel. La Habana que siempre existió. Entrevista concedida a Argel Calcines. *Opus Habana*. La Habana, v. V, n. 2, p. 18-27, 2001.

quatro: de Armas, da Catedral, de São Francisco e Velha. A *Plaza de Armas*, segundo Taboada, funcionaria como um salão onde se recebe os visitantes:

Para estar en La Habana, necesariamente tenías que venir aquí. Aunque tenga edificios que son únicos (el Castillo de la Fuerza, el Palacio de los Capitanes Generales, el Palacio del Segundo Cabo, el Templete...), para mí lo más significativo es la noción del conjunto, del espacio, que lo tiene todo, hasta la Giraldilla [escultura femenina en bronce, la primera fundida en Cuba], símbolo de la ciudad.²⁸¹

É a praça mais aberta à comunicação com as águas da baía havaneira, localizada ao fim do canal que lhe dá acesso. Sua localização foi definida pela construção, em 1558, do forte da *Real Fuerza*, obra de defesa iniciada depois que a *Villa de San Cristóbal de La Habana* fora saqueada por um corsário francês.²⁸² O forte tem um bastião apontado para a praça, com fosso e ponte levadiça. Dali se pode começar a decifrar o centro histórico, porque atualmente a *Plaza de Armas* é um espaço popular, onde livreiros fazem seu comércio durante o dia e onde são promovidos eventos de rua, principalmente em frente ao Palácio dos Capitães Gerais - atual Museu da Cidade e sede geral da Oficina do Historiador, instituição responsável pela gestão de toda a área patrimonializada.

Seguindo pela *calle* Ofícios chegamos a *Plaza de San Francisco*, que começou a constituir-se em princípios dos seiscentos. O arquiteto a representa como a “sala de despachos”, lá se realizavam negócios, como “o coração econômico da vila”, ainda segundo Taboada. Não por acaso, é a praça onde se desenvolveu uma arquitetura monumental, especialmente pelo Convento e Igreja de São Francisco de Assis (erigido desde 1579), que no século XVIII recebe a sua grande torre de pedra, além do magnífico ecletismo da *Lonja del Comercio*, que surge só em 1909. A vocação dessa praça, voltada ao comércio exterior e ao poder administrativo, se intensifica com as plataformas do cais e com os palacetes de autoridades. Daniel Taboada foi o responsável por devolver-lhe a Fonte dos Leões, talhada pelo escultor italiano Giuseppe Gaggini e localizada ali em 1836.

²⁸¹ Ibidem, p.22. Para estar em Havana, necesariamente terias que vir aqui. Ainda que tenha edificios que são únicos (o Castelo da Força, o Palácio dos Capitães Gerais, o Palácio do Segundo Cabo, o Templete...), para mim o mais significativo é a noção do conjunto, do espaço, que tem o todo, inclusive a Giraldilla, símbolo da cidade.

²⁸² PEREDA, F. Bedoya. **La Habana Desaparecida**. La Habana: Boloña, 2008, p.30.

Se nos afastamos dela em sentido oposto ao cais, pela *calle Teniente Rey* ou pela *Muralla*, encontramos a *Plaza Vieja*. Para Taboada, em sua metáfora da morada, ela seria a despensa, porque pela Praça Velha, antes *Plaza Nueva*, a cidade se abasteceria de provisões. Condição favorecida pelo acesso mais direto à uma porta da muralha, a *Puerta de Tierra*, e pela proximidade do porto. Outros relatos entendem que a Praça Velha, surgindo por volta de 1600, tornou-se o “centro social dos havaneiros”, onde se “celebravam festas e atos solenes”.²⁸³

Seja como praça de mercado, seja de comemoração, a Praça Velha sempre teve “caráter civil”, sem edificações militares, religiosas ou administrativas.²⁸⁴ Traçada em perfeita forma retangular, as unidades domésticas predominavam, algumas delas suntuosas – todas, atualmente, sob gestão patrimonial. Com a construção do Mercado de Cristina (1835-1908), asfixiava-se uma de suas funções, talvez aí a praça mereça a imagem de “despensa” de Havana Velha, sem perder, mesmo assim, algo de ágora, dado o convívio social que toda feira proporciona. Do Mercado, finalmente demolido, resta a imagem legada pelo traço magistral de Francisco Bedoya.

A obsolescência urbanística das muralhas também é anotada na cronologia que fez Bedoya para cada uma das vinte e sete construções ou espaços urbanos retratados no livro *La Habana Desaparecida*. A respeito do ano de 1841, ele comenta:

El progresivo aumento de los barrios extramuros, que suponía de hecho la existencia de dos ciudades, separadas por un espacio vedado y precariamente comunicadas, demuestra la inoperancia de las Murallas en una ciudad que tenía más de la mitad de su área urbana fuera del recinto amurallado.²⁸⁵

Nessa época, com o fortalecimento da economia por meio do comércio de açúcar, que se acentua desde fins do XVIII, houve um período de grandes edificações em Havana

²⁸³ OFICINA DEL HISTORIADOR DE LA CIUDAD DE LA HABANA. **Plan de Desarrollo Integral**. La Habana: OHCH, s/d, p.5.

²⁸⁴ PEREDA, F. Op. Cit., p. 47.

²⁸⁵ PEREDA, Francisco. Op. Cit., p. 85. O progressivo aumento dos bairros extramuros, que supunha de fato a existência de duas cidades, separadas por um espaço fechado e comunicando-se precariamente, demonstra a inoperância das Muralhas em uma cidade que tinha mais da metade de sua área urbana fora do recinto amuralhado.

Velha e no seu entorno – uma Havana, em grande parte, já desaparecida. Riverend relata que o casco colonial se enche de mercadorias e serviços, com casas de roupas francesas, cafés, confeitarias, bilhares e farmácias, entre elas *La Reunión* ou *Farmacia Sarrá*, aberta desde 1865 na rua Teniente Rey, que é chamada também de *calle* Brasil.

Mais interessado na realidade social e econômica da província do que na arquitetura, Riverend só se interessa pelas muralhas para refutar leituras baseadas na dicotomia entre cidade intramuros e extramuros. De fato, na primeira metade dos oitocentos, o fenômeno urbano tinha tornado as muralhas uma excrescência:

La Habana de fines del siglo XVIII es una ciudad que evoluciona rápidamente. Vigorosos impulsos económico-demográficos la fuerzan a rebasar sus linderos la línea de las viejas murallas. Ya hemos visto que antes de 1780 los barrios extramuros de La Salud, Guadalupe, el Horcón y Jesús María son importantes. Entre ellos y las Murallas hay todavía grandes vacíos, pero las regulaciones de defensa dificultan las construcciones cercas de éstas. Empero, ya em 1820-24 todo ese espacio hasta la ermita de San Luis Gonzaga y el Puente de Chávez queda cubierto de casas. Sólo perduro el vacío Del Campo de Marte.²⁸⁶

Enquanto analisa o impacto da “urbanização acelerada” sobre a oferta de habitação e sobre as áreas rurais, Riverend vai colocando entre aspas a existência desses dois lados da cidade. Argumenta que desde 1830, a zona nova “atrai as construções de tipo moderno”, que “requerem grande espaço” e seriam muito dispendiosas caso fossem feitas intramuros: “a mediados del siglo, los hoteles, el teatro, las casas de bailes, están en ‘extramuros’”.²⁸⁷

Ocorria, portanto, um duplo movimento que, segundo o mesmo autor, desembocará na percepção da primeira Grande Havana. Nas cercanias delas, dava-se o prolongamento de áreas residenciais, armazéns e lojas de varejo que reproduziam a efervescência econômica e social da vida intramuros. É o que acontece com a *calle San Rafael* que, do outro lado do Parque Central, repete o frenesi das principais artérias da cidade antiga, *Obispo* e *O’Reilly*.

²⁸⁶ LE RIVEREND, Julio. Op. Cit., p.252. Havana de fins do século XVIII é uma cidade que evolui rapidamente. Vigorosos impulsos económico-demográficos forçam-na a rebaixar as cercas ao redor das velhas muralhas. Já vimos que antes de 1780 os bairros extramuros de La Salud, Guadalupe, Horcón e Jesús Maria são importantes. Entre eles e as Muralhas há ainda grandes vazios, porém a s regulações de defesa dificultam as construções perto delas. Entretanto, já em 1820-24 todo esse espaço até a ermida de São Luiz Gonzaga e a Ponte de Chávez fica coberto de casas. Só sobrou o vazio do Campo de Marte.

²⁸⁷ LE RIVEREND, J. Ibidem.

Em Centro Havana, singularíssimo bairro feito nos moldes da urbanização de corte espanhol, as moradias são de três pisos, geminadas, com a porta principal à beira da calçada. Ali surgiram, na década de 1880, grandes fábricas de tabaco e, logo atrás do Capitólio, ainda se vê a *Partagás*. Antes mesmo das grandes construções nas cercanias de Havana Velha, do começo do século XX, a elite *criolla* já ocupava o *Paseo Isabel II* (mais tarde *El Prado*), com seus teatros, cafés e academias de baile, enquanto os trabalhadores animavam, com sua extrovertida interação urbana, as ruas de *Centro Habana*.

Outro movimento, no século XIX, foi o da formação de novos bairros não “propriamente ‘extramuros’, senão mais distantes ainda” (Riverend), começando a configurar a cidade que conhecemos hoje. Nesse sentido, o livro *Havana, two faces of the Antillean metropolis* é outra referência fundamental. Os autores abordam a expansão urbana em direção ao oeste, um lugar até então distinto do porto amuralhado, mas parte do mesmo sistema regional. Fora das muralhas, os urbanistas estavam decididos ao que Munford chamou de uma “clarificação geométrica do espírito”, contra as ruas estreitas do casco colonial surgiam amplas avenidas arborizadas:

Two large country farms in the western edge of the city were subdivided in 1858. These farms ran along the coast from the city's edge at Calzada de Infanta to Almendares River (Roig de Leuchsenring 1964). Engineer Luis Iboleón Bosque surveyed these two farms – El Carmelo and Vedado (...) Approximately four hundred city blocks composed of 100 meter sides marked the first broad and systematic layout of Havana's grid pattern. Unlike the irregular colonial pattern, the residential streets of the western suburbs were 16 meters wide. For the first time in Cuba, streets were lined by trees in *parterres* (tree-lined corridors of lawn between the curb and sidewalk). The Cerro upper-class type of dwelling – neoclassical detached villas – was transferred to this new, better-looking neighborhood fronting the sea. The initial *reparto* (township), El Carmelo, was continued with El Vedado and then with Medina. Each reflected the same urban design, El Vedado is possibly the best piece of colonial planning in Cuba.²⁸⁸

²⁸⁸ SCARPACI, J.; SEGRE, R.; COYULA, M. **Havana**: two faces of the Antillean metropolis. Chapel Hill: London: University of North Carolina, 2002, p.56. Duas extensas fazendas tradicionais do meio oeste da cidade foram subdivididas em 1858. Essas fazendas estendiam-se ao longo da costa desde o meio da cidade na Calzada de Infanta até o Rio Almendares (Roi de Leuchsenring, 1964). O engenheiro Luis Iboleón Bosque mediu essas duas fazendas – El Carmelo e Vedado (...) Aproximadamente quatro centenas de quadras compostas de 100 metros de lado marcaram a primeira aproximação do padrão em trama do desenho sistemático de Havana. Diferentemente do padrão colonial irregular, as ruas residenciais dos subúrbios à oeste tinham 16 metros de largura. Pela primeira vez em Cuba, ruas eram alinhadas por árvores em *parterres* (corredores de canteiros com

Surgia, assim, o atual *Vedado*, bairro inspirado no conceito de Cidade Jardim (*Garden City*), com amplas avenidas para automóveis e a exigência de que as edificações fossem distantes das calçadas. A partir da agitação pela independência, desde a Guerra dos Dez Anos (1868-1878) até o êxito da campanha em 1898, uma parte do impulso de urbanização foi represado. Mas, logo os investimentos seriam retomados, inclusive durante a ocupação norte-americana (1898-1902), um exemplo disso é a construção do Malecón, atualmente um dos símbolos da capital cubana, concebido, por ironia, durante a ocupação.

4.2 A emergência do centro histórico de Havana

A proposição, de Fernando Carrión, sobre o surgimento dos centros históricos advir da perda da “centralidade urbana” está baseada na presença de alguns eventos característicos. Um deles seria a ampliação do raio de atuação do governo em direção a outros lugares. Em Havana, a ação do governo para além do perímetro original vem, como foi dito, desde o século XIX, com os loteamentos a oeste de Havana. Durante o governo de Gerardo Machado (1925-1933), sob a coordenação de Carlos Céspedes e do urbanista Forestier, se começa a planejar a mudança dos prédios governamentais – o que resultaria depois na *Plaza Cívica* – e a criar a malha de ruas amplas e avenidas arborizadas, ligando a cidade primitiva aos novos bairros e estes a outras províncias. Surgia, assim, o contraste entre a introversão da pequena escala colonial e a amplidão dos demais espaços urbanos, num urbanismo que seria, na concepção de Forestier, uma forma de fazer dialogar paisagem tropical e arquitetura.²⁸⁹

árvores perfiladas entre o meio-fio e a calçada). A típica moradia da classe alta do Cerro – neoclássica – foi transferida para esse nova e de melhor aparência vizinhança em frente ao mar. O inicial *reparto* (distrito rural), El Carmelo, tinha continuidade com El Vedado e com Medina. Cada um refletindo o mesmo design urbano, El Vedado é possivelmente o melhor produto do planejamento colonial em Cuba.

²⁸⁹ SCARPACI, J.; SEGRE, R. e COYULA, M. Op.Cit., p.68.

A perda de centralidade também se caracterizaria pela existência de políticas urbanas que viriam rejeitar a localização primitiva. Isso foi mais evidente durante o período em que o grupo de militares encabeçado por Batista esteve no poder, quando “vários projetos de moradia e monumentos públicos foram construídos na periferia”, sobretudo em *Marianao*.²⁹⁰ Mas, ao longo da primeira metade do século XX, parece-me temerário acreditar em uma ruptura brusca da centralidade urbana de Havana Velha. Até porque também se tinha fortalecido o complexo de edificações e monumentos em torno do Parque Central. A arquitetura da nascente república cubana situou ali seus prédios mais significativos, formando um anel que, ainda hoje, une o *casco* histórico ao resto da cidade. Um exemplo disso são o Palácio Presidencial (1920), hoje Museu da Revolução e o Capitólio (1929), que foi sede do poder legislativo.

A própria Havana Velha não esteve imune a essa onda modernizante, basta lembrar que os anos de 1920 assistem ao começo da demolição do convento de *San Juan de Letrán*, que abrigou a primeira universidade de Havana:

No começo do século XX, o plano compacto da estreita rua colonial e dos pátios tranquilos e velhas fachadas das casas de Havana Velha foi lentamente substituído por edificações modernas mais elevadas, prevalecendo sobre os prédios de poucos andares. Em apenas vinte anos, edifícios de escritórios do governo, armazéns, lojas e até a bolsa de valores chamada de Lonja de Comercio (1909) quebravam a paisagem sonolenta do centro histórico.²⁹¹

Por tudo isso, devemos concordar com os mesmos autores da citação acima sobre o fato de que houve uma “decadência **gradual** da velha cidade”²⁹², à medida que a suburbanização avançava para oeste e para o sul. Aceito, na perspectiva de Carrión, que o nascimento do centro histórico havaneiro é marcado pela passagem de uma centralidade anterior a outro patamar na “produção social das formas espaciais”²⁹³, porém isso só

²⁹⁰ SCARPACI, J.; SEGRE, R. e COYULA, M. idem, p.75.

²⁹¹ SCARPACI, J.; SEGRE, R. e COYULA, M. Idem, p.59.

²⁹² SCARPACI, J.; SEGRE, R. e COYULA, M. Idem, p.44.

²⁹³ CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.47.

corresponde a um estado de “abandono” ou de “deterioração” sob certos pontos de vista. Mudanças relativas à composição social da população, à atividade comercial e até mesmo ao uso e conservação das edificações são indícios dessa nova etapa de produção do espaço.

Entre 1880 e 1920, a localização dos estabelecimentos comerciais se modifica, enquanto, no começo desse período, cerca de dois terços deles estavam em Havana Velha, quarenta anos depois acontecia o inverso. Como resultado de intensas migrações, surgem também os *solares*, quando centenas de edificações, já em estado precário de conservação, foram subdivididas para abrigar – como acontece ainda hoje – a população de baixa renda ou sem ocupação regular. Ao lado desses cortiços (*cuarterías*), relata-se também a presença de bordéis e o grave estado de poluição da baía.²⁹⁴ Confirmando Lopez Castañeda, pois “se os monumentos definem elementos marcantes da paisagem cultural, a dimensão residencial reflete as contradições sociais da cidade”.²⁹⁵

As primeiras iniciativas de preservação da memória da cidade são outra evidência dessas transformações no espaço e anunciam uma nova fase da “luta pela dominação da recordação e da tradição”, conforme Le Goff (2003:470) enquadra a produção da memória social. Elas têm início com a trajetória do intelectual e ativista nacionalista Emilio Roig de Leuchsenring. Esse historiador, jurista, escritor e editor foi nomeado, em 1935, Historiador da Cidade de Havana pelo alcaide municipal:

Comisionado por el alcalde Belt procede a recopilar datos sobre los monumentos y lugares históricos de la capital, entre estos, los monumentos a Cristóbal Colón, en el patio del Palacio Municipal, el de Fernando VII y otros; también, es el encargado de redactar una memoria sobre la historia de la Plaza de Armas para su restauración, y de realizar el proyecto y costo del monumento a Víctor Hugo en el parque situado en las calles H, entre 19 y 21.²⁹⁶

²⁹⁴ SCARPACI, J.; SEGRE, R. e COYULA, M. Idem, p.45-50.

²⁹⁵ SCARPACI, J.; SEGRE, R. e COYULA, M. Idem, p.196.

²⁹⁶ GARCÍA-CARRANZA, A. Emilio Roig de Leuchsenring. Trayectoria vital (1889-1964). **La Jiribilla Revista de Cultura Cubana**, Havana, ago. 2008. Disponível em: http://www.lajiribilla.cu/2008/n381_08/381_14.html. Encarregado pelo prefeito Belt dedica-se a compilar dados sobre os monumentos e lugares históricos da capital, entre esses, os monumentos a Cristóbal Colón, no pátio do Palácio Municipal, o de Fernando VII e outros; também, é o responsável de redigir uma memória sobre a história da Praça de Armas para sua restauração e de realizar o projeto e estimar as despesas do monumento a Víctor Hugo no parque situado entre as ruas H, entre 19 e 21.

Desenvolvem-se, então, as primeiras ações de restauração, voltadas para a dimensão dos monumentos, e pouco depois, instala-se a *Oficina del Historiador de la Ciudad* (1938), encarregada de guardar alguns documentos históricos, entre eles as *Actas Capitulares de La Habana*, os mais antigos documentos sobre a cidade, que haviam sido resgatados pelo próprio Roig. Com os aportes dele e da entidade que dirigia é que a representação de Havana Velha como centro histórico deu seus primeiros passos, assim como o discurso que reivindicava para a memória um lugar entre os assuntos de interesse nacional.

Nos anos de 1950, a expansão do território urbano e da população tem seu patamar mais elevado, são quase um milhão e trezentos mil habitantes na área metropolitana. A abertura do túnel sob a Baía incentiva a expansão para leste (*Habana del Este*), enquanto se multiplicam os prédios altos em Centro Havana e Vedado e os loteamentos especulativos nas zonas periféricas, em Cotorro ou Boyeros, por exemplo. A oferta de serviços e oportunidades de trabalho entre os municípios havaneiros permanece bastante desigual, além do contraste entre as sólidas mansões da orla e as precárias habitações da classe trabalhadora. Essa urbanização dualista vem acompanhada da transformação de Havana em um importante destino turístico que, desde os anos de 1930, já acolhia cerca de 250.000 turistas por ano. Decorre daí o plano urbanístico de J.L.Sert (1956), uma reforma voltada para a expansão do turismo (hotéis, casinos, lojas), com seu urbanismo à la Corbusier – que inspirara também o projeto da nova capital brasileira – associado aos crescentes interesses financeiros:

The most widely criticized aspect of Sert's plan for Havana centered on changes in the Malecón and transformation of the city's historic old town. In the plan he contradicted the basic concepts of his book, *Heart of the City*, in which the traditions of people and their lifestyles, and use of styles that conform to the social history of a city, were paramount.(...) Sert's proposal was certain to have devastated Havana's historic center.²⁹⁷

²⁹⁷ SCARPACI, J.; SEGRE, R. e COYULA, M. Op. Cit., p. 83-84. O mais amplamente criticado aspecto do plano de Sert para Havana residia nas mudanças no Malecón e a transformação da velha cidade histórica. O plano contrariava conceitos básicos de seu livro, *Coração da Cidade*, no qual as tradições das pessoas e seus estilos de vida, bem como o uso dos estilos que conformam a história social da cidade, eram supremos (...) A proposta de Sert teria certamente devastado o centro histórico de Havana.

O impacto devastador que esse plano teria demonstra o desprezo dos gestores da política urbana por Havana Velha, que já não lhes servia como representação da república ou da modernidade. É possível afirmar, por tudo isso, que os centros históricos são eles mesmos produtos históricos, cuja invenção é fruto tanto do processo de urbanização das cidades quanto da intervenção de práticas patrimoniais que se institucionalizam de forma diversa nos diferentes contextos. Havana Velha, tal como outros centros históricos latino-americanos enfrenta contradições que fazem dela, antes de qualquer coisa, um problema político.²⁹⁸ Problema que residiria na tensão entre a conversão em “reduto da memória” e o destino de “porvir urbano”.

Afastada a ameaça de demolição, nos anos que precedem a Revolução de 1959 e também depois dela, Havana Velha pode assumir, mais tarde, outro papel na cidade policêntrica, tal como se entende a morfologia urbana de Havana atualmente. O *reparto* das muralhas, zona de fronteira que separa a nova e a velha cidade, há muito se tornara o espaço de comunicação central para ambas – palco popular de inúmeros eventos políticos e culturais da história cubana – deslocando das praças coloniais a prerrogativa de espaço público. Entretanto, conforme observa Segre, a Praça Cívica, após 1959, converter-se-á no principal espaço da “memória urbana”, identificada “como o lugar privilegiado do encontro político da sociedade revolucionária cubana”.²⁹⁹

Foi, portanto, nessa época tardia, que começa a ser gerado o centro histórico, espaço identificado com o passado da cidade e, até ali, sem possibilidade de participação no futuro dela. Talvez por isso, como bem observou Carrión, que “Havana Velha conseguiu sobreviver e se preservar, graças a que não se fez nada por muito tempo”.³⁰⁰ Até ocorrer a chamada “introspecção cosmopolita”, que advém da fruição do espaço, como pude constatar por

²⁹⁸ CARRIÓN, Fernando. Gestión o gobierno de los Centros Históricos. In: RESINES, I. (org.) **Manejo y Gestión de Centros Históricos**: conferencias de los encuentros internacionales II y III, La Habana Vieja, 2003 y 2004. La Habana: Boloña, 2005, p. 68.

²⁹⁹ SEGRE, Roberto. Havana: o resgate social da memória. In: CUNHA, M. (org.) **O Direito à Memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 105.

³⁰⁰ CARRIÓN, Fernando. Op.Cit., p.60.

meio da observação etnográfica, baseada em novos usos e experiências protagonizadas pelos turistas e, sem dúvida, pelos próprios cubanos. Carrión sugere, assim, a emergência de uma nova dinâmica de urbanização, agora em direção à “cidade existente”, tendência de um desenvolvimento urbano não mais “exógeno e centrífugo” e sim “endógeno e centrípeto”.

A introspecção cosmopolita não levaria ao confinamento, tal como foi vivido no passado, e sim à “cidade aberta”, baseada na flexibilização do acesso e dos serviços, no incentivo à cultura local e na participação em redes internacionais de conhecimento, turismo e investimento. Isso acontece no caso de Havana, onde a conversão patrimonial do centro histórico e suas práticas de gestão são a força motriz da promoção de novas apropriações do espaço urbano. Aos poucos, aquelas casas arruinadas e belas, com suas portas e balcões mirando as ruas estreitas, vão povoando a consciência dos cubanos e do mundo como um testemunho inigualável da história americana e caribenha.

4.3 A conversão em patrimônio mundial e a Oficina do Historiador da Cidade

Quando teve lugar a primeira assembléia dos países signatários da “Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” - que tinha sido aprovada pelos Estados Partes da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1972 –, Cuba se fez representar, na qualidade de observador.³⁰¹ Naquela data (26/11/1976), instalou-se o Comitê do Patrimônio Mundial e a convenção internacional começou a vigorar na sua plenitude. A temática do patrimônio não era desconhecida em Cuba, ao contrário, a Constituição da República, proclamada em fevereiro daquele ano de 1976, atribuiu ao Estado cubano velar “pela conservação do patrimônio cultural e da riqueza artística e histórica da nação” e, em seguida, a Lei nº 2 (*Monumentos Nacionales y Locales*)

³⁰¹ O documento da UNESCO, com o relato dessa sessão está disponível em http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?req=2&mt=100&mt_p=%3C&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&utf8=1&gp=1&text=SHC%2F76%2Fconf014&text_p=inc&submit=%C2%A0%C2%A0Search%C2%A0%C2%A0. Cuba só ratifica a Convenção de 1972, ascendendo à condição de país signatário, em 1981.

estabeleceu os critérios para a declaração de centros históricos urbanos, construções e sítios como monumento nacional ou local.

Enquanto o debate sobre a conservação dos ‘bens culturais’ ia se consolidando internacionalmente, ancorado na noção de monumento histórico, Cuba promovia o ordenamento jurídico e um sistema de gestão para o centro histórico havaneiro. Havana Velha recebeu o título de Monumento Nacional em 1978 e, no ano seguinte, o presidente da Assembléia Provincial do Poder Popular da Cidade de Havana afirmava que “estão sendo dados os passos necessários para a elaboração de um programa voltado para a rigorosa conservação de La Habana Vieja”, que ele, Oscar Mell entendia ser “patrimônio histórico e cultural não só de nosso povo, mas de toda a humanidade, como manifestam as numerosas personalidades que nos visitam”.³⁰² A Oficina do Historiador da Cidade de Havana, a mesma criada por Emilio Roig e, então, liderada por Eusébio Leal Spengler, foi convocada a coordenar os planos quinquenais de restauração, a partir de 1981.³⁰³

As informações sobre a candidatura para a Lista do Patrimônio Mundial aparecem dispersas e são, muitas vezes, pouco esclarecedoras. Com base em Menéndez, podemos inferir que uma das instituições protagonistas nesse processo foi a *Dirección de Patrimonio* do Ministério da Cultura, que teria articulado a elaboração do primeiro inventário geral do centro histórico, a partir de 1976, fundamental para o reconhecimento no âmbito interno.³⁰⁴ Segundo documentação do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) – órgão responsável pelo parecer sobre as candidaturas – o pleito foi formalizado pela Comissão Nacional de Cuba para a Unesco e tinha o título de “La Habana Vieja y su sistema de fortificaciones”. É assim nomeado que o “sítio” urbano cubano ingressa na Lista do Patrimônio Mundial como “bem cultural da humanidade”, em 1982. A decisão foi baseada

³⁰² MELL, Oscar. Transcrição feita pelo autor diretamente dos originais intitulados “Discursos de Oscar Fernández Mell - *Aniversario de La Ciudad de La Habana*”, mantidos no Arquivo Histórico da Oficina do Historiador da Cidade (OHCH), localizado no *Palácio dos Capitanes Generales* (Havana/Cuba).

³⁰³ UNESCO LA HABANA (OFICINA REGIONAL DE CULTUR PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE) & OFICINA DEL HISTORIADOR DE LA CIUDAD DE LA HABANA. **Una Experiencia Singular**: valoraciones sobre el modelo de gestión integral de La Habana Vieja, patrimonio de la humanidad. La Habana: UNESCO: Editorial Boloña, 2006, p. 78.

³⁰⁴ MENÉNDEZ, Madeline. **La Casa Habanera**: tipología de la arquitectura doméstica en el centro histórico. La Habana: Boloña, 2007, p.24.

em dois critérios; por ser um conjunto arquitetônico que ilustra um estágio significativo da história humana e como exemplo excepcional de ocupação humana tradicional.³⁰⁵ Protegeu-se ao abrigo da convenção internacional o território da Havana intramuros e as fortalezas externas (Tres Reys, Cabaña e La Punta).

Naquele 1982, foi criado também o Centro Nacional de Conservação, Restauração e Museologia – CENCREM, uma das muitas instituições públicas voltadas para o patrimônio, que tem se organizado como um centro de produção de conhecimento e formação profissional. Os professores dos vários cursos oferecidos integram também a *Cátedra UNESCO en Ciencias de la Conservación Integral de los Bienes Culturales para América Latina y el Caribe*, que dá ao CENCREM um impulso decisivo. O Centro também presta serviços no campo da restauração e da museologia, tendo uma subdireção de monumentos e outra de bens móveis, além de um centro de documentação, dentre outros setores.

A delimitação e o reconhecimento formal de Havana Velha promovidos pelo Estado cubano, com o apoio de organismos nacionais e internacionais, não devem ser dissociados da conjuntura político-econômica de Cuba na alvorada da década de 1980, quando o país tentava se abrir para o mundo, sem conseguir, porém, superar algumas de suas contradições.³⁰⁶ As “visitas de Fidel Castro e de celebridades estrangeiras”³⁰⁷, que contribuíram para tornar Havana Velha mundialmente conhecida, não eram fatos isolados. Tudo indica a disposição de incentivar o turismo, atividade que já se mostrara altamente rentável na economia cubana do século XX. O jornalista brasileiro Jorge Escosteguy, que visitou o país entre 1977 e 1978, registrou esse processo já em andamento:

De início, foi necessário preparar novas instalações, reformar as antigas e estabelecer uma estratégia que não prejudicasse o turismo interno, dos trabalhadores, já amplamente organizado. Funcionários cubanos percorreram as principais capitais do bloco socialista e de países europeus e latino-americanos, oferecendo planos especiais para grupos de turistas (...)

³⁰⁵ SILVA, Fernando. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Peirópolis: EDUSP, 2003, 89-94.

³⁰⁶ Ver, p.ex., MARQUES, Rickley. A Condición Mariel. **Revista Brasileira do Caribe**, v. VIII, n. 16, p. 473-506, 2008.

³⁰⁷ SCARPACI, J.; SEGRE, R. e COYULA, M. Op. Cit., p.158.

A receptividade foi imediata. Canadenses, venezuelanos, mexicanos e espanhóis, principalmente, passaram a gastar seus dólares na ilha, fazendo, como dizem os cubanos, “um turismo barato e sadio” (...) o governo manteve praticamente todas as atrações turísticas famosas que existiam antes da Revolução: os mesmos restaurantes, como o *Floridita*, os bares boêmios, como *La Bodeguita del Medio*, e os cabarés com shows internacionais, como o *Tropicana*.³⁰⁸

A estratégia foi bem sucedida, o turismo em Havana, trinta anos depois da visita do jornalista brasileiro, é intenso. Na *calle Obispo*, por exemplo, que liga a Praça de Armas ao Parque Central, milhares de turistas se espremem todos os dias em busca das *tiendas* de artesanato, dos bares e restaurantes ou dos inúmeros museus e eventos culturais espalhados pelo labirinto de ruas e esquinas de Havana Velha. O centro histórico, portanto, é também o produto de uma política urbana calcada na patrimonialização, que contribui para reposicioná-lo como espaço público e impacta a metrópole inteira, favorecendo a inserção dela em fluxos globais.

Havana começou a ser reconhecida internacionalmente como um destino turístico pelo menos desde os idos de 1930.³⁰⁹ Foram nos anos 50, porém, que o capital norte-americano investiu centenas de milhares de dólares em indústrias leves e serviços, sem falar da economia gerada pelo crime organizado, com jogo, drogas e prostituição. Havana não vivia somente da beleza de suas praias e do clima tropical, era bastante procurada pelos cassinos e diversões mundanas, um circuito que incluía também Las Vegas e Miami.

the Batista government of the 1950s participated in these lucrative businesses through its approval of concessions and licenses and the construction of multimillion-dollar tourist complexes.(...)

At the city's edge there survived a smattering of local culture and theater, designed mainly for the nighttime entertainment of U.S. tourists. There, the Tropicana cabaret and its “fiery mulattas” (mulatas de fuego) became the lewd symbol of Havana in the 1950s (Cabrera Infante 1971).³¹⁰

³⁰⁸ ESCOSTEGUY, Jorge. **Cuba Hoje**: 20 anos de revolução. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p.111-112.

³⁰⁹ SACARPACI, J.; SEGRE, R.; COYULA, M. **Havana**: two faces of the Antillean metropolis. Chapel Hill: London: University of North Carolina, 2002, p.77.

³¹⁰ SCARPACI et all. *Ibidem*. O governo Batista dos anos 1950 participou de lucrativos negócios por meio da aprovação de concessões de licença e construção de complexos turísticos multimilionários (...) No centro da cidade sobreviveu um verniz de cultura local e teatro, concebido sobretudo como entretenimento noturno de

É nesse contexto que surgiria o plano de José Luis Sert, encomendado pelo ditador Batista. Sert propunha a demolição do centro histórico e a construção de um complexo de hotéis, cassinos e shoppings centers no seu lugar, pondo fim à visão do mar desde a murada do Malecón. Após a revolução de 1959, o que a política urbana fará, mais efetivamente nos anos 80 e na década seguinte, é resgatar o turismo como eixo de revitalização da cidade. Fazem parte desse processo os três *Planos Maestros* (1963-64, 1971 e 1984) para Havana, e a última revisão (1990). A organização do Estado em moldes socialistas gerou uma estrutura de planificação que tentava identificar novas prioridades e propor os caminhos para a ação. Daí, a criação do *Instituto de Planificación Física* (IPF), no âmbito nacional e, em cada província, da *Dirección Provincial de Planificación Física y Arquitectura* (DPPFA). Esta, em parceria com o CENCREM, foi responsável pela elaboração das primeiras diretrizes gerais para a recuperação de Havana Velha (*Lineamientos para el Centro Histórico*)³¹¹, ao mesmo tempo em que os planos mestres enquadravam toda a província de Havana e tratavam-na como uma entidade metropolitana.³¹²

A tradição de planejamento urbano presente na cidade de Havana, durante a era socialista, deve ser considerada em qualquer interpretação sobre os destinos do espaço urbano primitivo no presente. O Plano de 1984 aborda questões essenciais como os transportes, a moradia, o abastecimento e o turismo, retomando as diretrizes para edificação, como no passado, quando as *Ordenanzas Urbanas* foram de vital importância para a formação da paisagem da cidade. Toda essa reflexão acumulada pelos planejadores contribuiria para o sucesso da Oficina do Historiador da Cidade de Havana (OHCH), quando a organização passou, em 1993, a ser a responsável pela gestão do centro histórico.

O decreto 143, uma das reações ao “período especial”, dá plenos poderes de atuação e intervenção à OHCH, agora subordinada apenas ao Conselho de Estado. Amplia-se o “marco de autoridade” da Oficina, com personalidade jurídica e liberdade para exportar,

turistas norte-americanos. Lá, o cabaré Tropicana e as mulatas de fogo tornaram-se o símbolo libertino da Havana de 1950 (Cabrera Infante 1971).

³¹¹ OHCH (OFICINA DEL HISTORIADOR DE LA CIUDAD DE LA HABANA). Plan del Desarrollo Integral, s/d.

³¹² SACARPACI et al. Idem, p.152.

importar, comprar, vender, criar e gerir negócios e contratos nacionais e internacionais, uma condição rara no contexto do regime cubano.³¹³

À luz da trajetória do planejamento em Havana é mais fácil entender porque a OHCH, a despeito de sua imensa autarquia, institui o *Plan Maestro*, uma entidade, formada por um grupo interdisciplinar, que se apresenta como a responsável pela *concertación* (planejamento, harmonização) das políticas e estratégias de desenvolvimento, seja em relação à restauração e à conservação dos bens ou ao melhoramento sociocultural e econômico dos habitantes da região. O grupo se dedica a discussão do Plano de Desenvolvimento Integral (estratégico, de ordenamento territorial e urbano, e, socioeconômico) – que é o atual documento normativo e de planejamento. Mas, é bom lembrar que qualquer das várias esferas da estrutura organizacional da OHCH está diretamente subordinada à Direção Central, leia-se, ao próprio “Historiador da Cidade”, função exercida por Eusébio Leal, desde o decreto de 1993.

A Oficina mantém sob seu controle, inclusive, empresas de capital aberto, como é o caso da Habaguanex S.A. Engana-se quem pensa que não existem ganhos de capital na economia cubana, eles estão presentes de forma destacada no mercado hoteleiro. O grupo *Sol Meliá*, por exemplo, mantém 24 hotéis, destacando-se, ao lado da Habaguanex, nesse mercado bilionário. O atual modelo de gestão da Oficina, a partir da legislação de 1993, apresenta um organograma diversificado e inclui um verdadeiro sistema empresarial, com quatro empresas construtoras (*Restauración de Monumentos, Porto Carenas, Mercurio e Restauración Malecón*), quatro empresas do setor terciário (*Compañía turística Habaguanex S.A., Inmobiliaria Fénix S.A., Inmobiliaria Áurea S.A. e Agencia Turoperadora San Cristóbal*) e associações de bordadeiras, artesãos e de cultivo de plantas.

Dentre todas as subsidiárias, a Habaguanex é que movimenta o maior volume de recursos. Ela tem hoje sob sua administração, associada a capitais estrangeiros, 18 hotéis, alguns deles de alto luxo, tais como Saratoga, Raquel e Ambos Mundos. Além disso, controla uma rede de 32 restaurantes, mais de 60 cafeterias e bares e mais de 80 lojas e mercados, além de uma agência de viagens. A gerente comercial da empresa, entrevistada recentemente, conta que a maior parte da receita da Oficina do Historiador vem dali e que o

³¹³ Decreto-Ley nº 143, Disponível em: http://www.habananuestra.cu/index.php?option=com_content&task=category&id=24&Itemid=29.

“objetivo da Habaguanex é produzir dinheiro”. Analisando impressos publicitários que a organização veicula, entende-se a relação fria entre o lucro e o patrimônio que embasa a oferta turística. Num deles, de programação visual arrebatadora (fotografias, papel, uso das cores, etc.), encontramos a enunciação do valor memorial e cultural invocado pelos serviços que Habaguanex comercializa: “oferecemos um produto histórico-cultural concentrado fundamentalmente na parte antiga de La Habana, potencializado por nossos museus, galerias de arte, antigas igrejas, conventos convertidos em salas de concerto, espaços teatrais e lojas especializadas que evocam antigas tradições”.³¹⁴

Em meio a tais apelos, também se agrega ao produto a responsabilidade social da organização: “Habaguanex S.A. é uma fonte de emprego e uma força encarregada de promover o melhoramento das condições de vida dos habitantes da área, além de ter se convertido em um centro difusor da cultura cubana”, cuja “aliança inquebrantável entre serviços turísticos, meio comunitário e promoção cultural institui um modo renovado e humanista de conceber relações econômicas e mercantis”.³¹⁵ No sentido da ação em benefício da sociedade, há, de fato, uma gama de entidades dedicadas à moradia, ao emprego, aos assuntos comunitários e à capacitação profissional. No plano da ação patrimonial, propriamente dita, as intervenções são coordenadas pela chamada *Dirección de Patrimonio Cultural*, responsável pelos museus, pelo gabinete de arqueologia, pelos programas de restauração, além do arquivo, biblioteca, editora e programação cultural. Outra fonte de recursos financeiros se dá pela atuação da *Cooperación Internacional*, que administra doações e programas de apoio ao patrimônio. A comunicação em larga escala é realizada pela Revista *Opus Habana*, pela Habana Rádio e também pelo portal na internet (habananuestra.cu).

É uma organização impressionante, provavelmente sem paralelo no gerenciamento do patrimônio mundo afora. A despeito do profissionalismo e dos êxitos relatados, é impossível não pensar nos inevitáveis efeitos de privatização da área patrimonializada. As mulheres vestidas de um modo “tradicional”, com turbantes e trajes bem coloridos (que lembram Carmem Miranda), e que circulam vendendo flores ou tirando fotos em troca de

³¹⁴ HABAGUANEX S.A. Hoteles Habaguanex: la Habana Vieja. S/d, p. 2.

³¹⁵ HABAGUANEX S.A. Habaguanex: compañía turística. S/d, p. 12.

pesos conversíveis, bem como os livreiros da Praça de Armas, os artesãos e todos que procuram desenvolver atividades comerciais em Havana Velha são cadastrados e pagam pelo direito de exercer seu ofício. Os cubanos, em geral, sem a “*moneda dura*” que permitiria o consumo, não podem participar ativamente do espaço público. Se o adjetivo “público”, conforme ensina Serpa, nos remete a uma “acessibilidade generalizada e irrestrita”, é necessário ponderar que um espaço acessível deve significar “mais do que o simples acesso físico a espaços *abertos*”.³¹⁶

Pelo conceito de acessibilidade propõe pensar, então, a “demarcação de territórios urbanos”, que estaria vinculada aos fenômenos de construção da alteridade e da diferença, reverberando distinções de classe social. A análise da territorialização do espaço nos alerta para o surgimento de “barreiras simbólicas, por vezes invisíveis”. É que o espaço, mais do que partilhado, é muitas vezes “dividido entre os diferentes grupos”.³¹⁷ Em Havana, na *Plaza da Catedral*, essa demarcação é evidente, porque parte da área de circulação da praça está ocupada por mesas, com seus guarda-sóis brancos, do restaurante *El Patio* (do grupo Habaguanex S.A.). É notável a presença dos turistas, assistindo sentados e bebendo ao cortejo diário dos demais visitantes, como também às performances de personagens *callejeros* ou de grupos musicais, que ficam por conta dos cubanos. A demarcação espacial, entre cubanos e turistas, se repete na *Plaza Vieja* e em outros locais do centro histórico ou nas praias da ilha, em formas variáveis.

Os impactos da produção patrimonial realizada pela OHCH também podem ser avaliados, numa outra direção, pelos resultados em termos de restauração, de urbanização, de oportunidades oferecidas à população e à vida cultural da cidade. Para fazê-lo é preciso mergulhar nas fontes existentes, nas dezenas de edições da Revista Opus Habana, nos livros dedicados à arquitetura e ao trabalho patrimonial, na farta informação virtual e nos escritos de Eusebio Leal Spengler. Este doutor em História se fez “Historiador da Cidade de Havana” em 1967, quando foi nomeado diretor do Museu da Cidade em substituição ao falecido Emilio Roig, de quem Eusebio fora discípulo. Como autoridade máxima do patrimônio no centro histórico, defende publicamente as formas da intervenção da OHCH, inclusive no que

³¹⁶ SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007, p.16.

³¹⁷ SERPA, Angelo. *Idem*, p.36.

concerne aos rendimentos econômicos de uma gestão feita nos moldes das organizações privadas:

Aquí viene otra pregunta, ¿es lícito que el patrimonio cultural genere recursos para su regeneración? La respuesta es sí. La otra insistencia sería: no privatización, no es indispensable, no banalización, no prostitución del patrimonio cultural. Es posible, lo cual no quiere decir que en muchos lugares un patrimonio que esté en posesión de una familia, de una determinada corporación, de una entidad, no sea admirablemente gestionada. (...) Puedo decir que nueve años después habíamos generado más de diez mil empleos, de los cuales más del cuarenta por ciento era para mujeres, que habíamos atendido a la masa general y particular de los discapacitados, que habíamos logrado ver dentro de ese conglomerado humano quiénes son los elementos que sufren o padecen el mayor riesgo posible, además de interesarnos de manera viva por la mujer y el niño, y de esa forma extendimos una red poderosa que podíamos presentar al mundo como una realización práctica.³¹⁸

A despeito do tom paternalista do enunciado de Eusebio Leal, é fato que o valor adicionado ao espaço pela restauração e revitalização do centro histórico estimula a atividade turística e que esta, por sua vez, torna-se a principal fonte de recurso para a realização do “plano de desenvolvimento integral” e para investimentos em mais infraestrutura, em mais restauração e promoção sociocultural. Enquanto Havana Velha intensifica sua projeção mundial e remunera lucrativamente o capital estrangeiro investido, abre oportunidades para os havaneiros de toda a capital, que aprendem a transformá-las em incremento da própria renda, em rede de relacionamentos e em solidariedade social. A gestão do patrimônio, sem dúvida, é a grande indutora desse cosmopolitismo, restituindo a

³¹⁸ SPENGLER, Eusebio. La cultura, única certeza para un proyecto sostenible. In: RESINES, I. (org.) **Manejo y Gestión de Centros Históricos**: conferencias de los encuentros internacionales II y III, La Habana Vieja, 2003 y 2004. La Habana: Boloña, 2005, p.12; 16. Aí vem outra pergunta: é lícito que o patrimônio cultural gere recursos para sua recuperação? A resposta é sim. A outra insistência seria: não à privatização, não é indispensável, não à banalização, não à prostituição do patrimônio cultural. É possível, o que não quer dizer que em muitos lugares um patrimônio que esteja em posse de uma família, de uma determinada corporação, de uma entidade, não seja admiravelmente gerida. (...) Posso dizer que nove anos depois havíamos gerado mais de dez mil empregos, dos quais quarenta por cento era para mulheres, que havíamos atendido a massa geral e particular dos deficientes, que havíamos conseguido ver dentro desse conglomerado humano quem são os elementos que sofrem ou padecem de maior risco, além de nos interessar de maneira viva pela mulher e a criança e, dessa forma, estendemos uma rede poderosa que podíamos apresentar ao mundo como uma realização prática.

centralidade urbana de Havana Velha pela reorientação de sua função na cidade e no imaginário cubano e pela contribuição que ela oferece à recuperação econômica de todo o país. Observando o que acontece em Havana Velha, nos últimos quinze anos, faz todo sentido a afirmação de que o centro histórico é “o lugar que mais se transforma na cidade”.³¹⁹

As mudanças são de toda ordem: visuais e ambientais, por conta da restauração e da revitalização da infra-estrutura; econômicas, com a promoção de novos usos e empreendimentos; sociais, com a introdução de benefícios ou mesmo restrições aos seus antigos moradores, e, também, culturais, com a valorização das artes, dos lugares de memória e do imaginário histórico. O intercâmbio entre visitantes e cubanos é favorecido pelo ambiente urbano de Havana Velha, sempre instigante. Ele nos lança diretamente em meio à realidade social cubana e, ao mesmo tempo, oferece oportunidades únicas de encontro com a beleza das artes, dos cenários cotidianos e com a exuberância humana de sua gente. Em 2009, por exemplo, dois eventos agitaram as ruas, museus e galerias do centro histórico, o 14º Festival Internacional de Dança em Paisagens Urbanas e a 10ª Bienal de Arte de Havana. No primeiro, também chamado de “*Habana Vieja: Ciudad en Movimiento*”, a dança se fez presente nas praças e nos teatros, com apresentações de grupos de catorze países, além das companhias cubanas. O evento contou com grandes platéias, assim como a Bienal de Havana, na qual a pintura, a escultura e as demais artes visuais, de vários lugares do mundo, foram oferecidas, com acesso gratuito, ao público.

Com o emblema de patrimônio mundial, Havana Velha desponta como “espaço de todos”, ensejando experiências que transcendem o âmbito local, mas tendem a limitar sua heterogeneidade, na medida em que vai sendo museificada como centro histórico.³²⁰ De outro modo, contra os poderes institucionais que controlam seu espaço urbano, Havana Velha permanece se movimentando como lugar de interação e de encontro, como fora no passado o porto das tabernas incontáveis. O patrimônio, ali, mostra virtudes em relação aos

³¹⁹ CARRIÓN, Fernando. Gestión o gobierno de los Centros Históricos. In: RESINES, I. (org.) **Manejo y Gestión de Centros Históricos**: conferencias de los encuentros internacionales II y III, La Habana Vieja, 2003 y 2004. La Habana: Boloña, 2005, p. 67.

³²⁰ CARRIÓN, Fernando. Op. Cit., p.67.

usos e apropriações do espaço, bem como ao intercâmbio étnico e cultural, proporcionando, no presente, outro grande momento de intensificação da vida urbana havaneira.

Capítulo 5

Patrimônio e turismo: invocações da cultura e da memória

Yo pertenezco a una sociedad efervescente, que convulsiona, con un futuro absolutamente incierto e impredecible. En un sitio donde hace sólo quinientos años vivían hombres en cuevas, desnudos, que cazaban y pescaban y apenas conocían el fuego. (...) Un sitio estrepitoso donde nada permanece inalterable por mucho tiempo. (Pedro Juan Gutiérrez)

Virginia Domínguez entende que a cultura, ou seu problema de significado, precisa ser investigada nas situações em que ela é “invocada para descrever, analisar, discutir, justificar, teorizar” e “naquilo que [em seu nome] está sendo cumprido socialmente, politicamente, discursivamente”³²¹, daí, a reflexão de que as práticas de patrimônio são hoje responsáveis por (ou cumprem, desempenham) variadas modalidades de invocação (ou chamamento, evocação) da cultura e, podemos acrescentar, da memória. Segundo Yúdice, para uma análise contemporânea dos usos da cultura, e de seus modos de enunciação, é necessário interrogar sobre questões de “gerenciamento”, “conservação”, “acesso”, “distribuição” e “investimento”³²² que lhe estão associadas. De certo modo, essas questões são as mesmas sobre as quais nos debruçamos em relação às práticas de patrimônio e, na atualidade me parece impossível dissociar a produção de patrimônio das invocações da cultura e da memória.

Em certos contextos, como o caso de Havana ilustra muito bem, a produção e gestão do patrimônio também não poderá ser compreendida sem a observação do turismo. À medida que os operadores do negócio turístico se apropriam dos espaços ou bens consagrados como patrimônio, enquanto atrativos, deixam cada vez mais evidente que o

³²¹ DOMÍNGUEZ, Virginia. Apud YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p.46. Yúdice faz dessa compreensão o objetivo de seu livro.

³²² YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p.13.

patrimônio e seu gerenciamento participam da racionalidade, predominante em nossa época, que faz da cultura uma nova “reserva disponível”, passível de ser explorada ou mesmo expropriada como qualquer outra.³²³ Maria Simão, no livro *Preservação do patrimônio cultural em cidades*, faz um apanhado de considerações sobre a “atividade turística” que servem muito bem ao nosso objetivo de observá-la na interseção com as práticas de patrimônio.³²⁴ Baseada em Krippendorf, Beni e Urri, a autora discute que o desejo de ser turista está nas raízes da sociedade industrial, a “necessidade de viajar” estaria associada à vontade de ruptura com a duração cotidiana, marcada, em geral, pela monotonia.

Estima-se em mais de quinhentos milhões o número de viajantes entre os países, ou seja, considerado apenas o âmbito internacional, a cada ano. Além da óbvia relevância econômica, as viagens, de lazer ou de negócios, sustentam e estimulam boa parte das trocas de informações e intercâmbios que movimentam as redes de comunicação e a circulação de bens simbólicos. Embora de difícil definição, o turismo pode ser concebido pela presença de algumas condições observáveis. A concretização do fenômeno é a espacialização do sujeito turista, ele deve se deslocar, permanecer nos locais para os quais se deslocou e lá vivenciar uma temporalidade distinta daquela de seu cotidiano. Em meio a essas dimensões do fenômeno é que se constituiria o objeto do turismo, elaborado por agentes especializados como sendo a “oferta turística”. A complexa questão da escolha do destino pelo turista já se aproxima do nosso debate específico sobre a produção de patrimônios culturais, mas é justamente no exame da *oferta* que se pode estabelecer mais diretamente o entrelaçamento da cidade e de seu patrimônio ao fenômeno turístico.

Nesse sentido, vale lembrar que a análise da oferta turística tende a dividi-la em “atrativos”, “equipamentos e serviços” e “infra-estrutura urbana”. A definição de atrativo, feita por Simão, põe de lado os modos mais comuns da invocação patrimonial, revelando uma versão menos encantada do valor que as expressões culturais ou os artefatos e lugares da cidade teriam para a sociedade. Os atrativos costumam ser concebidos como “recursos naturais ou culturais que constituem a base da atividade turística e garantem o fluxo de

³²³ YÚDICE, George. *Ibidem*.

³²⁴ SIMÃO, Maria. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

turistas”.³²⁵ Isso se dá porque na base da necessidade de viajar está a expectativa de fruição de algo. Meneses entrevê na construção da subjetividade do turista o papel exercido pela literatura, pela narrativa histórica e, mais tarde, pelos guias de viagem.³²⁶ Com a comunicação ampliada pela reprodutibilidade de imagens, sons e textos, aumenta o desejo de vivenciar lugares que parecem cada vez mais próximos e acessíveis. Os monumentos, a arquitetura e a vida urbana foram, desde o começo da atividade turística, objetos dessa sedução.

A emergência do monumento na vida social, que será discutida no último capítulo, já anuncia a materialização de uma “função essencial do espírito”, a memória.³²⁷ A princípio transmitida e modificada pela oralidade, a memória tende a se perpetuar em artefatos, no sentido corrente de objeto feito à mão, que se apresentam também como signos, remetendo-nos ao universo da linguagem e do discurso. O desenho, a escultura e a arquitetura destacaram-se na função memorial antes mesmo do testemunho escrito. O valor cognitivo deles, conforme ensinou Choay, se fortalece com o prestígio da História como disciplina e da Arte como esfera autônoma. Há, portanto, valores estético, memorial e histórico associados ao monumento e a arquitetura, eles podem ter sido, como ainda hoje, componentes importantes da motivação do viajante moderno.

A própria cidade também será concebida como entidade singular e espaço privilegiado para a expressão de memórias e fantasias. No ensaio de Nelson Brissac e Paulo Sérgio Rouanet, acerca do *Trabalho das Passagens* de Walter Benjamin, reitera-se a necessidade de interpretação dessa cidade metafórica que mora nos homens e está, portanto, povoada pelas representações que fazemos dela. A arquitetura, a moda, a publicidade, as passagens e lugares formariam, para Benjamin, a “consciência onírica do coletivo”.³²⁸ É claro que o urbanita habita uma cidade real, objetiva, no sentido marxista, mas mesmo esta permanece sendo atravessada pela utopia e pelo mito, assim como a

³²⁵ SIMÃO, Maria. Idem, p.65.

³²⁶ MENESES, José. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.36-40.

³²⁷ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003, p.526.

³²⁸ PEIXOTO, Nelson & ROUANET, Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: **Revista USP**, São Paulo, n. 15, p. 49-75, 1992.

“cidade de sonho”. Nessa compreensão, pode-se afirmar que a experiência do turista passa necessariamente pelo universo de representações, utopias e mitos que fazem de cada cidade um espaço imaginado. O apelo visual, que sempre esteve presente nos monumentos, também se reproduz na cidade como um todo; basta lembrar o urbanismo monumental.

Ycarim Barbosa nos mostra como algumas imagens e mitos são criados, sobretudo por intermédio da publicidade, para vender as cidades como destinos turísticos.³²⁹ Mas, isso nem sempre reverte em melhoria da conservação dos atrativos ou assegura a participação da sociedade no planejamento e nos rendimentos. Daí ser necessário observar como se dá a relação entre as práticas patrimoniais, voltadas para a cidade e para seus centros históricos, e os interesses relacionados ao uso da cidade como produto turístico. Obviamente que não se despreza, aqui, o papel do turismo no financiamento de políticas de restauração e de revitalização de lugares. Entretanto, abusos podem trazer efeitos danosos e levar à depredação do patrimônio instituído e à degradação das condições de vida da população local.

As coisas patrimonializadas, enquanto *atrativos* da oferta turística, aparecem no meio dessa encruzilhada. De um lado, o consumo delas pelo turista – que pode não ir além da “nostalgia das origens” ou da “obsessão pela autenticidade”, como faz ver Baudrillard³³⁰ –, mística que nem sempre revela um interesse genuíno pelo passado. De outro, as práticas de gestores públicos e parceiros privados, que buscam determinados dividendos por meio da configuração de um produto turístico. E, finalmente, os próprios cidadãos, portadores de memórias e usos tradicionais de lugares e edificações, nem sempre organizados para a defesa de seus próprios interesses. Por tudo isso, parece-me necessário problematizar a categoria de “turismo cultural” enquanto projeto e, portanto, com um caráter ideológico a ser considerado.

Um dos objetivos deste capítulo é evidenciar e contrapor diferentes esferas de *gerenciamento* da vida urbana, em especial, o patrimônio e o turismo. Num futuro próximo, será improvável a separação dessas esferas para o exercício de um planejamento urbano que se pretenda eficaz. Em Havana, essa perspectiva integradora para a cidade já começou e

³²⁹ BARBOSA, Ycarim. **O Despertar do Turismo**: um olhar crítico sobre os não-lugares. São Paulo, Aleph, 2001.

³³⁰ BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 84.

o patrimônio, penso, tem sido o eixo orientador do debate. Não obstante, a implantação de um território turístico que se confunde com a zona da cidade que é protegida como patrimônio traz, irremediavelmente, equívocos, conflitos e questões a serem administradas.

5.1 Havana Velha, o patrimônio urbano como território turístico

A concepção que rege a restauração e a destinação das edificações que são objeto da ação patrimonial da Oficina do Historiador da Cidade de Havana (OHCH) favorece, sem dúvida, o uso e as invocações delas pelo turismo. Elas vão desde a criação de instituições de memória, tais como os museus e galerias de arte, até a transformação dos prédios em equipamentos e serviços turísticos, marcadamente hotéis, restaurantes e lojas. A tese de doutorado de Madeline Menéndez, orientada por um ex-diretor do *Plan Maestro* – entidade da OHCH apresentada no capítulo anterior – e com a colaboração de vários integrantes do grupo, expressa muito bem o pensamento sobre conservação e restauro que orienta a intervenção conduzida no território administrado pela Oficina. A vinculação teórica da autora se confirma com a publicação da tese pela *Ediciones Boloña* (uma das empresas vinculadas à OHCH), fato que não diminui a contribuição da obra, um dos estudos mais importantes a respeito da arquitetura da velha cidade. Trata-se de *La Casa Habanera: tipología de la arquitectura doméstica en el centro histórico*, nele Menéndez defende que,

[en la] protección de las áreas urbanas patrimoniales, y dentro de ellas los centros históricos, es inevitable la asimilación de nuevos usos, y la aceptación de cambios en las modalidades e intensidades de los tradicionales. En los centros históricos son requisitos indispensables para su vigencia: el fortalecimiento – o recuperación – de la centralidad, y el aseguramiento de la heterogeneidad funcional, dentro de un conveniente equilibrio de usos.³³¹

³³¹ MENÉNDEZ, Madeline. *La Casa Habanera: tipología de la arquitectura doméstica en el centro histórico*. La Habana: Boloña, 2007, p.11. [na] proteção das áreas urbanas patrimoniais, e dentro delas os centros históricos, é inevitável a assimilação de novos usos e a aceitação de mudanças nas modalidades e intensidades dos tradicionais. Nos centros históricos são requisitos indispensáveis para sua vigência: o fortalecimento – ou recuperação – da centralidade e a garantia da heterogeneidade funcional, dentro de um conveniente equilíbrio de usos.

Essa é a perspectiva consagrada na atuação da OHCH em Havana Velha, coerente com o compromisso do Plano de Desenvolvimento Integral de conservar o caráter residencial da área patrimonializada, mas garantir “mudanças nas modalidades” de uso tradicional, o que permite o desenvolvimento de uma série de serviços turísticos em edificações que antes eram destinadas à moradia. Menéndez busca fundamentar seu ponto de vista no exame histórico da noção de tipologia arquitetônica, considerada enquanto “expressão dos traços essenciais de um grupo de edificações, independentemente dos aspectos formais que asseguram as particularidades”.³³² Em contraposição à postura da arquitetura moderna, cada vez mais alheia à historicidade da cidade, os estudos tipológicos, que amadureceram no século passado com a Carta de Veneza (1964), estendem o conceito de monumento aos sítios urbanos (ou rurais), defendem a conservação baseada na ambiência e na história desses conjuntos de edificações e, além disso, uma destinação útil para a sociedade.³³³ A intervenção em Havana Velha busca, portanto, respaldo no conhecimento já estabelecido sobre as relações entre patrimônio histórico-cultural e cidade. O plano da cidade de Bolonha (Itália), pioneiro na classificação tipológica do centro histórico, parece ter servido de paradigma, à medida que propõe o acesso às formas e aos tipos de vida locais partindo do “seu interior, de sua formação, da forma como se agregam” as edificações.³³⁴

A perspectiva da tipologia abre espaço para a percepção da continuidade entre a área da velha cidade intramuros e o seu entorno, particularmente a zona fronteira às muralhas, que já na primeira metade do século XIX supera as proibições e fica coberta de casas (Le Riverend), e o bairro contíguo de Centro Havana. As edificações nos dois bairros, de Havana Velha e Centro Havana, bem como na região de fronteira entre eles, são em grande parte coetâneas, sugerindo relativizar, do ponto de vista arquitetônico, a existência

³³² MENÉNDEZ, Madeline. Idem, p.18.

³³³ CARTA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E SÍTIOS, CARTA DE VENEZA. In: CURY, Isabelle, Op. Cit., p.92-93. A Carta é resultado do II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos de monumentos históricos.

³³⁴ CESARE, Carlo. Apud MENÉNDEZ, Madeline. Op. Cit., p.19.

de um “centro colonial” único e intocado. Segundo Menéndez, somente cerca de duzentas edificações domésticas, em um total de 2.720, foram construídas nos séculos XVII e XVIII. Outros 66% do total edificado no centro histórico são da primeira metade do século XX, já no período republicano, época também da edificação da maior parte da arquitetura civil pública em torno do Parque Central, onde predominam o estilo neoclássico e o ecletismo.³³⁵ A constatação acima de forma alguma diminui o legado arquitetônico e urbanístico de Havana Velha, ao contrário, faz expandir para fora do perímetro da Unesco a demanda por conhecimento e conservação patrimonial.

A mistura de estilos arquitetônicos, sobretudo a partir da expansão urbana, faz parte do que Carpentier pensou como o “estilo sem estilo” de Havana:

La vieja ciudad, antaño llamada de *intramuros*, es ciudad en sombras, hecha para la explotación de las sombras – sombra, ella misma, cuando se la piensa en contraste con todo lo que fue germinando, creciendo, hacia el Oeste, desde los comienzos de este siglo [XX], en que la superposición de estilos, la innovación de estilos, buenos y malos, más malos que buenos, fueron creando a La Habana ese *estilo sin estilo* que a la larga, por proceso de simbiosis, de amalgama, se erige en un barroquismo peculiar que hace las veces de estilo, inscribiéndose en la historia de los comportamientos urbanísticos.³³⁶

A ideia de barroquismo, como sendo o comportamento urbanístico de Havana, é mais facilmente compreendida se lembramos da discussão de Lewis Mumford sobre a organização barroca. Tratando do contexto europeu, Mumford entende que antes da passagem para uma organização urbana marcadamente barroca houve uma fase intermediária, “na qual o novo e o antigo se misturaram e ganharam reciprocamente”. Fase que em Havana se iniciaria no século XIX, com a demarcação do Vedado e as ocupações

³³⁵ MENENDÉZ, Madeline. **La Casa Habanera**: tipología de la arquitectura doméstica en el centro histórico. La Habana: Boloña, 2007, p.79.

³³⁶ A velha cidade, antes chamada *intramuros*, é uma cidade em sombras, feita para a exportação das sombras – sombra ela mesma, quando se faz o contraste com tudo que foi germinado, crescendo, até Oeste, desde o começo deste século, em que a superposição de estilos, a inovação de estilos, bons ou maus, mais maus do que bons, foram criando a Havana esse estilo sem estilo que, por processo de simbiose, de amálgama, se constrói em um barroquismo peculiar que faz as vezes de estilo, inscrevendo-se na história dos comportamentos urbanísticos. In: CARPENTIER, Alejo. **La Ciudad de las Columnas**. La Habana: Letras Cubanas, 1982, p.13-14.

rente as muralhas (Avenida das Missões, Bélgica e Monserrate) e que prossegue com as grandes intervenções feitas na fronteira entre *Ciudad de La Habana* (Havana Velha) e Centro Havana, demarcada, de um lado, pelo Passeio do Prado (atual *Paseo de Martí*), o monumental Capitólio Nacional e o Parque da Fraternidade. Mas, Munford rejeita a existência de uma “renascença”:

Há, contudo, trechos de ordem renascentista, espaços abertos e clarificações que modificam belamente a estrutura da cidade medieval. Se as novas edificações, com sua gravidade impessoal e a sua decorosa regularidade, rompem a harmonia do padrão medieval, estabelecem uma relação em contraponto que ressalta, por contraste, qualidades que estariam desprezadas, muitas vezes invisíveis, de natureza estética, nas mais velhas ruas e edifícios. O próprio tema continuou sendo medieval; mas novos instrumentos foram acrescentados à orquestra e tanto o ritmo quanto a cor tonal da cidade foram modificados.

Os símbolos desse novo movimento são a rua reta, a ininterrupta linha horizontal de tetos, o arco redondo e a repetição de elementos uniformes, cornijas, lintéis, janelas e colunas, na fachada.³³⁷

O autor prefere o usar a expressão “cidade barroca”, na interpretação histórica de um período entre os séculos XVI e XIX, enquanto descrição social e não só como uma referência restrita à arquitetura. Resgata, então, o conceito de barroco para assinalar seus conteúdos contraditórios, lembrando o “aspecto matemático e abstrato, expresso com perfeição no seu rigoroso plano de ruas, nos seus traçados urbanos formais e nos seus desenhos geometricamente ordenados de jardins e paisagens”, bem como, “o lado sensual, o rebelde, o extravagante, o anticlássico, o antimecânico, expresso nas suas roupas e na sua vida sexual, bem como no seu fanatismo religioso e no seu desvairado estadismo”.³³⁸

Impossível ignorar as presenças de um pólo e do outro, quando perambulamos por Havana Velha, entre as casas que configuram suas ruas: a rebeldia das sacadas que te miram, de cima, em fachadas muito bem detalhadas – com cornijas, frisos, arquitraves, vergas, guardas-corpo, platibandas, ombreiras, etc. –, onde, em meio ao prodígio da técnica

³³⁷ MUNFORD. Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 416.

³³⁸ MUNFORD. Lewis. *Idem*, p.419.

arquitetônica brotam ornatos em forma de flores, animais, folhas, acentuando a sensualidade e o anti-mecanicismo da paisagem e, mais ainda, pelas flâmulas que balançam nos varais improvisados. Mesmo que entre as alamedas de Vedado outra ordem apareça, a da trama ortogonal, elas vêm arejadas por jardins e praças, de arborização generosa, e por sobrados avarandados.³³⁹ Em Centro Havana, a tensão entre o “aspecto” matemático e o sensual é evidente, as fachadas alinhadas dos prédios de três andares, entre outros neoclássicos, *art déco*, modernos, são acompanhadas de afrescos no teto do vestíbulo (área que dá acesso à vivenda térrea e à escada), pisos extravagantes e os mirabolantes *guardavecinos* – arte em ferro, mais do que proteção –, que separam as sacadas dos andares geminados.

As contradições da cidade barroca produziram, além dos delírios das fachadas e paisagens havaneiras, marcas inconfundíveis. Quem vai à Havana há de concordar com Alejo Carpentier sobre o fato de estar na “cidade das colunas”. Impossível esquecer os pórticos dos edifícios que marcam a paisagem de *calzadas* e avenidas, com suas arcadas e colunatas, formando galerias, dentro das quais os pedestres se abrigam e se podem regozijar do sol caribenho. Cidade das colunas que poderia com a mesma pertinência ser chamada de cidade dos arcos. Colunas e arcos que se multiplicaram fora do centro histórico, como no *Paseo de Martí*, no *Malecón*, em *Galiano*, *Belascoáin* ou *Infanta*, entre outras vias públicas. É nas ruas (*calles*) de Havana que se reconhece seu “barroquismo” e talvez seja nesse sentido que a metrópole de hoje encontre, senão um estilo, um patrimônio edificado que, por essa singularidade, merece a atribuição de exemplo excepcional de ocupação humana.

A conservação desse patrimônio passa, necessariamente, pelos debates no campo da restauração. Um exemplo disso é a restauração da *Farmacia Sarrá*, fundada (1853) como farmácia *La Reunión* pela sociedade *Catalá, Sarrá y Compañía*, na rua *Teniente Rey*, número 22. Um dos grandes projetos da Oficina do Historiador da Cidade é a conversão desse espaço no *Museo de la Farmacia Habanera*. Conforme defende a Revista *Opus Habana*, na Farmácia Sarrá os conceitos “conservação ou restauração crítica” e de “restauração objetiva” (aparentemente contraditórios) são utilizados para justificar as “mudanças na estrutura e no

³³⁹ Há, portanto, relação com o projeto de Brasília que, como comentaremos na conclusão, apresenta sua cota de inspiração barroca.

ambiente”, abordando o espaço como uma obra única, num ato crítico, mas também criativo.³⁴⁰ Objetiva porque se inclina a levar em conta valores históricos e documentais nas decisões acerca dos projetos de intervenção, mas crítica quando aceita novos arranjos em função de demandas atuais.

Assegura-se, assim, em Havana Velha, a refuncionalização da arquitetura, em geral, daí a definição de diferentes graus de intervenção (ou até a proibição), com a liberação para novos usos. O próprio espaço museístico, no caso da Farmácia Sarrá, é uma prova disso, com suas áreas de exposição que “serán el punto inicial de todo el circuito de visitas y que, de manera didáctica, mostrarán la importancia de este singular complejo farmacêutico-industrial”.³⁴¹ Evidentemente, o campo da restauração é marcado por conflitos teóricos e polêmicas que fazem dele o que é. Seja como for, a intervenção patrimonial em Havana Velha não destoa de concepções contemporaneamente aceitas. Acredita-se, agora, que qualquer posição extrema no jogo da conservação patrimonial pode ser danosa. Havana Velha, inclusive, já foi palco de alguns equívocos.

A restauração estrita costuma incidir na ilusão de uma reconstituição incontestável do passado³⁴², enquanto, certamente, qualquer imóvel sofreu, ao longo do tempo, várias modificações, com a aplicação de materiais então disponíveis, e diferentes usos. É possível que a prática restauradora de tipo mais conservador ou idealista tenha se refletido no fraco desempenho das ações patrimoniais ao longo da década de 80, em que pese o relativo êxito da campanha empreendida, com a colaboração da Unesco, pela recuperação da *Plaza Vieja*. Noutra direção, o intervencionismo mais agressivo trouxe, por exemplo, a construção de um estacionamento subterrâneo na mesma Praça Velha, cujo impacto desastroso, do ponto de

³⁴⁰ OPUS HABANA, Revista. La Habana, v. IX, n. 1, p. 04-15, 2005. As origens desse pensamento sobre a restauração podem ser encontradas, dentre outras referências, na obra do francês Viollet-le-Duc, aberta à reconstituição da obra numa perspectiva que pode não ter tido lugar no passado, mas ao mesmo tempo utilizando argumentos arqueológicos e tipológicos na tarefa.

³⁴¹ OPUS HABANA, Revista. Idem, p.6.

³⁴² Contra esse tipo de intervenção levantou-se, no século XIX, John Ruskin, para quem “as marcas que o tempo neles [monumentos ou edificações] imprimiu fazem parte de suas essência” e devem ser conservados. Ver CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001, p.154.

vista urbanístico e patrimonial, acabou sendo reconhecido e a construção demolida em 1995.³⁴³

Para o exame da racionalidade que percorre as práticas patrimoniais, é preciso, então, considerá-la em meio às condições em que se dá o próprio fenômeno urbano. E, assim, para pensar o caso de Havana, há que se abordar o turismo. As novas destinações dadas ao patrimônio edificado são um componente fundamental da oferta turística controlada pela gestão patrimonial. A rede de serviços, com cerca de duas centenas de estabelecimentos, entre hotéis e restaurantes de luxo, lojas, cafés, só é possível pelos contratos firmados entre a Habaguanex S.A. e os investidores para o uso das edificações restauradas. A Habaguanex, que se denomina uma empresa turística, detém o monopólio das concessões e, provavelmente, o controle acionário das parcerias, um processo central para a configuração daquele território turístico, cujo número de visitantes aumenta a cada ano. São dessas operações que a Oficina do Historiador extrai, muito provavelmente, a maior parte dos seus rendimentos e generosos ingressos em moeda estrangeira para o país. Por essa razão, estudar a história do patrimônio, num certo tempo e lugar, não pode ser apenas o estudo da ação no campo da memória social e seus efeitos na construção da consciência histórica de um povo e de sua representação para os estrangeiros, mas também dos impactos no padrão econômico e no modo de vida daqueles cidadãos.

Em Havana, a intervenção patrimonial contribui para manter o nível de emprego que, além do turismo, engloba a construção civil e as atividades associadas à restauração e a manutenção urbana. Em geral, no território turístico, os cubanos ocupam o lugar de trabalhadores, fato que encaram como oportunidade e com grande expectativa de renda, já que os pequenos negócios voltados para o turismo têm seu retorno financeiro em CUC (peso conversível), dinheiro usado pelos turistas após converterem suas moedas e mais valorizado que o peso cubano. Jorge (nome fictício), por exemplo, se considera privilegiado porque ganha parte de seu salário em CUC, como empregado da OHCH. Conversamos durante o trajeto por onde ele guia visitantes famintos, como era meu caso, até um restaurante com música ao vivo e variado cardápio, que ele jurava ser mais barato. Segundo Jorge, sua intenção era ajudar os turistas – falou da simpatia que sentia pelos brasileiros e do fato de

³⁴³ SCARPACI et all. Op. Cit., p. 321 e 337.

que não tínhamos tanto dinheiro quanto os europeus -, mas, de qualquer modo, parecia aproveitar um pedaço do seu expediente para realizar uma atividade extra, ganhando também para indicar um restaurante que, por ser mais distante do circuito revitalizado, enfrenta dificuldades para atrair turistas.

Se a implantação do território turístico, resultado da prática patrimonial da OHCH, traz inegáveis benefícios econômicos e sociais, no campo da *vivienda*, porém, despontam visíveis contradições. Elas serão discutidas adiante, a partir das conversas que mantive com três cubanas, moradoras de Havana Velha. Antes de apresentar os dramas vividos por essas mulheres, penso que será necessário contextualizar a realidade de Cuba na última década do século XX, o chamado período “especial”. Porém, desde já, rejeito, para o caso do centro histórico de Havana Velha, o fenômeno da gentrificação (*gentrification*), especialmente na vertente teórica de fundo economicista, que estuda a formação de ganhos especulativos por meio da valorização dos imóveis dos centros urbanos, com a participação do poder público.³⁴⁴ Trata-se da aquisição de prédios sucateados das zonas centrais e a paulatina expulsão dos moradores de baixa renda, seguida de investimentos públicos, frequentemente sob o manto da preservação do patrimônio.

Relatos sobre o “Pelourinho”, como é chamado centro histórico da cidade de Salvador (Brasil), remetem com mais pertinência ao fenômeno analisado como gentrificação. As reformas de fachadas, sem um projeto efetivo de restauração, maquiavam as edificações com cores vivas (embora o IPHAN já ofereça assessoria técnica para a fabricação de uma paleta de cores verossímil), sendo acompanhadas de transferências compulsórias de moradores e de novas destinações aos imóveis.³⁴⁵ A ideia foi construir uma ambiência para encher os olhos dos turistas, mas sem qualquer significado histórico. Ainda que o processo cubano seja distinto, problematizações dessa ordem não devem ser descartadas quando se pretende compreender a intervenção no *casco* histórico havaneiro, até porque lá também a ação patrimonial gerou transferências de moradores, fazendo com que os albergues,

³⁴⁴ RIGOL, Sergi. Gentrification: conceito e método. In: CARLOS, Ana e CARRERAS, C. (orgs.) **Urbanização e Mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

³⁴⁵ BARBOSA, Ycarim. Op. Cit., p. 83-95.

embora eu não disponha de nenhuma estatística oficial, se multipliquem na “área prioritizada para conservação”.

A “criação de cenários turísticos”, expressão de Ycarim Barbosa, é a nova fantasmagoria que ronda a prática patrimonial nas cidades, embora ela não seja capaz de esconjurar as assombrações que lhe antecedem: as “histórias corrompidas pelo tempo, ou selvagens” que habitam as coisas, construções e lugares. Para Michel de Certeau, estas histórias são os verdadeiros “fantasmas da cidade”, evocados pelo discurso do patrimônio.³⁴⁶ O negócio do turismo, em que pese seu aporte para as iniciativas de conservação, invoca de tal modo os “espíritos do lugar” (não seriam eles a cultura e a memória?) que nem sempre é capaz de trazê-los à luz. Escondidos nos desvãos das casas restauradas ou ainda em ruínas, abandonados à própria sorte, os fantasmas da cidade permanecem lá a nos espreitar e a exigir aquilo que lhes pertence.

5.2 Ruínas e contradições

Richard Gott, em *Cuba: uma nova história*, pondera que a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do bloco comunista europeu, detonada, em 1989, com a queda do Muro de Berlim e a execução de Ceausescu na Romênia, conduziu Cuba a um colapso iminente. Gott considera a resistência do regime cubano, em meio à catástrofe econômica e política, um fato surpreendente e sem parâmetro de comparação na história.³⁴⁷ O “período especial em tempo de paz”, segundo Fidel Castro, começou com a queda do suprimento de petróleo fornecido pela União Soviética, que também parou de importar açúcar cubano por um preço acima do mercado. Terminados os subsídios do bloco soviético, a capacidade de importação do país despencou em 70%. Faltaram peças de reposição,

³⁴⁶ CERTEAU, Michel; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

³⁴⁷ GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.321-334.

fertilizantes e rações animais e, finalmente, o abastecimento de alimentos para a população ficou comprometido.

Sem energia suficiente até mesmo para alavancar a produção de alimentos, voltaram às ruas de Havana as carroças puxadas à cavalo e meio milhão de bicicletas chinesas passaram a circular. No campo, “300 mil juntas de bois substituíram 30 mil tratores soviéticos”.³⁴⁸ Começaram os cortes de eletricidade, gás e água por pequenos períodos e um programa para estimular a produção de alimentos. No entanto, medidas pontuais não foram suficientes para impedir a subnutrição. A blogueira Yoani Sánchez, uma das poucas vozes críticas que consegue escapar ao bloqueio à internet mantido pelo governo, lembra-se bem dessa época:

Talvez tenhamos que retomar as incríveis receitas dos piores momentos do “período especial”, como bife feito com cascas de *grapefruit* ou picadinho de casca de banana. (...)

Este junho [2009] começou bem parecido ao daqueles anos obscuros do Período Especial. Intranquilidade, cortes de energia em alguns bairros e uma sensação generalizada de que estamos indo ladeira abaixo. Não sou mais aquela adolescente medrosa e passiva que ouviu tantas vezes dos pais “vai deitar, Yoani, hoje não temos nada pra comer”. Não estou disposta a aceitar outro período de palavras de ordem e pratos vazios (...)³⁴⁹

O governo de Castro, embora tenha demorado a reagir, foi além da retórica, algumas medidas econômicas abriram o regime e possibilitaram uma lenta recuperação. Gott faz um apanhado dos decretos-lei que “salvaram” a economia da derrocada. O de número 140, de agosto de 1993, autoriza o uso do dólar americano no comércio de bens e serviços, com o peso cubano para pagamento de salários e transações internas. O decreto-lei 141, de setembro de 1993, liberou o emprego autônomo em alguns setores e, logo, os pequenos negócios no setor de serviços, que haviam sido proibidos desde 1968. O decreto 142, por sua vez, regulava a formação de cooperativas agrícolas em substituição às fazendas estatais.

³⁴⁸ GOTT, R. Idem, p.323.

³⁴⁹ SÁNCHEZ, Yoani. **De Cuba, com carinho**. São Paulo: Contexto, 2009, p.95 e 62.

Gott para aí, mas quero lembrar que o decreto seguinte, de número 143 (outubro de 1993) é o que delega à Oficina do Historiador (OHCH) a gestão de Havana Velha.

Vimos no capítulo anterior que o estímulo ao turismo começou ao final dos anos 70 (séc.XX). No período especial, o turismo já se apresenta como solução econômica para o país: “o Estado cubano investiu pesadamente na indústria do turismo e o governo buscou parceiros internacionais, principalmente na Espanha, França e Canadá, para ajudar a financiar, gerenciar e vender o projeto”.³⁵⁰ Reformas anteriores já tinham facilitado a operação turística, permitindo a transferência de propriedades do Estado para *joint ventures* e grandes facilidades aos investimentos estrangeiros, quanto aos impostos e remessa de lucros. Até as Forças Armadas abriram sua marca, a Gaivota, para gerir hotéis e produtos turísticos. Aos poucos, desde 1994, a economia cubana voltou a crescer, mas toda aquela década foi de reconstrução de uma economia arrasada.

Se, antes mesmo do Período Especial já era muito difícil para os residentes de Havana Velha e dos arredores investirem na reforma de suas moradias, na década da crise, por falta de materiais e de renda, a situação se agravou. Muitas edificações, onde viviam dezenas de famílias, tiveram de ser abandonadas por conta do desmoronamento e o poder público só conseguia oferecer moradias em locais distantes, o que fez com que algumas famílias, como acontece ainda hoje, preferissem correr risco de morte a ter que deixar Havana Velha.

A feição de ruína, de parte da cidade antiga, motivo de encantamento para muitos visitantes – o que pode ser entendido em função do fascínio que as ruínas exercem sobre nós –, parece ofuscar a reflexão sobre a falta de condições adequadas de vida naquelas edificações. O comentário feito aqui sobre o Período Especial evita que façamos uma crítica descontextualizada a respeito da gestão patrimonial no campo da *vivienda* (moradia). Até porque, como veremos, na municipalidade de Havana Velha acontece, atualmente, um significativo esforço de reforma ou reconstrução das moradias, embora o investimento total seja insuficiente para atender as necessidades de mais de sessenta mil moradores, que ocupam quase vinte e três mil unidades familiares.

Na esteira dessas considerações é que se deve avaliar um dos documentos desse estudo, a entrevista realizada, em 2009, com duas moradoras de um albergue ou “lar de

³⁵⁰ GOTT, Richard. Op. Cit., p. 325.

trânsito” em Havana Velha.³⁵¹ A principal narradora, Rosa, trabalha para OHCH. A definição de uma nova moradia para ela depende, como ela insiste, da instituição municipal (*Dirección de Vivienda de La Habana Vieja*), que funciona na rua Sol, número 60. A outra entrevistada, Lázara, depende de uma definição da OHCH, por intermédio da *Dirección de Viviendas* da Oficina (localizada na rua Obispo, nº 304), porque ela e a família foram removidas de um dos endereços mais valorizados da área revitalizada, com o objetivo de restauração da casa em que viviam. A situação dessa família era dramática, porque o filho, de dezessete anos, dividia o mesmo quarto com os pais, além de uma sala exígua que serve também de cozinha.

A conversa teve início pouco antes de a câmera ser ligada e Rosa logo demonstrou sua disposição para falar, disse que tinha quarenta anos de albergada e perguntava, enfaticamente, quem iria resolver seu problema, já que na Direção de Moradia de Havana Velha “se fazem horrores”, incluindo a venda ilegal de imóveis. Pedi licença para gravar e transcrevo, abaixo, a conversa, em tradução livre, com pequenos cortes ou edições para facilitar o entendimento e a identificação do falante:

Rosa – Fazem por detrás, fora da lei. Vendem clandestinamente, não legalmente. Cada vez que alguém vai lá, dizem não, não caminha o processo. Então as pessoas vão lá e dão seu escândalo com razão, porque as pessoas esperam muitos anos e ficam infelizes. A quem se vão queixar? Eu queria escrever a Fidel Castro, mas se adoentou nosso comandante. Igual Raul, que quando saiba, que mande uma verificação e se aclare tudo, ele tampouco permitiria isso.

Eu sou antes de tudo revolucionária, sim eu sou, porque eu passei muita necessidade durante o governo Batista, eu trabalhava desde os sete anos limpando chão, cuidando de crianças: com sete anos. Passei muita fome no governo Batista. O pouco que eu tenho devo a Revolução, tem muitas pessoas que (como disse Fidel sobre essa gente que caiu) querem saborear o mel, sem saber de onde surgiu, não lutaram por isso. Não lutaram, não tiveram na Sierra Maestra e são eles que estão se beneficiando.

Pergunta – quando a OHCH pega uma casa para fazer a restauração, que o caso de Lázara, então fazem a restauração e devolvem a moradia para quem era sua dona?

R – Como dizem eles, nós temos o usufruto gratuito, a casa pertence ao Estado. Quando eu a restauro... porque devem nos dar algo a nós os pobres, nós temos direitos os pobres [!], como diz o filme, nós somos os pobres e vocês são os ricos, nesse caso quem nos respalda? Quem nos respalda? E não quero ir a nenhum campo viver, eu tenho vinte doenças: sou hipertensa, tenho glaucoma e artrose generalizada. À parte disso gosto muito de Havana

³⁵¹ Foram vinte e dois minutos de registro em vídeo digital, feitos sem autorização por escrito, por essa razão, os nomes são fictícios. A gravação ocorreu na habitação de uma delas, dentro do albergue.

Velha e quero que se forem me dar algo que seja em Havana Velha, porque tenho direito, tenho antiguidade. E quero que seja aqui pelas minhas enfermidades, o pouco que me resta eu quero viver aqui em Havana Velha..

P – Seus pais viviam em sua casa?

R – Não, eu sou de Baracoa, Oriente.

P – Veio para Havana Velha depois da Revolução?

R – Sim, vivo aqui e sempre em Havana Velha.

P- Lázara também veio depois da Revolução?

Lázara – Sim.

R – Todos querem progredir, igual a outras pessoas que vão para outros países para progredir. E lá não havia vida, não havia nada. Antes da Revolução, pequeninha, vim para Holguín e depois para cá, buscando algo.

P – Como encontrou a casa que estava, antes de vir para o albergue?

R – Eu ficava na casa de uma amiga minha, aqui no *Chorro* [atual Praça da Catedral], em Havana Velha. Como eu tinha meu noivo, fiquei grávida. Então me deram a moradia em Empedrado 105, quem me deu foi o Serviço Social.

P – A senhora nunca foi procurada pela OHCH?

R – Eu trabalhei em museu trinta e dois anos, eu inaugurei o Museu (...), em 1977, e estive até 1995, (...) Aquele museu pertencia à Cultura, mas com a Oficina estou na (...), onde trabalho desde 1995 até a atualidade. Tenho muito boa opinião de nosso chefe, Eusébio Leal, porque antes de tudo é muito humano, bom para as pessoas, para as crianças e até para os cachorros, porque em cada museu temos um cachorro...

P – A OHCH tem recursos que tiram do turismo, com hotéis, etc. Esses recursos não poderiam ir para a moradia?

R – Bom, eu entendo que algo poderiam fazer pela moradia, pelos albergados...

P- Você está há quarenta anos albergada e Lázara há dez..

L – Dez aqui.

P- Então, é ou não uma prioridade que se cuide dos albergados. Isso não é responsabilidade da Oficina?

R – Não, a responsabilidade pela moradia é de Sol 60 e eu quero uma verificação. As pessoas estão cansadas, porque sabem que estão vendendo moradia e que negociam. Porém, aos que estão necessitados dão uma casa a cada mil anos e vendem por detrás, estão enriquecendo... Isso não tem nada a ver com a Oficina do Historiador, isso é outra coisa, vem desde antes de ter a Oficina...

P – Mas, as casas que estão sendo restauradas já passaram para a responsabilidade da OHCH?

L – Sim, nós [a família de Lázara] dependemos deles, da Oficina.

P- A Oficina não procurou a senhora para falar nada, depois da restauração?

L - Ofereceram em outro lugar, mas eu não aceitei.

R – Num campo, que não tem recursos, ela é doente e se precisa de um hospital de madrugada... há que caminhar dois quilômetros.

L – A casa é linda, porém para mim não. Eu sou diabética, sou hipertensa e trabalho.

P- E ofereceram somente agora, depois de dez anos?

R – Depois de estar aqui, não depois de dez anos.

P – Lá é muito longe?

R – Não há recursos para sair dali em caso de doença.

P- É na periferia de Havana?

L – Mas eu trabalho aqui mesmo, no (...) e meu marido trabalha no Porto por turnos, pode ser de manhã, pode ser à tarde ou pode ser de madrugada porque chegou um barco, então, não podemos ir pra lá. Aqui ele vem, come e pode sair para o porto e tudo bem.

R – Eu trabalho na (...), eu tenho 67 anos, tenho 42 anos de trabalho. No dia que eu trabalho eu me levanto às 4 e 20 da madrugada, porque tenho que estar aí para dar informação. E com essa idade que tenho, pode perguntar aí qual é minha atitude no ambiente de trabalho, minha diretora diz que se sente segura comigo – eu me sinto seguro quando Rosa está. (...) A diretora é exigente e eu gosto que me exijam, porque eu cumpro o que está estabelecido. Com 67 anos, não, [sorri], 68, cumpri em fevereiro. Pergunte a ela quando eu me levanto tarde aqui e quando eu falto ao meu trabalho...

P – Tem uma boa idade, é uma trabalhadora correta, uma revolucionária e ainda tem que lutar para que o albergue fique bem?

R – Agora mesmo resolvi a instalação da fossa para a rua, o gás, colocar o piso aí, resolvi também porque estávamos num escuro completo, o motor de água. Resolvi com a Oficina do Historiador, com Leal. Tudo isso que foi resolvido foi por esse companheiro, este sim é uma pessoa que olha seu trabalho e a todo mundo, ao governo e tudo – a verdade é essa. Eu sou muito agradecida, porque é uma pessoa muito humana, eu gosto muito dele, é meu chefe, porém é gente muita justa e muito humana.

P – Quando necessita de algo vai falar com ele?

R – E argumento!

L – E esse albergue de trânsito pertence a ele.

P – A solução da *vivienda* não é com a Oficina, mas esse albergue de trânsito é.

L – A minha [solução de] *vivienda* sim...

R – A minha é com Sol 60, a dela é com a Oficina.

P – Depois da restauração, o que falou a Oficina? Você disse que não quer ir para outro lugar, então lhe deram outra solução?

L – Ainda não, disseram que iam me localizar aqui em Havana Velha, mas não localizaram.

P- Está esperando uma resposta faz muito tempo?

L – Sim, faz um ano.

R – Eusébio Leal quer bem todos os velhos, em Havana Velha é como um alcaide [prefeito], todo mundo sai, abraça e você vê que a todo mundo ele entende. Ele diz que não quer retirar os velhos, porque um velho retirado da casa morre. Quando algum velhinho tem problema vai visitá-lo, porque sabe que ele ouve. Tem centro de terceira idade, aqui mesmo em Havana há um recente, tem centro geriátrico. Ele se ocupa muito da pessoa.

P – Quantas pessoas estão albergadas aqui?

R – Aqui? No papel aparecemos quatro núcleos, meu filho ficou vivendo num quartinho, que me deram como ampliação. Somos quatro núcleos, quatro famílias.

P- No total de pessoas...

R – São dez.

P – E existem muitos albergues como esse em Havana Velha?

R – Sim, porém este albergue não é tão mal, o que tem é muita umidade. E eu tenho um calor aí atrás, porque não tenho ventilação... Além disso, está caindo a escada, que é um perigo, eu convivo com esse medo

[Lázara mostra a parede estragada pela umidade]

R – A minha também está toda caída, foi consertada, mas como há muita umidade...

P – Em toda Havana Velha, quantas pessoas estão albergadas?

R – Ôoooo [fecha os olhos e balança a cabeça]... são muitos albergues e estão caindo. Aqui em frente, tiraram as pessoas, faz alguns dias, porque desabou. Pegaram os móveis e levaram para um local, porém não tem albergue para dar a eles. Aqui há muitos albergues, em Havana Velha, muitos albergues. Tiram as pessoas, mas não há para onde mandá-los, entende?

P – Há milhares de pessoas que estão albergadas em Havana Velha?

R – Sim, sim.

P – E todos esses albergues pertencem à Oficina do Historiador?

R – Não, a maioria pertence a Sol 60, *Dirección de la Vivienda*.

L – Temos que tratar com Eusébio o problema da moradia, porque Eusébio como tal tem a Direção de Moradia, que até agora não pensa em nos mudar. E não é assim, eu queria que tivesse conhecimento do porquê ainda não deram a casa. Havia uma diretora que se encarregaria de nos dar a moradia, de ver onde queremos morar e se estamos de acordo. Eu queria fazer uma entrevista, para dar conhecimento a Eusébio...

R – Isso não posso afirmar, mas você sabe que quando os rumores andam é porque é verdade, segundo dizem, a diretora da moradia de Eusébio Leal, uma tal Mercedes [Rivas], se diz vulgarmente que a pegaram vendendo casa... Não posso afirmar, mas é isso que diz todo mundo.

P – Na *Vivienda* que está ligada a Oficina...

R – [confirmando] A que está em Obispo, em frente ao que era antigamente a pizzaria Europa.

P – E tem uma alemã que está na antiga casa de Lázara, como você me falou...

R – Sim, ela vive ali.

L – Eu nem sabia que havia uma alemã.

R – Uma alemã que é diretora, que se chama “Strauss” [?], a diretora do Convento [suponho que seja o de São Francisco].

P – Essa diretora de moradia da Oficina continua lá ainda?

R – Não, Mercedes foi despedida, porque descobriram. Fizeram uma verificação e aí, Leal ficou inteirado e em seguida mandou, tiraram. Agora me faz falta que se vá à Sol 60, eu quero que se faça uma verificação profunda de anos atrás. Que se fale com Raúl Castro para mandar uma verificação na Sol 60.

P – Não se pode falar disso na Assembléia Municipal?

R – Não resolvem nada, a Assembléia não resolve nada.

Rosa chamou minha atenção para o fato de que as pessoas, incluindo parte daquelas removidas por conta dos interesses da gestão patrimonial, não são donas das moradias, pois elas pertencem ao Estado e cada cidadão tem apenas o seu usufruto. De fato, nas edificações que se tornaram *ciudadelas*, expressão cubana para o que em português chamamos de cortiço (uma habitação coletiva e precária, dividida em pequenos cômodos), o regime legal de moradia é o usufruto gratuito. Estão nessa situação cerca de dez mil *viviendas* do território considerado como centro histórico. No entanto, o usufruto não é o único regime de propriedade no centro histórico, ele representa 45.4% das moradias, outras 41,9% têm proprietários e 8% pagam aluguel ao Estado.³⁵² A situação legal dos albergados parece gerar um tipo de clientelismo estatal, considerando que os governos e a gestão do patrimônio – que a exemplo das autarquias brasileiras, goza de independência financeira, mas não política – parecem cultivar critérios econômicos e políticos para o assentamento, em detrimento do estabelecimento de prioridade, em função do tempo de espera, para as famílias sem moradia definitiva.

Grisel Quintero, doutoranda em Gestão Patrimonial, é a responsável pela *Biblioteca Histórica Cubana y Americana Francisco González del Valle*, conversei com ela sobre a

³⁵² UNESCO LA HABANA (OFICINA REGIONAL DE CULTUR PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE) e OFICINA DEL HISTORIADOR DE LA CIUDAD DE LA HABANA. **Una Experiencia Singular**: valoraciones sobre el modelo de gestión integral de La Habana Vieja, patrimonio de la humanidad. La Habana: UNESCO: Editorial Boloña, 2006, p. 41-43.

história e o desempenho da Oficina do Historiador. Seu trabalho também se vincula à Oficina através da *Dirección de Patrimonio Cultural*, órgão que administra museus e casas museus, o gabinete arqueológico, o arquivo e a biblioteca, as oficinas de restauração de bens móveis, a editora e a programação cultural. Entre outras considerações, Grisel comentou:

o trabalho da OHCH é impressionante (...) temos muitos detratores como toda obra humana, porém eu penso que há mais méritos do que qualquer crítica que se possa fazer. Há problemas sem resolver, o problema da *vivienda*, por exemplo, é um problema geral em Cuba, não é um problema de Havana. O problema da moradia é um problema cubano, um problema grave em Cuba e a Oficina do Historiador tem feito bastante, mais do que se fez em outros lugares, porém satisfeitos não estamos. Aqui, um edifício que se vai reabilitar, provavelmente, um espaço que inicialmente servia para uma família, agora há três ou quatro, já está multiplicado. Como resolver o problema dessa moradia? Há muitas questões de tipo político, dos que eu não posso falar, porque não me compete, não tenho que ver com esse assunto. Não é fácil para o Historiador da Cidade manobrar nessa circunstância. A obra é monumental e, claro, ninguém está satisfeito, totalmente ninguém está satisfeito...

Insatisfação que, no caso de Rosa e Lázara, poderia ser mitigada com a garantia de condições mais dignas de vida em albergues, dado que o problema imediato da insalubridade também é grave. A gestão das remoções promovidas pela OHCH, por sua vez, pode conduzir a uma distribuição desigual do usufruto das edificações restauradas, de acordo com as conveniências da prática patrimonial. A oferta de moradia às famílias removidas passa, necessariamente, pela reforma e ampliação das casas ou até mesmo pela construção de novas unidades dentro ou nas imediações bairro. Afinal, o próprio *Plan Maestro* afirma que seu modelo de gestão considera “a cultura como o eixo principal de desenvolvimento, e ao ser humano, portador e transmissor de padrões culturais, protagonista do processo”.³⁵³

Imagino que promover o protagonismo da população local, em situações de intervenção patrimonial nas cidades, implica em considerar suas escolhas. Até porque se o desenvolvimento humano e cultural da sociedade for, de fato, um eixo de ação – ao lado da

³⁵³ HABANA NUESTRA. Portal da Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana. Disponível em http://www.habananuestra.cu/index.php?option=com_content&task=section&id=18&Itemid=43.

sustentabilidade econômica e da conservação de bens materiais e imateriais – ele não deverá pôr de lado a questão da cotidianidade para os atuais moradores. O cotidiano, como indica o trabalho de inúmeros historiadores, é central na experiência dos cidadãos. Lefebvre, no ensaio *Introdução à psicossociologia da vida cotidiana*, observa que no cerne da cotidianidade está a apropriação. De um lado, a apropriação do sujeito em relação a sua vida particular, ou íntima, Lefebvre nos lembra que no dia a dia é que nos confrontamos com a espontaneidade, os ritmos fisiológicos, as paixões e as esperanças, onde se misturam privações e frustrações, gozo e alegria. De outro lado, há a apropriação cotidiana das convenções e valores sociais, na medida em que as necessidades mais animais são reprimidas e se transformam em desejos. Talvez advenha disso, a indiscutível excitação (no limite, o medo) que nos causam as ruas, enquanto possibilidade de realização de desejos. As ruas, com “seus lugares de passagens e de encontro”, cafés, estações, comércio e personagens, são o que melhor representa a cotidianidade – ainda que o papel destacado da ruas na vida social também venha se modificando.³⁵⁴

Meneses relata, em seu estudo sobre o “turismo cultural”, o impacto da atividade turística na praça central de Tiradentes, cidade de Minas Gerais, cujo “conjunto arquitetônico e urbanístico é tombado em âmbito federal:

O turista que visita Tiradentes estranha a ausência, em seu “centro histórico”, daquela forma de vida interiorana, uma cultura cotidiana local tão esperada em uma cidade mineira. Não há rotina de uma cidade pequena (...) como a prosa entre vizinhança, beatas a caminho da igreja, idosos a jogar conversa fora na praça, burburinho de empregados domésticos a fazerem compras matinais. (...)

Parece-me que a cidade, grande centro receptivo de turistas, sofreu mais uma acomodação ao mercado turístico de massa do que um planejamento que apreendesse e interpretasse o seu riquíssimo patrimônio cultural que, seguramente, é muito mais que sua arquitetura colonial e sua arte...³⁵⁵

³⁵⁴ LEFEBVRE, Henri. Introducción a la psicología de la vida cotidiana. In: LEFEBVRE, H. **De Lo Rural a lo Urbano**. Barcelona: Península, 1978, p. 85-103.

³⁵⁵ MENESES, José. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.64-65.

Em Havana Velha, é preciso se perder e deixar o território mais visitado pelos turistas para observar os cubanos na trivialidade de cada dia, em ruas que revelam conflitos entre a vizinhança, a brincadeira dos jovens, o jogo de dominó ou de *basebol*, o namoro e a sedução. Nesses palcos cotidianos se estabelecem e se renovam as redes de relações, quase sempre invisíveis para os forasteiros. Elas são indispensáveis para a reprodução da vida *cultural* da cidade, entendendo a cultura como produção e circulação de significados. Conforme afirma o mesmo Lefebvre, “uma arte, uma imagem, um mito que não entrem na cotidianidade (no 'vivido') permanecem abstratos ou morrem”.³⁵⁶ Partindo dessa compreensão, a realocação de moradores do centro histórico, substituídos por empreendimentos e novos atores sociais, pode colocar em risco a difusão da memória social e o conjunto de *práticas cotidianas*. Práticas que, enquanto manipulações internas a um sistema, segundo Certeau, compõem a paisagem cultural de um lugar.

5.3 Cooperação patrimonial, turismo e revolução

Após a licença de Fidel Castro para tratamento de saúde, em meados de 2006, teve início uma curiosa abordagem de Cuba em suplementos jornalísticos brasileiros. A Revolução Cubana e as realidades, sociais e urbanas, que ela trouxe passaram a ser trabalhadas como um atrativo, cujo fascínio residiria em ser um recurso finito, esgotável a qualquer momento. O marketing do produto pode ser resumido na fórmula “venha antes que acabe”. Um dos espaços de enunciação desse discurso foi o caderno Turismo da Folha de São Paulo, de maio de 2007, todas as cinco páginas dedicadas a Cuba vinham com a chamada de alto de página: “Última Chance”. Em fevereiro de 2008, o produto “revolução” continuava em alta, por exemplo, no caderno Turismo do jornal Correio Braziliense. Cuba era vendida, desde a manchete, como um retorno ao passado: “Cuba, viagem aos anos 50”. O texto de capa, à parte todas as infelicidades, é revelador:

³⁵⁶ LEFEBVRE, Henri. Idem, p.86.

O que vai ser de Cuba após Fidel Castro? Nem os cubanos têm uma resposta pronta. Na dúvida, não espere o fim do regime criado pelo ditador de 81 anos. Pegue logo um avião rumo à ilha. Descubra e desfrute os seus encantos. Antes que se torne mais um reduto de ricos europeus e norte-americanos, **em busca de sol, praias, bebida gelada, mulher bonita** e todo o conforto dos modernos resorts. Nada além do que existe na costa brasileira ou em outros destinos capitalistas do Caribe. Nas sete páginas a seguir, damos bons motivos para **embarcar nessa aventura**. Descrevemos os passeios por ruas, praças e prédios de um país **parado no tempo da revolução fidelista**. Conheça um pouco da história, cultura, costumes, sabores e prazeres de uma gente que dribla com muita criatividade, festa e bom humor as dificuldades impostas por quase meio século de **embargo econômico comandado pelos Estados Unidos**. Fique por dentro da realidade de um país e de um povo que não perdem a ternura.[grifos deles]

Negrão de Mello sugeriu pensar como matérias publicadas em cadernos de turismo tendem a misturar o informacional à retórica publicitária para a construção dos destinos turísticos. Matérias carregadas de apelos a um imaginário caribenho vêm ancoradas na “perenização da festa”, associada ao trinômio praia, sol e mar e à sensualidade.³⁵⁷ O texto de Renato Alves para o *Correio* enfatiza, sem disfarçar a subordinação de gênero, essa perenização da festa (praia, sol, mulher bonita), enquanto pondera, ingenuamente, que não é nada mais do que se encontra em qualquer lugar do Caribe e enfatiza o diferencial de um país “parado no tempo”, numa revolução que pertenceria a Fidel Castro e não ao povo cubano. Naquele mesmo fevereiro de 2008, Fidel renunciaria aos postos máximos do regime cubano e, mesmo assim, a Revolução, no momento em que escrevo essas linhas, não terminou.

Aos poucos a panfletagem de um “socialismo cubano em vias de desaparecimento”, foi arrefecendo nos cadernos de turismo. Ao mesmo tempo, na primeira década deste século, a sociedade cubana foi acumulando mudanças e esperanças. O turismo externo se fortaleceu e gera receitas crescentes, dados que, embora dispersos e irregulares, mostram uma vitalidade surpreendente. Ainda mais se levarmos em conta a crise financeira e os furacões Ike e Gustav, em 2008. As divisas geradas pela saúde ou, mais exatamente, os

³⁵⁷ NEGRÃO DE MELLO, Thereza. Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos caribes em espaços discursivos brasileiros. In: ALMEIDA, Jaime et al (orgs.). **Cenários Caribenhos**. Brasília: Paralelo 15, 2003, p.13-31.

serviços médicos, segundo afirmou o economista Pavel Vidal para a rede de notícias IPS, permanecem três vezes maiores do que as geradas pelo turismo.³⁵⁸ Numa economia mais diversificada, a atividade turística é fator de sinergia, movimentando cerca de três bilhões de dólares, com o deslocamento de quase três milhões de turistas, durante o ano de 2008. Números que confirmam a previsão do então ministro do turismo, Manuel Marrero, de um crescimento anual de 13%.³⁵⁹

Havana sozinha, também em 2008, arrecadaria 33% do dinheiro gerado pelo turismo e 49% dos turistas teriam a cidade como destino.³⁶⁰ Varadero (na província vizinha de Matanzas) é, provavelmente, o segundo destino, com mais de setecentos mil visitantes, que preferem os *resorts* à beira-mar. Havana e Varadero podem, eventualmente, compor um mesmo roteiro, mas outras cidades cubanas também se destacam na economia turística, Trinidad, Santiago de Cuba, Cienfuegos, Vale Viñales (Pinar del Río) e Guantánamo, para ficar apenas com as que detém, ao lado de Havana, o título de patrimônio mundial da UNESCO. É difícil saber qual a contribuição do esforço patrimonial, não só da OHCH, como de todos os organismos de patrimônio havaneiros, na escolha ou na permanência do turista em Havana. Mas, a minha observação direta, em março e abril (2008 e 2009, respectivamente) comprova o fluxo intenso de estrangeiros nas ruas de Havana Velha. A *calle* Obispo está sempre cheia de gente, estrangeiros e cubanos, mesmo durante os dias de semana.

A flexibilização, anunciada pelo governo de Barack Obama, das restrições de viagens à ilha por norte-americanos, muitos deles cubano-americanos, proporcionarão um novo incremento à arrecadação obtida pelo setor turístico, com seus encadeamentos nas vendas da indústria nacional e na geração de empregos. Por tudo isso, a recuperação econômica de Havana – e dentro dela a *Ciudad de La Habana*, onde atua a Oficina do Historiador – é visível; novos negócios, em que circulam capitais transnacionais, têm uma participação importante na renda de cubanos, alguns deles com o privilégio de receber em *moeda dura* (os CUC's, cuja cotação é sempre superior a do dólar). A cooperação internacional ativada

³⁵⁸ GROGG, Patrícia.. Economía-Cuba: a volta do turismo. IPS Inter Press Service, Roma, mar. 2009.

³⁵⁹ ANSA, Agência. Turismo em Cuba cresce apesar da crise financeira mundial. Ansalatina.com.br. Portal Latino-americano da Agência Ansa. Itália, out. 2008.

³⁶⁰ REVISTA BOHEMIA. Giro Capital. **Bohemia**. La Habana, n.8 (año 101), p.28-35, 2009.

pelo trabalho da OHCH faz parte desse novo cenário, trazendo investimentos em infraestrutura, restauração e serviços que, ao mesmo tempo, contribuem para a permanência e a satisfação dos visitantes estrangeiros e para a promoção da memória e da cultura cubana.

Cuba, como Estado-parte da UNESCO, se beneficia da assistência internacional nos termos da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que o país ratificou em 1981. Além da livre cooperação enquanto “ação coordenada de dois ou mais Estados com o escopo de atender aos resultados por eles desejados”.³⁶¹ A cooperação internacional é uma linha de atuação tão destacada para a OHCH que existe um sítio na internet especializado no assunto, de caráter mais técnico do que o portal geral da Oficina. Trata-se do Cooperhabana (www.cooperhabana.cu), mantido pela *Dirección de Cooperación Internacional*, que se apresenta:

A missão desta *dirección* é coordenar, facilitar, gerir e controlar as iniciativas de cooperação internacional, em suas diferentes modalidades: descentralizada, multilateral, onde se destaca o Programa de Desenvolvimento Humano Local (PDHL); bilateral, onde o Projeto “A Casa do Desenvolvimento Local” joga um importante papel; e as doações pontuais, a favor da recuperação integral do Centro Histórico.

O PDHL é liderado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), trazendo recursos diretamente vinculados aos benefícios para a população de Havana Velha. Já foram realizados, nesse âmbito, desde 1999, mais de uma centena de projetos. Vale citar alguns já concluídos, como ilustração do tipo de ação financiada: Apoio ao desenvolvimento econômico de deficientes, Apoio à criação do Centro de Reabilitação Integral para a terceira idade no antigo Convento de Belén, Informatização da gestão e dos serviços de moradia, Apoio ao programa de prevenção e integração social de adolescentes e jovens em Belén, Restauração de edifícios na rua Cárdenas de Havana Velha, etc. A referida Casa do Desenvolvimento Local, por sua vez, é financiada por uma agência suíça de cooperação (COSUDE), e constitui um espaço de intercâmbio e difusão de experiências no campo da promoção local e comunitária.

³⁶¹ CLARIANA, Gregorio. Apud SILVA, Fernando. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Peirópolis: EDUSP, 2003, p.154.

Outros recursos oriundos da cooperação internacional vêm de parcerias voltadas para a linha de atuação estratégica (são seis no total, incluindo a *vivienda*) chamada de “Preservação do Patrimônio Cultural”. Esses investimentos se destinam à restauração, por exemplo, do convento Las Teresas, do Museu de História das Ciências, do Palácio do Segundo Cabo e do Teatro Martí, alguns deles com a criação de ambientes museológicos e a formação de mão-de-obra. O *site* Cooperhabana divulga alguns desses projetos, uma das notícias é sobre a cerimônia (03.11.2009) de lançamento do “Resgate Patrimonial e Desenvolvimento Cultural em Havana: Palácio do Segundo Cabo”, palácio que contribui para o aspecto monumental da Praça de Armas. A ideia do projeto, promovido pela Comissão Européia, a UNESCO e a própria OHCH, é organizar um acervo sobre a história de Havana contada através de cartografia, gravações de imagens de época, objetos e crônicas de viajantes, incluindo espaços dotados de novas tecnologias.³⁶²

Do website de Cooperação Internacional obtém-se acesso fácil aos links de outras entidades da OHCH, tais como a Direção de Patrimônio, a Habana Rádio, a revista Opus Habana e a Habaguanex S.A., além do sistema de Informação territorial. Reúne-se ali, portanto, um conjunto de informações mais sensíveis da OHCH, porém, no caso da Habaguanex S.A sequer é possível bisbilhotar suas operações, pois o acesso depende de senha.

O portal Habana Nuestra, carro-chefe da propaganda da Oficina na internet, está mais focado na divulgação de Havana Velha e de seu patrimônio, sempre sob o viés da prática patrimonial da própria OHCH. Outro espaço virtual mantido pela Oficina é o Habana Patrimonial (www.ohch.cu), da Direção de Patrimônio Cultural. Enfatiza, portanto, as atribuições dessa última, com seus espaços de patrimônio, programas de restauração e a comunicação dessas atividades culturais. Os espaços são divididos em quatro conteúdos. “Museu e Outros Centros”, apresenta, descrevendo e indicando o endereço, 27 museus e casas museus, 14 centros culturais (galeria, salas, maquete, etc.), 11 oficinas (voltados para o ensino da restauração) e 6 gabinetes (incluindo laboratórios de química, arqueometria, biologia e estudos de arqueologia, dentre outros). “Centros de Informação” nos remete às 11 bibliotecas, à Fototeca e ao Arquivo Histórico. Em “Praças e Edificações Relevantes” são

³⁶² Disponível em <http://www.cooperahabana.cu/noticia.aspx?ID=238>.

oferecidas informações e imagens de 24 praças, parques e jardins (pequenas praças arborizadas); dos 19 monumentos comemorativos, entre eles o Cristo de Havana; das 8 construções militares, incluindo os restos da Muralha; das 11 edificações religiosas, dentre igrejas, conventos, catedrais; de 23 construções civis, ou seja, palácios, teatros, centros, bancos e edifícios singulares e, finalmente, de 30 exemplares da chamada “arquitetura doméstica”. Na aba sobre a “Rede de Tendas” ou pontos onde há comercialização de produtos, são divulgados 26 espaços, todos eles restaurados, como é o caso da Farmácia Sarrá.

Ao lado desse universo gigantesco, também temos acesso, naquele site, ao programa sócio-cultural voltado para a infância, a terceira idade, as apresentações artísticas e o projeto “Rutas y Anadares”, concebido como roteiros de visita para famílias cubanas. A programação cultural (no sentido de exposições, eventos, música, literatura, etc.) mensal de Havana Velha também pode ser encontrada no sítio ‘Habana Patrimonial’, através do link para o chamado Programa Cultural.

Em Havana Velha, o trabalho da Oficina del Historiador de La Ciudad de La Habana, com as bênçãos do governo comunista, realiza uma grande obra urbana, sob a égide do patrimônio. Obra que se tornou, ao mesmo tempo, um elemento da propaganda do Estado cubano, em que se afirma competência administrativa e sensibilidade social. No entanto, essa mesma obra, reflete as contradições de um sistema político em que as decisões são centralizadas e onde há hierarquias e desigualdades, que costumam ser mantidas escondidas, já que a liberdade de expressão é vigiada e, muitas vezes, punida. Mesmo que um olhar atento revele contradições sociais, em meio ao fascínio causado pelo espaço patrimonial, e ainda que a conjuntura política do país venha a sofrer mudanças, Havana Velha continuará representando uma transformação profunda na sociedade havaneira. No futuro, muito provavelmente, seus habitantes vão querer conservá-la como um monumento vivo à memória e à cultura da cidade que, se agora não é capaz de assegurar conforto e liberdade para todos, tem trazido muitas alegrias e esperanças.

Parte III
História e Patrimônio

Capítulo 6

Memória, cultura e patrimônio

As cidades não nascem patrimônio, elas são convertidas em patrimônio. Nada, sejam monumentos, práticas culturais ou edificações, tem, intrinsecamente, natureza patrimonial. Para que algo chegue a ser pensado ou protegido como patrimônio é preciso que uma sucessão de operações, em vários planos (político, econômico, legal, etc.), venha a ser desencadeada, na maioria das vezes, por instituições públicas ou comunitárias.

Digamos, desde a partida, que não podemos pensar o *patrimônio* de dentro do discurso que o naturaliza, como se fosse um *dom*, diria Canclini, inerente às coisas, às práticas ou aos lugares, impondo-nos como “únicas operações possíveis” preservá-los, restaurá-los e difundi-los.³⁶³ A legitimidade ideológica da operação patrimonial parece encontrar sustentação, como foi possível observar, nas invocações que faz da *memória* e da *cultura*. Embora o patrimônio seja um dos mais notáveis casos contemporâneos de explosão discursiva³⁶⁴, do qual se fala e escreve cada vez mais, permanece obscuro seu caráter de prática social. Prática fundada em interesses e demandas de grupos, de coletividades e até mesmo de sujeitos, quase sempre instalados na burocracia nacional e internacional, nos ativismos e nas especialidades acadêmicas.

Paradoxalmente, muitas análises parecem ignorar essa condição, mantendo-se ocupadas em esclarecer conceitos ou em encontrar critérios de validade para cada uma das novas modalidades em que se expande o fenômeno. Os estudos preliminares desta pesquisa, na busca de uma conceituação³⁶⁵ adequada ao objeto da investigação, ao contrário, sugeriram a aproximação do patrimônio como processo sociohistórico e não apenas como signo – a despeito de seus reveladores deslocamentos semânticos – ou, tampouco, como conjunto de bens a ser posto em exegese. Enquanto processo, despontam

³⁶³ CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000, p.160.

³⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p.21.

³⁶⁵ CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

atores e instituições, interesses e conflitos, razão pela qual não se tratava de fazer uma história do conceito e sim uma história das práticas de patrimônio.

A partir desse entendimento é que se concebeu o objeto desta pesquisa. Em primeiro lugar, observar as intervenções realizadas *sob a ótica* do patrimônio, nas capitais do Brasil e de Cuba, do ponto de vista das práticas, das ações que vieram delimitar, gerir, promover ou (até mesmo) debilitar espaços da cidade. As práticas patrimoniais implicam inúmeras trocas simbólicas e sociais, materializadas na produção de documentos e enunciações, nas “batalhas” ideológicas travadas por políticos e especialistas, nas intervenções efetivamente realizadas nos espaços urbanos e na recepção e apropriação disso pelos cidadãos e visitantes.

Foi o que tentamos revelar até aqui. Agora, a tarefa deste capítulo é pensar o patrimônio frente a outras “distinções analiticamente definidas no funcionamento real da linguagem”³⁶⁶: a memória e a cultura. Todas essas palavras – patrimônio, memória, cultura – aparecem como categorias do senso comum, noções ou conceitos, reclamando, por isso, alguma contextualização social e histórica. O exame que se faz daqui em diante, provavelmente, não vai além dos usos do patrimônio, da memória e da cultura nas ciências sociais, quando atendem, também aí, a demandas específicas de lugares sociais e épocas. Raymond Williams fundamenta, como muita clareza, a possibilidade dessa abordagem:

Nas questões de referência e aplicabilidade, analiticamente subjacentes a qualquer uso específico, é necessário insistir que os problemas mais ativos de significado estão sempre primordialmente embutidos nas relações reais, e que tanto os significados quanto as relações são caracteristicamente diversos e variáveis, dentro das estruturas de ordens sociais específicas e dos processos de mudança social e histórica.³⁶⁷

Um tipo de “semântica histórica”, cuja ênfase recai nas “conexões gerais de significação” e nas realidades sociohistóricas em que elas têm lugar. A semelhança dessa

³⁶⁶ LACAPRA, Dominick. Citado por KRAMER, Lloyd. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.140.

³⁶⁷ WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 39.

abordagem com o pensamento teórico de Roger Chartier é notável, embora pertençam a distintos lugares de enunciação e respondam a problemas diversos, especialmente no que tange a dinâmica entre prática e linguagem.

Apresento, então, uma leitura das relações **entre memória, patrimônio e cultura**, privilegiando os sentidos que os termos assumem quando são colocados em relação. Uma discussão necessariamente provisória e incompleta que tem como maior, senão único, objetivo oferecer alguma compreensão sobre o fenômeno patrimonial na perspectiva de uma história do tempo presente.

6.1 Memória e Monumento

Li certa vez e, com perdão do gracejo, não me lembro onde, que ao despertar, todos os dias, puxamos os fios da memória. Sem ela seria impossível atribuir a si mesmo uma identidade. Somos o que lembramos que somos, embora não seja necessário ter em mente, a cada instante, uma única, ou coerente, narrativa do eu. Provavelmente, a dificuldade de elaborar uma consciência de si referida ao passado é que faz da amnésia motivo de grande sofrimento. Embora a memória encontre pleno reconhecimento como fenômeno social, não se costuma desprezar a instância individual, “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas”.³⁶⁸

Desde os trabalhos fundadores de Henri Bergson e Maurice Halbwachs³⁶⁹, os historiadores vêm recusando opor e separar memória individual e memória coletiva. Antônio Sá passa em revisão várias noções utilizadas pela historiografia, em busca de decifrar o “*puzzle* entre memória e história”, vale destacar que

³⁶⁸ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003, p.419.

³⁶⁹ Estudos clássicos desses autores são encontrados também em português. Ver BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1998; e HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Frentress e Wickman propõem, inclusive, a substituição da noção “memória coletiva” por “memória social”. Segundo eles, se toda memória é coletiva, Halbwachs colocou um problema importante para os seguidores: “elaborar uma concepção de memória que, sem deixar de prestar plena justiça ao lado coletivo da vida consciente de cada um, não faça do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade coletiva interiorizada”. Isto é, ele elaborou um conceito de consciência coletiva desligado dos reais processos de pensamento de determinada pessoa ou indivíduo. É por essa razão que os autores afirmam preferir “memória social” - para enfatizar a matriz social da memória e o caráter abrangente da mesma face às múltiplas memórias de coletivos – em vez de “memória coletiva” - conceito usado para designar o núcleo de recordações próprio de um dado grupo (família, classe, etc.)³⁷⁰

Sem dúvida, a memória é um produto da vida social sob vários pontos de vista. Um deles é que a memória, em geral, é ativada na relação com os outros. Embora a recordação do passado possa irromper de forma inesperada e incontrolável, frequentemente, trata-se de evocação motivada pelos encontros cotidianos e pelas interações comunicacionais. Fernando Catroga fundamenta e resume essa condição

segundo Paul Ricoeur (*Entre Mémoire et Histoire*, 1996-1997), “recordar é em si mesmo um ato de alteridade”. Ninguém se recorda exclusivamente de si mesmo, e a exigência de fidelidade, que é inerente à recordação, incita ao testemunho do *outro*; e muitas vezes, a *anamnesis pessoal* é recepção de recordações contadas por outros e só a sua inserção em narrativas coletivas – comumente reavivadas por liturgias de recordação – lhes dá sentido.³⁷¹

A alteridade se imiscui e se mistura à memória dos sujeitos, considerando que por meio dela (memória) atualizamos a experiência vivida com outros, apropriando-nos, às vezes, das vozes e testemunhos de terceiros. Além disso, a narrativa memorial está em relação direta com os interesses e questões coletivas que demandam sua produção. É nessa

³⁷⁰ SÁ, Antônio Araújo. *Filigranas da Memória: história e memória nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997)*. 2006. 344 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Obs. O livro de James Frentress e Chris Wickman, citado por Araújo Sá, chama-se *Memória Social* (Lisboa: Teorema, 1992).

³⁷¹ CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p.45.

direção que o testemunho começa a ser submetido a avaliações críticas. Beatriz Sarlo nega qualquer desprezo ao valor da retórica testemunhal como fonte histórica ou mesmo quanto ao seu uso jurídico, apenas alerta que

Vivemos numa época de forte subjetividade e, nesse sentido, as prerrogativas do testemunho se apóiam na visibilidade que “o pessoal” adquiriu como lugar não simplesmente da intimidade, mas de manifestação pública. Isso acontece não só entre os que foram vítimas, mas também e fundamentalmente nesse território de hegemonia simbólica que são os meios audiovisuais. (...) O testemunho pode se permitir o anacronismo, já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se.³⁷²

O *dever* de memória implicado em diversas reivindicações políticas, econômicas, comunitárias e identitárias, ao mesmo tempo em que superestima o papel do testemunho, tende a ofuscar uma das ideias mais aceitas no debate acerca da recordação: toda memória é construída. Até porque, como afirma Ulpiano Meneses, “o tempo da memória é o presente”³⁷³ e seu trabalho precisa ser observado enquanto mecanismo de seleção e de descarte dos acontecimentos do passado, e não mera reconstituição. A memória é ativa e produtora de significados, conforme Sarlo, porque “ação política ou moral” (afetiva, também) e “dispositivo retórico” dos quais se vale o sujeito em sua existência conflitiva.

A memória é social, além da natureza dialógica e das práticas de significação, também porque permeia os ritos sociais e as comemorações. Catroga, ao tentar demonstrar o papel “pragmático e normativo” do que chamou de *liturgias de recordação*, brinda-nos com uma reflexão sobre a família na modernidade (com suas festas, álbuns de fotografias, receitas de cozinha, etc.) e conclui que “a tarefa última dessas liturgias é a de criar sentido e

³⁷² SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.20-21; 58-59.

³⁷³ MENESES, Ulpiano. Os Paradoxos da Memória. In: MIRANDA, Danilo (org.). **Memória e Cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: SESC/SP, 2007, p.32.

perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto, de fundo metafísico, contra a fluxão do tempo”.³⁷⁴ Frase que evoca a recordação muito viva (e intelectualmente produtiva) de um fragmento de discurso, coletado por mim no noroeste de Minas Gerais (Brasil). Um senhor, anfitrião da Folia de Reis do Pernambuco – ritual com dimensões religiosas, artísticas e festivas – saudando a folia praticada por sua comunidade, pontuou: “não considero nossa folia um folclore, não considero a Folia do Pernambuco um folclore. Considero a Folia do Pernambuco uma divindade, uma fé, uma união, um laço que une as nossas famílias e um laço que une os nossos foliões”.³⁷⁵ Anos depois, pergunto-me se a fala daquele homem não estava direcionada à nós, pesquisadores (do patrimônio!) que estávamos ali. Mas, independente disso, ela confirma, com perfeição, a reflexão de Catroga.

O sentido da folia não se revela como apresentação, espetáculo a ser consumido como objeto científico ou cultural e, sim, como “re-presentificação” da divindade e do sentimento de pertença: a “união”, o “laço” que uniria aquelas famílias e seus convidados. A narrativa memorial nesse rito do Brasil central vai, certamente, muito além da história cristã, ela perpassa o encontro de parentes e amigos, que celebram e recordam juntos histórias em comum. Por isso é que a apreensão da comemoração pelo viés do *memorar-com*, é muito mais do que um jogo silábico. São memórias negociadas e partilhadas na duração do rito e, mesmo antes, na preparação dele e pela expectativa de sua repetição.

É em sociedade, ainda, que se produz a repressão de memórias do passado e a dialética entre memória e esquecimento, indispensável a qualquer discussão sobre o tema e, sobre a produção de patrimônios, em particular. Meneses ilustra, sobejamente, a questão, lembrando que “na Roma antiga, se chamava de *damnatio memoriae*, danação da memória, quando o imperador caía em desgraça: seu nome era então apagado de todos os monumentos, até de documentos oficiais, provocando inúmeros problemas, como a

³⁷⁴ CATROGA, Fernando. Op.Cit, p.51.

³⁷⁵ Fala do Sr. Alôncio Fonseca, apud SILVEIRA, Alex. Travessias no Patrimônio Imaterial de Buritis. In: NEGRÃO de MELLO, M. Thereza. **Entorno que Transborda**: patrimônio imaterial da RIDE. O discurso foi gravado no dia 06 de janeiro de 2005, na comunidade do Pernambuco, município de Buritis-MG, data em que se comemora o Dia de Reis, em referência aos reis magos, muito festejados pelo catolicismo popular, e sua viagem para louvar o nascimento de Jesus Cristo.

invalidação de decisões”.³⁷⁶ Catroga chega a sugerir que, ao lado de uma “história social da memória”, deveria ser escrita a “história social do esquecimento”, porque ao historiador cabe perguntar: “quem deseja recordar? E por quê? Qual a versão do passado que se registra e se preserva? E o que é que ficou esquecido?”.³⁷⁷

Na encruzilhada entre o que se recorda e se preserva, de um lado, e o que se elimina ou se esquece, de outro, encontramos os chamados *suportes* da memória. Porque a produção social da memória, com seus reavivamentos e ritualizações, encontra objetivação nesses “traços-vestígios”: linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos.³⁷⁸ Estes, para os historiadores, são os documentos e falo isso para sublinhar, a partir da clássica relação documento/monumento, que a existência dos suportes da memória pode ser reveladora também do que permanece submerso, em esquecimento. Daí a certeza de que qualquer vestígio do passado a ser apropriado pela memória ou pela história, uma fotografia, por exemplo, é também “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.³⁷⁹

É claro que a ideia de “suporte” carece de maior clareza em sua formulação teórica, o que torna inevitável o contraponto com a noção de “lugares de memória”. Esta última tem maior amplitude, mas com a desvantagem de vincular seu uso à tese do autor, Pierre Nora, sobre as relações entre memória e história. Não compartilho, assim como outros³⁸⁰, da ideia de que a memória contemporânea está, irremediavelmente, marcada pela perda, digamos, da atualização cotidiana pelas comunidades – operação que teria como modelo as “sociedades ditas primitivas ou arcaicas”.³⁸¹ Mas, se quisermos pensar em suportes da memória temos que buscar seu contraponto nos lugares de Nora e na existência deles como

³⁷⁶ MENESES, Ulpiano. Op. Cit., p.24.

³⁷⁷ CATROGA, Fernando. Op. Cit., p.59.

³⁷⁸ CATROGA, Fernando. Idem, p.48.

³⁷⁹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003, p.536.

³⁸⁰ Ver, por exemplo, SÁ, Antônio. Op. Cit., p.34-36.

³⁸¹ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, 10: p. 7-28 dez 1993, p.8

parte de um processo de mudanças na produção social da memória, conforme escreveu Nora:

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza (...)

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.³⁸²

Sem descartar essa intuição sobre a passagem de uma história-memória para uma “patrimonialização da história” (diria Hartog), podemos conceber, mais livremente, a existência de “espaços” de memória, como entidades observáveis, diferentemente dos lugares de Nora, enquanto categoria do conhecimento histórico. Ao falar de “espaços de memória” creio que Ulpiano Meneses oferece uma possibilidade instigante no sentido de ampliar o debate sobre a produção da memória na atualidade, até porque a noção de espaço nos remete ao trabalho de Michel de Certeau e à consideração dos espaços como resultado das práticas humanas (cotidianas) que os configuram e temporalizam, a partir de instituições, eventos ou lugares. Assim, não seria suficiente pensar apenas sobre a multiplicação dos espaços de memória, mas também observar o que acontece neles e como a memória é representada em narrativas museográficas, urbanístico-arquitetônicas ou rituais e por meio de quais suportes visuais, sonoros, textuais, monumentais ou virtuais. Conforme Meneses,

Mas será que (...) se esgotaram os espaços de memória como experiência? São outros, provavelmente, esses espaços, e talvez nem tenhamos ainda condições de percebê-los com nitidez. Quem sabe os espaços de massa, os estádios nas competições esportivas ou nos grandes eventos musicais, ou, é claro, a internet são, hoje, espaços de uma memória nova em construção,

³⁸² NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

memória em circulação, memória ação, memória experiência. A memória “viva” não desapareceu, assumiu outras possibilidades que vão além dos lugares de memória de Nora.³⁸³

Tendo em vista essas especulações, podemos sugerir que a produção de patrimônios, sobretudo a partir do último quarto do século XX, alavancou a criação de novos espaços de memória, sem querer dizer com isso que a multiplicação de espaços por si só afaste as sociedades contemporâneas da amnésia que as ameaça.

Antes da “inflação patrimonial” (Choay) das últimas décadas, o monumento vinha sendo, por séculos, o suporte emblemático da memória, ao mesmo tempo físico e simbólico. Le Goff chama atenção para a etimologia da palavra latina *monumentum*, com suas raízes *mens* (memorar) e *monere* (iluminar, instruir), situando, portanto, suas origens filológicas no papel de iluminação da memória ou de evocação do passado, de perpetuação da recordação.³⁸⁴ Ademais, o sentido social que os monumentos assumiram, em diferentes povos e épocas, serviu às disputas pelo poder de representação do passado, enquanto suporte para a comemoração, a publicidade ou o registro de informações. Confirmando as relações indissociáveis entre monumento e memória.³⁸⁵

É com foco no “patrimônio histórico edificado” que Françoise Choay defende sua tese sobre a invenção européia do *monumento histórico*. Antes mesmo da difusão da expressão na França, por volta de 1790, houve toda a lenta valorização de objetos, apreciados pelo seu valor estético, simbólico ou econômico. Muitos retirados de seus lugares de origem após as conquistas militares ou as revoluções. Mas, é na Revolução Francesa que Choay situa a gênese do sentido moderno do monumento:

³⁸³ MENESES, Ulpiano. Op.Cit., p.31.

³⁸⁴ LE GOFF, Jacques. Op.Cit., p.526.

³⁸⁵ As esculturas, tais como totens e efigies, floresceram em sociedades sem escrita. Na Mesopotâmia, no Egito e, logo, na Grécia e em Roma multiplicaram-se as estelas e os obeliscos, monumentos que foram favorecidos pelo aparecimento da escrita e da febre epigráfica que se seguiu, suportes para relatos de guerras e normas de direito. Porém, o monumento não se consagra como testemunho escrito, mesmo que, durante o século XIX, na Europa, a palavra tenha sido usada para designar as coleções de textos das quais se serviam os historiógrafos das cidades e das nações. Le Goff argumenta que, a partir da antiguidade, os monumentos especializaram-se como “obra comemorativa de arquitetura ou escultura (arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.)” ou “símbolo funerário”, ou seja, mais como edificação do que como inscrição.

Em contrapartida, a obra de proteção do patrimônio francês iniciada pela Revolução permanece em geral desconhecida. Ela mereceu, contudo, da parte de Rücker, uma análise minuciosa com base em arquivos e documentos oficiais. Rücker vê nela “as origens da conservação do monumento histórico na França. Com efeito, a invenção da conservação do monumento histórico com seu aparelho jurídico e técnico, o mais das vezes atribuída à Monarquia de Julho, foi antecipada pelas instâncias revolucionárias: seus decretos e “instruções” prefiguram, na forma e no fundo, a abordagem e os procedimentos desenvolvidos na década de 1830 por Vitet, Mérimée e pela primeira *Commission des Monuments Historiques*.³⁸⁶

Foi um processo lento até se começar a reconhecer a alteridade contida em “antiguidades” e edificações ou a justificar seu valor de um ponto de vista cognitivo, estético ou enquanto bens portadores da “história da nação”. A ascensão da história como objeto de estudo e os debates constituintes do campo da arte tiveram papel de destaque, segundo Choay, nesse processo. As práticas de conservação, restauração e, logo, de patrimônio surgem, portanto, imbricadas nesses discursos. Eram os próprios conceitos que estavam em formação. O conceito de patrimônio, na França, começa a ser atribuído às obras arquitetônicas e objetos tomados do clero, de emigrados ou da coroa, após a Revolução, assim como às antiguidades ditas nacionais: o patrimônio desponta, então, como “espólio do povo”. As leis e as estruturas de administração, bem como o uso museológico, lançam as bases do desenvolvimento posterior, de uma era que Choay chama de “consagração do monumento histórico” (1820-1960).

Sem a contribuição d'*Alegoria do Patrimônio* seria muito difícil entender como a partir das fronteiras de significação entre monumento, memória e história surge o sentido moderno de patrimônio. Contudo, não parece evidente para a autora que o monumento histórico é, tanto quanto qualquer outro, “intencional”, posto que produto dos embates que ocorrem nas sociedades pelo monopólio da recordação. Quero sublinhar, com Choay, que o significado moderno de patrimônio incorpora a ideia de uma gestão dos acervos de monumentos e documentos, emergindo, assim, atrelado à produção da memória. A noção de “patrimônio histórico” ressoa dessa trajetória, mas não se mantém inerte, pelo contrário, ela se multiplica, adjetivada de várias maneiras, especialmente, com o manto da “cultura”, como demonstrar-se-á adiante.

³⁸⁶ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo; Estação Liberdade: UNESP, 2001, p.95.

Se, no passado, houve a “consagração do monumento histórico”, hoje, assistimos a um espantoso *boom* da memória. Não é necessariamente um *boom* do monumento, mas certamente se trata um *boom* dos espaços e dos novos suportes de memória, lembrando aqui, inclusive, de toda a parafernália audiovisual que permite a reprodutibilidade técnica, anunciada por Walter Benjamin, além do advento da memória metálica. Entretanto, não basta considerar o aumento da oferta de suportes materiais e de ferramentas comunicacionais, também acontece algo no campo da subjetividade, que tem levado as pessoas a investirem cada vez mais tempo e dinheiro no registro e na enunciação de memórias. É claro que o fato se observa de forma desigual nas diferentes sociedades ou em contextos intranacionais.

No Brasil, recentemente, as festas de aniversário têm apresentado filmetes, feitos com restos de fotos e vídeos, no estilo história de vida, há também os álbuns de viagem, os blogs confessionais e as infinitas postagens de imagens do passado no Youtube e nas redes sociais. Mas a “mania de memória” não para aí, ela acomete também os governos, as ONG's, a mídia e as diversas formas de associação. Andreas Huyssen observa essa onda memorialística na Alemanha, que ele situa a partir dos anos 80 – note-se mais uma vez que a referência cronológica é a mesma da conversão das capitais que estudamos, Brasília e Havana, em patrimônio. Na Alemanha, segundo o autor, estariam em andamento “algumas centenas de projetos de memoriais e monumentos ao Holocausto”.³⁸⁷ Interessa-me, especialmente, a afirmação de que “a noção de monumento como memorial ou evento comemorativo público” estaria conhecendo um “retorno triunfante”. O autor analisa, inclusive, a “redenção” pela memória, ideia que me parece pertinente para pensar o erguimento e a derrubada de monumentos mundo afora.

O caso do monumento a Zumbi, no Rio de Janeiro (Brasil), deixa evidente a operação, realizada pelo governo do estado e pelo movimento negro local, de “monumentalização da negritude”.³⁸⁸ O monumento erguido na Praça Onze, em 1986, para homenagear o líder do

³⁸⁷ HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano (UCAM-MAM/RJ), 2000, p.41-42.

³⁸⁸ SOARES, Mariza. Apud CONDURU, Roberto. Zumbi reinventado. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 20, p.62-67, 2007.

quilombo de Palmares veio acompanhado do Sambódromo e da escola Tia Ciata. Roberto Conduru vai nos mostrando, inclusive, os “múltiplos significados” da modelagem da cabeça de Zumbi a partir da imagem em bronze do rei de Ifé – escultura saqueada do Benim e hoje no Museu Britânico. O efeito de redenção estaria em buscar compensação ou de expiar a culpa relativa a escravidão no Brasil pela comemoração de uma “consciência negra” no presente, ingredientes daquela iniciativa e que ilustram bem a revalorização dos monumentos nesse período de “explosão” da memória.

A outra face dessa realidade, segundo Huyssen, seria que “quanto mais monumentos, mais o passado se torna invisível, mais fácil se torna esquecer”.³⁸⁹ A “redenção pelo esquecimento” encontraria apoio na ideia de Robert Musil de que não há nada tão invisível quanto um monumento. Há uma boa dose de verdade na afirmação sobre a perda de interesse dos cidadãos pela narrativa memorial dos monumentos. Quase sempre “visíveis”, os monumentos podem deixar de ter apelo simbólico na cotidianidade urbana. Perdendo, assim, o poder de legitimação, que tiveram à época de sua inauguração, dado a um regime político ou uma ideologia, conforme nos mostrou José Murilo Carvalho em relação à república no Brasil.³⁹⁰ Por outro lado, no momento em que ocorre uma mudança mais radical na ordem vigente, esses mesmos monumentos são inseridos no que Peter Burke chamou de “guerra das estátuas”.³⁹¹ Recuperam sua visibilidade para, imediatamente, ocupar um novo patamar da “redenção pelo esquecimento”, com a destruição perpetrada pelos que antes lhes eram indiferentes, em rituais de banimento:

Na segunda metade do século 20, os ataques a estátuas, fossem eles considerados “vandalismo” ou, de modo mais neutro, “iconoclastia”, tornaram-se cada vez mais comuns. (...) O enorme monumento a Stálin em Praga foi explodido em 1962, por ordem de Khrushchov, enquanto o de Budapeste já havia sido derrubado e arrastado pelas ruas em 1956, durante a Revolução Húngara. Depois foi a vez de Lênin. Sua estátua foi derrubada em Bratislava (1989), Bucareste e Debrece (1990), Vilna (1991), Berlim (1992) e

³⁸⁹ HUYSEN, Andreas. Op. Cit., p.44.

³⁹⁰ CARVALHO, José. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁹¹ BURKE, Peter. Guerras Culturais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 2007, Caderno Mais!, p.8.

assim por diante. Mais recentemente, em 2003, a estátua de Saddam Hussein foi derrubada na Praça Fridous em Bagdá. Colombo teve a mesma sorte em Caracas em 2004: sua estátua foi removida e pendurada de cabeça para baixo em uma árvore no “Dia da Resistência Indígena”, antes chamado “Dia do Descobrimento da América”.

Contudo, o iconoclasmo é passageiro, expressando um ponto de inflexão nas relações entre forças envolvidas nas “batalhas pela memória”. As batalhas pelo patrimônio, como aquela que observamos em Brasília (ver cap.2), configuram, assim como no caso da memória, um jogo onde há vencedores e vencidos, encenando a redenção, seja pela memória, seja pelo esquecimento. De modo geral, os Estados que vêm obtendo reconhecimento de seus sítios urbanos e expressões culturais, sob o abrigo da noção de “patrimônio cultural da humanidade”, criam instâncias públicas de gestão e promovem a iconolatria e não o iconoclasmo. O que não significa afirmar que em períodos de relativa estabilidade social e política os monumentos não sofram pichações, depredações ou furtos. O fenômeno patrimonial nos parece, sob vários pontos de vista, instaurar uma conjuntura de excessos. Uma “inflação patrimonial”, disse Choay, em 1992.³⁹² Numa conjuntura como essa, é claro que a construção social da memória e suas batalhas respondem por uma parcela relevante das operações patrimoniais, porém, o estudo da memória, isoladamente, não é suficiente para desvendar as motivações que fazem do patrimônio a diva que, com seu canto, embevece mídias, governos, empresas, acadêmicos e ativistas.

6.2 Cultura e história

O surgimento do conceito antropológico de cultura costuma ser datado pela publicação de *Primitive Culture*, de Edward Tylor, em 1871.³⁹³ Tylor propôs o estudo sistemático da cultura, que ele entendia como uma totalidade complexa de “conhecimentos,

³⁹² CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

³⁹³ LARAIA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 25-53.

crenças, arte, moral, lei ou costumes”, visão que se popularizou. O desenvolvimento do conceito na antropologia permite conhecer uma das ancoragens do sentido contemporâneo de patrimônio. Sabemos que, em alguns contextos europeus, a palavra cultura começou a ser usada para tentar descrever a experiência da vida em sociedade e, logo, a experiência da alteridade. Até que essa abstração atingisse a condição de “coisa”, como acontece hoje no senso comum – com a territorialização (“outro lugar, outra cultura”) e o reducionismo (um povo, uma cultura) –, a palavra passou por uma série de desdobramentos, todos importantes para o debate sobre o patrimônio.

Assim, proponho passar em revista, inicialmente, um pouco da variação histórica dos significados de cultura, reproduzindo a análise de Raymond Williams em seu estudo de palavras-chave para as ciências sociais.³⁹⁴ Outra possibilidade de aproximação é relacionar a expansão linguística da “cultura” à explosão discursiva do patrimônio, que será um dos nossos pontos de chegada. Um terceiro itinerário possível seria tomar a cultura como objeto de reflexão, como fazem os antropólogos, tentando extrair daí alguma justificação teórica para a noção de patrimônio. Não é o caminho que escolhi, pelas razões anunciadas na abertura, embora uma compreensão da dinâmica entre história e cultura seja importante para a desconstrução de oposições do tipo (patrimônio) “histórico”/“cultural” ou “material”/“imaterial”. Enfim, é preciso enfatizar que quando os antropólogos estudam as culturas, eles não têm em mente um só conceito e muito menos uma fatia do real a ser desvendada, tratam de elucidar problemas específicos colocados em seus objetos de pesquisa, abertos, porém, a experiência etnográfica que, frequentemente, planta novas questões.

Cultura, em latim, é a precursora de *culture*, nos idiomas francês e inglês de hoje, e aparece, com a mesma grafia, no português e no espanhol. O substantivo latino se referia à lavoura e ao cuidado com os animais, ou seja, ao cultivo de elementos da natureza. Já no século XVI, esse significado original, por metaforização, passa a incluir também o desenvolvimento humano. Segundo Williams, na “Inglaterra setecentista, esse processo geral adquiriu associações definidas de classe”, como se alguns possuíssem ou herdassem cultura, e na França há uma relação controversa entre cultura e “civilização”, essa última

³⁹⁴ WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, p.117-124.

abordando o processo humano de maneira universalista, enquanto refinamento (homem civilizado) ou como progresso material da sociedade.

Ao final do século XIX, antes mesmo da difusão de uma definição antropológica, o filósofo alemão Herder faz a crítica ao uso eurocêntrico da palavra e sugere “falar de culturas no plural: culturas específicas e variáveis de diferentes nações e períodos” e também “dos grupos sociais e econômicos no interior de uma nação”.³⁹⁵ É nessa direção, como modo particular de vida, que o conceito de cultura se consolida, instaurando um dos significados recorrentes até hoje. Esse sentido moderno de cultura, pode ser pensado a partir do contexto alemão, sobretudo depois da reflexão que Norbert Elias fez sobre o assunto.³⁹⁶ A incidência simultânea de circunstâncias sociais, econômicas e lingüísticas em torno do signo *kultur* é reveladora.

Elias observa o conflito entre a nobreza, de um lado, e os intelectuais de classe média, tais como Goethe, Schiller e o próprio Herder, que acumularam conhecimento pelo estudo, de outro. Essa *intelligentzia* buscava reconhecimento junto à corte, tratava-se menos da crítica política do que da busca de ascensão social. Seus interesses, porém, eram frustrados por uma nobreza encastelada e de hábitos afrancesados. A reação viria, então, de várias maneiras. Uma delas foi pela valorização do alemão, a língua plebéia, por meio da literatura e da filosofia. *Kultur* começa a ser associado a essas realizações intelectuais e artísticas e, assim, ao cultivo de si através da educação (*bildung*), opostos à vida parasitária e ao arrivismo dos cortesãos. A ética, do amor à virtude, da honra e da sinceridade, contra a mera etiqueta, acobertadora de intrigas, promiscuidade sexual e frivolidade. Aos poucos, a crítica moral ao comportamento cortês foi sendo elaborada como “falta de *kultur*”. Mais tarde, as relações entre a *intelligentzia* e a nobreza se estreitam em favor da construção de um ideário nacional, que irá tomar como referência os valores do *kultur*. Eles expressarão tanto uma oposição à perspectiva francesa da *civilization*, oferecendo o mecanismo de contraste, do qual se nutrem as identidades, quanto a representação da diferença, de um modo alemão de ser ou de viver.

³⁹⁵ WILLIAMS, Raymond. *Ibid.*, p.120.

³⁹⁶ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. (Volume I: uma história dos costumes).

Outro desdobramento relevante, em vários contextos, foi o uso da palavra para descrever “as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística”, cultura como “música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema”.³⁹⁷ Daí o adjetivo *cultural*, que se populariza ao final do século XIX, na Europa, quando o substantivo independente já tinha se estabelecido. A cultura, nesse sentido de “realizações do espírito”, é, provavelmente, a associação mais comum que o discurso do patrimônio sugere quando aparece acrescido do “*cultural*”. Realizações que, se antes se referiam mais diretamente à escultura e a arquitetura, foram aos poucos incluindo todas as formas de expressão, inclusive aquelas que tinham sido rejeitadas por não pertencerem a um estoque de erudição, como a oralidade e, recentemente, as festas populares. Afinal, a cultura, primeiro a palavra, depois as coisas e atitudes que designa, logo estará em toda parte.

A intensa circulação de representações nomeadas como “cultura” foi apontada por alguns estudiosos, já em meados do século passado. As memórias de Williams e Geertz sobre esse período nos ajudam a entender essa guinada “culturalista”, que os levaram, inclusive, a dedicar sua vida à compreensão dela, da cultura. Clifford Geertz, em sua confissão intitulada “Paisagem e Acidente: uma vida de aprendizagem”, tece um panorama sobre a inquietude e a oportunidade intelectual que o conceito suscitava, porque tinha sido

...definido de várias maneiras, empregado de formas múltiplas e irremediavelmente impreciso. É fugidio, instável, enciclopédico e normativamente carregado. E há aqueles, especialmente aqueles para quem só o real é realmente real, que o consideram inteiramente vazio ou até perigoso, e que gostariam de eliminá-lo do discurso sério das pessoas sérias. Em suma, um conceito improvável sobre o qual tentar construir uma ciência. (...)

Assumi então a tarefa – embora ninguém me tenha atribuído isso e eu não saiba até que ponto foi uma decisão consciente – reduzir a idéia de cultura a um tamanho adequado, dar-lhe uma dimensão menos vasta. (Devo admitir que não estava de forma alguma sozinho nessa ambição...) ³⁹⁸

O relato é um bom indício do que veio a se chamar de antropologia interpretativa e, de fato, Geertz deu uma contribuição, até hoje muito prestigiada, à teoria antropológica.

³⁹⁷ WILLIAMS, Raymond. Op.Cit., p.121.

³⁹⁸ GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.22-23.

Basta lembrar um dos seus ensaios mais debatidos, “Do ponto de vista dos nativos’: a natureza do entendimento antropológico”, onde investiga o *selfhood* (“concepção do eu”) em Java, Bali e no Marrocos.³⁹⁹ A comparação é possível na medida em que as etnografias são postas em relação a partir do mesmo problema; como um indivíduo, em cada uma dessas sociedades, concebe ou experimenta ser ele mesmo. Em resumo, e com o prejuízo de não comentar as questões centrais do ensaio, teríamos, em Java, uma composição dialética entre o fluxo dos sentimentos subjetivos (*batin*) e as ações, posturas e falas (*lair*); em Bali, uma concepção da “*persona*” em que a encenação cotidiana é exigida e a falha (*lek*) reprovada e, no Marrocos (região de Sefrou), as *nisbas* autorizam a fixação de um, dentre múltiplos pertencimentos, a cada situação pública, mantendo “intacta” a representação individual. São esses “recursos simbólicos”, que o trabalho de campo pode identificar nas categorias nativas, que permitiriam compreender “quem eles pensam que são”, face às totalidades implicadas nessas situações de “produção de sentido”.⁴⁰⁰ Nessa direção é que o autor concebe o “estudo da cultura”, autorizando-nos a falar sobre a diferença, embora as culturas, mesmo desse ponto de vista, não sejam entidades fechadas, nem estáticas.

Enfatizo, aqui, o testemunho do autor sobre a expansão do uso e do interesse dos(as) antropólogos(as), a partir da década de 1950, de tal modo que a cultura estava se tornando uma “explicação para tudo que o ser humano fizesse, imaginasse, dissesse, fosse ou acreditasse”. Raymond Williams teve uma sensação muito semelhante, quando retornou à universidade de Cambridge, depois de muitos anos, durante a Segunda Guerra, em um regimento de artilharia:

Constatei que me preocupava com uma única palavra, *cultura*, que eu tinha a impressão de estar ouvindo com muito mais freqüência: não apenas é óbvio, em comparação com as conversas no interior de um regimento de artilharia ou na minha própria família, mas em um cotejo direto com o âmbito universitário de poucos anos antes. Eu a ouvira anteriormente em dois sentidos: primeiro em lugares insignificantes, salões de chá e locais similares, onde parecia ser a palavra preferida para marcar um tipo de superioridade social, não em termos de idéias ou erudição, e não somente em termos de

³⁹⁹ GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997, p.85-107.

⁴⁰⁰ GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.25-26.

dinheiro ou de posição, mas em uma área muito mais intangível, relacionada com o comportamento; em segundo lugar, entre meus próprios amigos, para quem era uma palavra ativa, utilizada para escrever poemas e romances, fazer filmes e pinturas, trabalhar em teatro.

Williams, ao contrário de tentar modelar um conceito que pudesse ser adotado como objeto científico, como faz Geertz, começa por historicizar o discurso de vários autores⁴⁰¹ e, a partir dessa crítica, “ampliar o que se entende por cultura”, demonstrando o papel da concepção idealista na reprodução da hegemonia sobre os grupos subalternos. Para ele, a criação e a circulação de significados e valores é um processo de que todos participam, a cultura não configura uma esfera autônoma, conforme um dos usos correntes, de “bens do espírito” cultivados pelas elites.⁴⁰² Pude constatar essa tendência, depois de uma década de magistério, entre estudantes universitários brasileiros, que chegam à universidade com uma visão completamente condicionada pela oposição entre uma dita “cultura de massa”, quase sempre apontada como falta de cultura, e uma cultura, “verdadeira”, fruto da erudição.⁴⁰³

Williams mais uma vez tem razão quando afirma que “diante dessa complexa e ainda ativa história da palavra, é fácil reagir com a escolha de um sentido “verdadeiro”, “adequado” ou “científico” e descartar outros sentidos por serem vagos ou confusos”.⁴⁰⁴ Por isso, grande parte das obras dos “pais fundadores” dos estudos culturais, Hoggart, Williams e E. P. Thompson, argumenta contra a possibilidade de “abstrair a ‘cultura’ das relações de poder e das estratégias de mudança social”.⁴⁰⁵ A intrincada luta ideológica em torno da “cultura” contribuiu para fraturá-la em uma série de dicotomias – erudita/popular, alta/baixa, moderna/tradicional, letrada/oral – que, mais do que atestar um aprofundamento teórico, só confirmaria a crescente complexidade envolvida em sua enunciação.

⁴⁰¹ WILLIAMS, Raymond. **Culture and Society. 1780-1950**. New York: Columbia University, 1983.

⁴⁰² CEVASCO, Maria. Prefácio. In: WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.14.

⁴⁰³ SILVEIRA, Alex. Da Massa à Cultura: notas para uma sociologia da comunicação. **Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 11, n. 1,2, p.49-68, 2005.

⁴⁰⁴ WILLIAMS, Raymond. Op. Cit., p.122.

⁴⁰⁵ NEVEU, Érik e MATTELART, Armand. **Introducción a los estudios culturales**. Barcelona: Paidós, 2004, p.38.

A estratificação em alta e baixa cultura é a precursora dessa compreensão partida, porque, embora seja na aparência uma leitura crítica, apenas reduz o problema a “níveis de cultura”, com uma reprovável generalização e falta de fundamentação histórica. Daí o alerta de Williams para que não se tome as designações como realidades, posto que elas mesmas constituem operações na sociedade! A difusão editorial dos *mass communication* ou *media studies* é um exemplo disso. Abordando o processo de produção e circulação de bens *simbólicos* (entretenimento, informação, publicidade, etc.) realizado por organizações especializadas, notadamente nos Estados Unidos, aceitam a existência de uma “sociedade de massa”, alavancada pelo capitalismo da mídia.⁴⁰⁶ O pensamento sobre a “indústria cultural”, desde Adorno e Horkheimer, porém, é muito mais nuançado do que o legado conservador da noção de massa (ou massas) e a mistificação dos trabalhadores como “homens medíocres”, intelectualmente inferiores.⁴⁰⁷

Note-se aí a operação ideológica que denunciemos acima, de modo que a baixa cultura, a “cultura de massa”, é acusada de irracionalidade. Em primeiro lugar, por ser a cultura do “povo” e não das elites (às quais “deveria” estar subordinada), mas depois, e ironicamente, por ser aquela que resulta do consumo de produtos “feitos para o povo”.⁴⁰⁸ Hoje, infelizmente, ainda há quem esqueça o papel ativo dos sujeitos “receptores” e seu trabalho de apropriação e de ressignificação dessas “mercadorias” que circulam nas indústrias culturais e redes da *comunicação-mundo* (Mattelart). Certeau, ao contrário, conclui que os estudos sobre a oralidade, a literatura “de massa”, a criatividade dos trabalhadores e suas operações cotidianas, elaborados em torno da noção de “cultura popular” são, de fato, os estudos da “nossa cultura”, urbana e moderna, incluindo aspectos antes negligenciados.⁴⁰⁹

Toda essa discussão coloca em evidência a relevância da perspectiva histórica no desvendamento da expansão e da multiplicação de sentidos da cultura. Perspectiva

⁴⁰⁶ MILLS, Wright. **The Power Elite**. New York: Oxford University, 2000.

⁴⁰⁷ ORTEGA y GASSET, José. **A Rebelião das Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

⁴⁰⁸ BURKE, Peter. Apud ZUBIETA, Ana (org.). **Cultura Popular y Cultura de Masas: conceptos, recorridos y polémicas**. Buenos Aires: Paidós, 2000, p.19.

⁴⁰⁹ CERTEAU, Michel; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 335.

necessária para nosso objetivo de demonstrar a associação entre cultura e patrimônio, que vai elevando esse último a um lugar de destaque dentre as políticas, ditas, culturais. O *Ministère des Affaires Culturelles* da França (1959), atualmente Ministério da Cultura e da Comunicação, completou, recentemente, cinquenta anos de sua fundação, um modelo que, segundo Choay, «não tarda a ser adotado pela maioria dos países europeus e a atravessar os mares».⁴¹⁰ De fato, o *Ministério de Cultura de la República de Cuba* é de 1976 e a pasta brasileira é de 1985. Todos eles têm vinculadas, atualmente, estruturas dedicadas à gestão do patrimônio: na França, a *Direction Générale des Patrimoines*; em Cuba, o *Consejo Nacional de Patrimonio Cultural* e, no Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. As estruturas governamentais da cultura se ramificam em outras dezenas de instituições, voltadas para o fomento da arte, da restauração, dos museus, etc. e há portais para divulgação dos eventos e ações culturais, como é o caso do *culture.fr*, na França, e o *cubarte.cult.cu*, em Cuba.

A criação de um sistema internacional de governança, com a participação de vários países, após a Segunda Guerra, deu uma contribuição decisiva para a formulação do tema do patrimônio cultural em parâmetros conceituais e legais. A Unesco, desde a sua articulação, em 1945, começa a atuar no campo da cultura e, segundo seus próprios documentos deixam evidente, faz da política de proteção ao patrimônio o principal eixo de atuação nessa área.⁴¹¹ A proteção foi inicialmente proposta para períodos de guerra, é o caso da Convenção de Haia, de 1954, a primeira a adotar a noção de “bens culturais”. As campanhas da Unesco para realocização dos templos de Núbia no Egito e a proteção de Veneza e de Florença parecem ter impulsionado a instauração, na Conferência Geral de 1966, de trabalhos preparatórios para uma convenção sobre o patrimônio.⁴¹² A reunião de especialistas em arquitetura e monumentos, franceses na maioria, e de apenas quatro *experts* não-

⁴¹⁰ CHOAY, Françoise. Op. Cit., p.210.

⁴¹¹ UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *UNESCO, o que é? O que faz?*, 2007.

⁴¹² SILVA, FERNANDO. *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: Peirópolis: EDUSP, 2003, p.47-74.

européus⁴¹³ explica o viés da “Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, aprovada em 1972.

A dimensão cultural da Convenção de 1972 se restringe a monumentos, grupos de construções (arquitetônicas) e sítios (especialmente arqueológicos), considerados “patrimonializáveis” sob o ponto de vista “da história, da arte e da ciência”. Há aí uma dupla limitação, uma relativa ao universo do que deve ser conservado e outra pela ênfase, passadista, na memória e nas filigranas da definição de arte. Há relatos de reações a essa definição por parte de alguns Estados membros da Unesco, e vale sublinhar que ela trouxe, de fato, assimetrias gritantes quanto ao número de bens inscritos pelos diversos países na Lista do Patrimônio Mundial. Numa contagem (janeiro de 2008), apenas cinco países da Comunidade Européia reuniam 168 monumentos ou sítios (culturais, naturais ou mistos): Itália (41), Espanha (39), Alemanha (32), França (29) e Reino Unido (27). Esse número é quase o dobro dos bens inscritos por solicitação de governos das três Américas. Mas, a despeito disso, países como o Brasil e Cuba tem utilizado sua condição de signatários da Convenção de 1972 para embasar e direcionar políticas públicas para o setor.

A distribuição desigual dos bens que compõem a Lista dos “patrimônios da humanidade” não deve escapar à leitura dos usos do patrimônio, especialmente quanto à produção de “destinos turísticos”, conforme desenvolvemos no capítulo precedente. Se o signo cultura tem uma história complexa e ativa, o debate sobre o patrimônio, na medida em que vai se “culturalizando”, refletirá também lutas ideológicas, agora amplificadas para incorporar os confrontos de interesses entre as nações. Os embates no âmbito da Unesco contribuíram, provavelmente, para as hesitações e ambiguidades na reformulação da concepção de cultura de 1972. Desde então, busca-se uma nova convenção patrimonial, de caráter mais abrangente, porém a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial só foi adotada em 2003 e, a partir dela, é que se assegura o registro internacional de “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os

⁴¹³ O texto “Meeting of Experts to Co-ordinate, with a View to Their International Adoption, Principles and Scientific, Technical and Legal Criteria Applicable to the Protection of Cultural Property, Monuments and Sites; Paris; 1968” foi encontrado no portal da UNESCO. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?mt=100&mt_p=%3C&req=2&by=2&sc1=1&look=new_sp&sc2=1&lin=1&mode=e&ll=s&fut8=1&gp=1&text=SCH%2FCS%2F27%2F8&text_p=inc&submit=%C2%A0%C2%A0Busc ar%C2%A0%C2%A0. Acessado em 04/10/07.

instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados (...) como parte integrante de seu patrimônio cultural”.⁴¹⁴ O instrumento teve uma adesão rápida e muito significativa dos Estados Partes, cento e vinte até o início de 2010.

Antes disso, porém, a Unesco patrocinou a confusa “Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular”, na conferência de 1989, que repercute as hierarquizações dos níveis culturais. Para Eriksen, a “indecisão” está patente no relatório da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento “*Our Creative Diversity*” (1996), em que a cultura aparece ora como atividade artística, ora como modo de vida (incluindo toda atividade humana) ou, então, como tradição de grupos que compartilham costumes e valores, associada ao patrimônio, mas também aberta às influências e à globalização.⁴¹⁵ Contradições que reverberam na “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” (2005), onde o “conteúdo cultural” é definido como o “caráter simbólico, dimensão artística e valores culturais que têm por origem ou expressam identidades culturais”.⁴¹⁶ Talvez como reflexo da emergência dos estudos sobre a “economia da cultura”, que vêm associando desenvolvimento sócio-econômico ao “fornecimento de atividades culturais”.⁴¹⁷ Daí a cisão entre o patrimônio, de um lado, conjunto de realizações e modo de vida compartilhados, cuja continuidade dependeria de proteção, e as indústrias culturais, de outro, como produção de bens simbólicos na e para a cultura, cuja diversidade e circulação precisaria ser estimulada e vigiada.⁴¹⁸

É em meio a essa profusão de significados e práticas para a cultura que se dá o *boom* do patrimônio, passando a abrigar, potencialmente, todas as atividades e realizações

⁴¹⁴ Convenção disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00006>.

⁴¹⁵ ERIKSEN, Thomas. Between Universalism and Relativism: critique of the UNESCO concept of culture. In: COWAN, Jane; DEMBOUR, Marie-Bénédicte e WILSON, Richard. **Culture and Rights: anthropological perspectives**. Cambridge: Cambridge University, 2001.

⁴¹⁶ A convenção está disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224POR.pdf>.

⁴¹⁷ FLORISSI, Stefano e VALIATI, Leandro (orgs.). **Economia da Cultura: bem-estar econômico e evolução cultural**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

⁴¹⁸ Recentemente foi criada a “Aliança Global pela Diversidade Cultural”, para “ampliar a disponibilidade de produtos culturais diferentes” no circuito mundial, fortalecendo os dispositivos legais do copyright. Cf. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *UNESCO, o que é? O que faz?*, 2007, p.18.

humanas, estendendo a temporalidade delas até o tempo presente e diversificando seus usos. Disseminam-se vertentes do patrimônio (ambiental, arqueológico, industrial, etc.) e suas interfaces com a saúde, a infância, a religiosidade, etc.⁴¹⁹ Sobre os usos diversos, destaca-se a atuação das empresas especializadas em jornalismo, entretenimento e publicidade, que vem se apropriando cada vez mais das ações e resultados da operação patrimonial, transformando-as em notícias, atrativos, programas e campanhas, ou seja, em novos bens midiáticos. A *educação patrimonial* também se amplia, promovida por escolas e órgãos públicos, mas também por organizações privadas, produzindo e acumulando, em suas experiências educativas, conhecimento sobre patrimônio e seus significados.⁴²⁰

As novas apropriações do *patrimônio* abusam às vezes da retórica da identidade, ativando comunidades de pertencimento, do bairro à nação. Afinal, as identidades, no plural, só podem encontrar sentido no seio de uma reflexão antropológica sobre ela, a cultura. É a ampliação do significado nessa esfera, como “identidade cultural”, que costuma justificar grande parte das intervenções patrimoniais. Fala-se do patrimônio cultural *brasileiro*, do *cubano*, depois num âmbito menor, do *candango* (ou brasiliense), do *havaneiro*, dentro desses, o patrimônio da Vila Planalto ou de Santiago de Las Vegas e assim por diante. O que não quer dizer que se reproduza, nisso, uma visão essencialista de cultura, onde não caberia a hibridação ou a transculturação.⁴²¹

O conceito de transculturação, do cubano Ortiz, pensa a criação de novos fenômenos culturais a partir do confronto de diferentes matrizes, merecendo, inclusive, a aprovação de um *founding father* da antropologia, Bronislaw Malinowski. Vale comentar, nesse sentido, sobre o “sobá”, registrado pelo Conselho Municipal de Campo Grande (Brasil) como bem cultural imaterial daquela cidade. O prato, originário da região de Okinawa, chegou lá com

⁴¹⁹ Para uma visão geral sobre essa pluralidade, indico o sítio da internet, organizado pela historiadora Dr^a Mirza Pellicciotta, “Diálogos de Patrimônio”. Disponível em: <http://dialogosdepatrimonio.blogspot.com/>.

⁴²⁰ Ver, por exemplo, HORTA, Maria; GRUNBERG, Evelina e MONTEIRO, Adriane. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999; e “O ABC de Brasília: como no tempo de Aristóteles, alunos conhecem parte da história e da arquitetura da capital durante um longo passeio ao ar livre pela Esplanada, *Correio Braziliense*, 03.04.2008, p.38.

⁴²¹ Essas noções podem ser encontradas nas sugestivas abordagens de CANCLINI, Néstor. ***Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade***. 2ªed. São Paulo: EDUSP, 2003; e ORTIZ, Fernando. ***Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azucar (Advertencia de SUS contrastes agrários, econômicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación)***. La Habana: Consejo Nacional de Cultura, 1963.

os imigrantes japoneses, na primeira metade do século XX. Hoje é um sucesso nas feiras de Campo Grande e recomendado aos turistas como “comida típica”. A questão, portanto, não é de autenticidade, o que do sobá se celebra como patrimônio, menos do que a origem ou a receita, é o fato dele estar ali nas feiras da cidade, feito pelas mãos daqueles filhos de migrantes (muitos já miscigenados) e desejado pelo seu valor gastronômico.

Finalmente, é necessário não esquecer que as práticas de patrimônio criam e reproduzem conflitos, conforme pudemos acompanhar nos casos de Brasília e Havana. Quem decide o que será patrimonializado? Quais as prioridades de intervenção? As práticas de conservação e de gestão realizadas beneficiam a quem? A eventual enunciação dessas questões pode abrir e ir configurando lugares, instituições e diálogos patrimoniais como espaços de comunicação e de trocas, indispensáveis para que se possa reconhecer e articular, de maneira original, temporalidades, diferenças culturais, pertencimentos e memórias.

A simples atribuição e registro do patrimônio em livros públicos não são garantias de que as interações sugeridas acima venham a existir, elas dependem mais da práxis de gestores, usuários, empresários, moradores e contribuintes. Quem sabe, assim, o patrimônio, digo, suas práticas poderão contribuir para o alargamento da nossa experiência cotidiana dos lugares, das memórias e da diferença. E nos fazer pensar sobre as desigualdades sociais, territoriais e simbólicas – às vezes produzidas pela própria patrimonialização – que atravessam qualquer contexto cultural, em seus vários sentidos.

6.3 Tempo e Patrimônio

François Hartog é quem descortina uma dimensão inesperada do fenômeno patrimonial e com ela conclui nossa aproximação teórica. Antes de comentar sobre a perspectiva dos “regimes de historicidade”, já bem conhecida, com suas relevantes implicações para o estudo do patrimônio, vale destacar algumas considerações sobre a “vaga patrimonial” na França:

De 1980 a 2000, foram recenseadas 2.241 associações cujo objeto declarado é o patrimônio ou o quadro de vida: o “pequeno patrimônio”. Em sua grande maioria, essas associações são jovens, elas foram criadas depois de 1980. Dando-se à vezes definições muito extensivas de patrimônio, que não se ajustam necessariamente com as categorias oficiais da administração dedicada ao “grande patrimônio”, elas tendem a desestabilizar a máquina administrativa de classificar. Pois, para elas, o valor dos objetos que elas elegeram reside, parcialmente, no fato de que são elas mesmas a origem do seu reconhecimento [Hervé Glevarec e Guy Saez]. Trata-se mais de patrimônio local, associando memória e território, e de operações visando à produção do território e da continuidade para aqueles que lá habitam hoje: “as associações do patrimônio mostram a construção de uma memória que não está dada, nem perdida. Elas abrem à construção de um universo simbólico. Também o patrimônio não pode ser visto a partir do passado, mas a partir do presente, como categoria de ação do presente e sobre o presente”.⁴²²

O rótulo “patrimônio”, portanto, embala o mecanismo de construção da memória, mas gostaria de sublinhar que as práticas patrimoniais das associações francesas ancoram sua legitimidade no próprio lugar de enunciação (de dentro do território, da identidade local, da luta política) e menos no valor dos objetos que elegem para serem conservados como seu patrimônio. Uma **modalidade de prática** que pode estar presente em outras **intervenções patrimoniais**, mas que também desafiaria modos de operação já experimentados no cenário das práticas. Nesse sentido, qualquer **produção de patrimônio** contém uma dimensão política que se materializa no trabalho de consagração de um documento, artefato, prática ou lugar enquanto **bem patrimonial**, refletindo batalhas pela afirmação de memórias, culturas, ideologias ou identidades, nos vários sentidos que essas palavras assumem.

Observemos, por exemplo, um dos projetos agraciados com o “Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade”, mantido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil, na edição de 2007. “A Memória na Fala dos Mestres de Cultura de Icoaraci (Pará)” levou o prêmio na categoria “bens de natureza imaterial”. A identificação dos mestres foi o mote para um inventário de manifestações culturais, oficinas nas escolas, produção de documentário e livro, todos conduzidos pela organização “Movimento de Vanguarda da

⁴²² HARTOG, François. **Régimes d’historicité**: présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003, p.199-200.

Cultura de Icoaraci”. O relato da iniciativa, no catálogo do Prêmio, sugere que a rotina dos moradores da Vila de Icoaraci foi enriquecida. Sem citar um ou outro “mestre da cultura”, os autores comentam sobre o enfoque do projeto no dia a dia dos mestres, justificando-o pela “necessidade de reinserir a cultura popular no cotidiano da população da vila” e, “principalmente as oficinas, ocasião em que a experiência dos mestres foi discutida (...) e debatidas as formas de preservação do patrimônio cultural”.⁴²³ Isso, em parte, confirma a percepção de Hartog, embora o *patrimônio* sejam os mestres e seu conhecimento, o valor do projeto reside nessa condição de porta-voz dos direitos da “cultura popular”, que os responsabiliza até mesmo a agir para reinseri-la no cotidiano. Ou seja, não só uma “retórica da perda”⁴²⁴, como também uma prática, que as “oficinas” ilustram muito bem, de reação à perda.

Uma retórica poderosa que pode revelar, conforme sugere Hartog, algo sobre “nossas relações presentes com o tempo”. A vaga patrimonial traz consigo a memória e a cultura, ora como objeto, ora como justificativa, mas sempre como duas forças que nela se agitam, mesmo quando não estão visíveis, são como o vento, para fazer uma metáfora caribenha, que formam, sem que se veja, as ondas do mar. Interessante é que a gente se pergunte, por que o patrimônio passou a capitanear as outras forças, considerando que em relação à memória, à cultura e, mais recentemente, à própria história, “a mesma inflação parece reinar”? Temos esboçado aqui, nas seções deste capítulo, como as relações de significação entre os termos marcaram a emergência do patrimônio, mas o que Hartog nos oferece é a possibilidade de abordar a questão a partir de uma categoria histórica, os “regimes de historicidade” e de situar o patrimônio como indício de uma mudança em nossa experiência do tempo:

Um certo modo de relacionamento com o mundo e com o tempo. Uma consciência, muitas vezes inquieta, de que qualquer coisa (objeto, monumento, sítio, paisagem) desaparece ou está a um passo de desaparecer do horizonte. Logo, de uma crise do tempo. Para recuperar a classificação

⁴²³ BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. 20 anos*. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 2007, p.12.

⁴²⁴ GONÇALVES, José. **A Retórica da Perda**: discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2002.

proposta por Krzysztof Pomian, os objetos do patrimônio são semióforos [sémiophores]: “objetos visíveis investidos de significação”. Que patrimônio e temporalidades estão indissoluvelmente ligados é uma evidência, porque o patrimônio é a reunião de semióforos que faz, em um dado momento (e por um momento), uma sociedade. Eles traduzem, portanto, o tipo de relacionamento que uma sociedade decide manter com o tempo. O patrimônio restitui visível, exprime, certa ordem do tempo, onde interessa a dimensão do passado. Mas, ele interpela um passado do qual o presente não pode, nem vem se descolar completamente. Passado que ele [patrimônio] trata de celebrar, de imitar, de conjurar, de desprestigiar ou, simplesmente, visitar. Voltada para o passado, a preocupação patrimonial será somente ou mesmo essencialmente passadista? Não, porque ela extrai do passado – de um certo passado – uma forma de visibilidade que importa ao presente.⁴²⁵

A inflação patrimonial não é passadista, porque isso nos remeteria a um regime de historicidade em que a ênfase das relações entre passado, presente e futuro estivesse posta na exemplaridade do passado, tal como condensado na fórmula de Cícero, *historia magistra vitae*. Esse modo de relacionamento com o tempo, como se fosse um *continuum* a vincular o futuro ao passado, pode ter dominado o pensamento europeu por muitos séculos. Uma experiência do tipo moderno, cuja duração Hartog situa entre dois marcos simbólicos 1789 (Revolução Francesa) e 1989 (derrubada do muro de Berlim), por sua vez, não se revelaria no patrimônio. Porque não haveria ênfase no futuro, tal como evidenciam as noções de progresso e de civilização, até porque elas se tornam cada vez mais suspeitas depois das fraturas, no conhecimento e na moral, provocadas pela Segunda Guerra. Vale abrir um parêntese acerca dessas leituras, não se pretende ter a chave para uma história universal, mesmo que o recorte europeu da historiografia que Hartog passa em revista dê margem para pensarmos assim. O que o autor aporta com os regimes de historicidade é uma “ferramenta heurística” para pensar as modalidades de articulação entre passado, presente e futuro, variáveis segundo os lugares e as épocas.⁴²⁶ Sobre esse aspecto, inspira-se na

⁴²⁵ HARTOG, François. Op.Cit., p.166-167.

⁴²⁶ HARTOG, François. Régimes d'historicité: entretien avec François Hartog (por Annick Louis). **Vox Poetica**, s/d. Disponível em: <http://www.vox-poetica.org/entretiens/hartog.html>.

antropologia de Marshall Sahlins sobre a história heróica, bem como na sociedade havaiana do século XVIII e sua dinâmica entre estrutura de significação e prática histórica.⁴²⁷

O diálogo com outro historiador, Reinhart Koselleck, é que parece ter sido dos mais produtivos, como o próprio Hartog admite, para o seu esforço de abordar esse impensado da disciplina, o tempo.⁴²⁸ A concepção de “tempo histórico” de Koselleck, como resultado da tensão entre as categorias formais de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, ilumina e corrobora a formidável contribuição de Hartog. A experiência, segundo Koselleck, é o “passado atual”, ela realiza, no presente, os acontecimentos que “foram incorporados e podem ser lembrados”, assim como a expectativa é o “futuro presente” e vivifica, no hoje, o que ainda não foi experimentado (“esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional”).⁴²⁹ Uma categoria não existe sem a outra e, a partir delas, é que se entrelaçam passado e futuro. Os tempos históricos resultariam, então, dos diferentes modos como passado e futuro são postos em relação e modificados no “transcurso da história”. Decorre daí a contribuição de Koselleck sobre o tempo moderno:

Minha tese afirma que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então. (...)

Afirmar que nenhuma experiência anterior pode servir de objeção contra a natureza diferente do futuro torna-se quase uma lei. O futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor. Todo o esforço de Kant como filósofo da história esteve voltado para ordenar as objeções da experiência contra isso, de forma a confirmar a expectativa de progresso. (...)

Um futuro portador de progresso modifica também o valor histórico do passado. “A Revolução Francesa foi para o mundo um fenômeno que pareceu desafiar toda a sabedoria histórica, e a partir dela desenvolveram-se a cada

⁴²⁷ Esses estudos foram compilados em SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

⁴²⁸ HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Vária História**. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006. Hartog aceita em *Régimes d'historicité* a tensão entre as categorias de Koselleck como parte daquilo que o regime de historicidade procura esclarecer ou, mais exatamente, “os tipos de distância e os modos de tensão” entre essas categorias, cf. p.28.

⁴²⁹ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006, p.309-310.

dia novos fenômenos, que cada vez menos podiam ser objeto de indagações à história, escreveu Woltmann em 1799.⁴³⁰

A crise desse regime moderno, na segunda metade do século XX, é que interessa, especialmente, a François Hartog. A leitura da era moderna feita pelo historiador alemão é tomada pela indagação a respeito de uma ruptura em favor de um novo regime, o presentismo (*présentisme*). Embora o foco no presente não seja novo, e seria excessivo comentar aqui a profícua abordagem das fontes realizada pelo autor, aponta-se o ritmo das mídias (onde ressalto a produção das notícias), a fabricação de “novas” mercadorias e o consumo, bem como o desgaste das esperanças revolucionárias e do socialismo real, como evidências do fortalecimento do presente, cada vez mais “onipresente”. Mas, nada parece ter mais destaque como sintoma da mudança do regime de historicidade do que a multiplicação dos patrimônios, a revitalização dos centros urbanos ou o patrimônio ambiental. Assim:

O século XX é o que mais invocou o futuro, o que mais construiu e massacrou em seu nome, o que mais levou longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do futuro, conforme os postulados do regime moderno de historicidade. Mas, ele é também o século que, sobretudo no seu último terço, deu extensão maior à categoria do presente: um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem, dia após dia, necessidade. Um presente já passado antes mesmo de ter completamente chegado. Mas, desde o fim dos anos 1960, este presente se descobriu inquieto, em busca de raízes, obcecado com a memória. (...) À confiança no progresso substituiu a preocupação de guardar e preservar: preservar o quê e quem? Este mundo, o nosso, as gerações futuras, nós mesmos. Daí vem esse olhar museológico lançado sobre o que nos cerca. Nós gostaríamos de preparar, a partir do hoje, o museu de amanhã e reunir os arquivos de hoje como se já fosse ontem, tomados que estamos entre a amnésia e a vontade de nada esquecer.⁴³¹

⁴³⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Idem*, p.314, 318 e 319.

⁴³¹ HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: *présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003, p.200.

Não se trata, portanto, de uma recuperação do passado como um fim em si mesmo. O exemplo da venda de pedaços do muro (de Berlim), que se acabara de destruir, é bastante revelador. Ousando interpretar o regime presentista nos termos da análise de Koselleck, poder-se-ia dizer que a tensão entre experiência e expectativa torna-se menos assimétrica, convergindo para um mesmo ponto. Se, como diz Koselleck, “as expectativas podem ser revistas” e “as experiências feitas são recolhidas”⁴³², poderíamos imaginar, com Hartog, que as experiências provenientes do passado devem ser recolhidas, precipitadamente, e arquivadas, preservadas enquanto patrimônios, enquanto as expectativas não precisariam de revisão, porque não pretendem ir além do gozo imediato do consumo, inclusive de memórias! Como diz Hartog, o futuro “não é mais uma promessa”, é uma ameaça, que a patrimonialização ambiental, por exemplo, vem expiar. Já o passado se revelaria na “evocação e emoção” de tudo patrimonializar, mais do que como tomada de distância histórica. Assim, apesar de marcados por rupturas, passado e futuro vão sendo domesticados pelo presentismo.⁴³³

As possibilidades abertas pela leitura das conexões entre tempo e patrimônio são fascinantes e, penso, terão cada vez mais visibilidade entre nós. O patrimônio, dito histórico ou cultural, não é mais uma “linha de sombra” para os historiadores e se há um campo onde esse debate avança é o da historiografia. E não só porque ela oferece leituras sobre a experiência do tempo, baseadas na interpretação das práticas patrimoniais, nem apenas porque observa essas práticas enquanto processo histórico, mas porque as situa no espaço, em sociedades e grupos que atuam a partir de lugares e sobre eles. Para ficar, mais uma vez, com uma ideia de Koselleck, “o tempo, como se sabe, de qualquer modo não pode ser expresso a não ser em metáforas espaciais”.⁴³⁴ Daí a construção de nossa abordagem em dois planos de observação, Brasília e Havana, e sobre como cada uma dessas cidades foi convertendo espaços em patrimônio, a partir de confrontos e da afirmação de interesses diversos.

⁴³² KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p.311.

⁴³³ HARTOG, François. Op. Cit., p.206.

⁴³⁴ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p.310.

Conclusão

Brasília e Havana: comparando patrimônios

Quando o assunto é cidade, todos nós somos comparativistas. Basta viajar para uma cidade diferente daquela que habitamos e começamos a exercitar a arte da comparação. Seria bom viver aqui? As “pessoas” são agradáveis? O trânsito flui? Nela se vive com “segurança”? A “vida cultural” é atraente? Não seria pacata demais? De repente, lá estamos envolvidos em debates ferrenhos sobre as vantagens e desvantagens de viver aqui ou acolá, transformados em polemistas, *experts* em urbanismo e antropologia. No fundo, vamos justificando para nós mesmos a escolha da cidade em que vivemos ou, ao contrário, imaginando como poderíamos ser felizes em um lugar diferente, com outra gente. Afinal, se “morar é narrar”, gostaria de acrescentar que morar também é comparar.

Entre os historiadores e historiadoras profissionais a questão assume foro teórico-metodológico e a polêmica comparatista não é menor. Ela passa, necessariamente, pelo problema de como observar duas ou mais realidades, contíguas ou não no espaço, coetâneas ou não no tempo, oferecendo uma “reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças” e “repensando as metodologias associáveis a esta prática”.⁴³⁵ Marcel Dettiene sugere ao pesquisador do ramo “passear com duas ou três questões no bolso, como se quisesse assim estender o mais largamente possível o campo de uma investigação da qual ainda não soube fixar os limites”.⁴³⁶ É, ao menos, o que ele procura fazer em seu estudo sobre como “estabelecer um território” em diferentes sociedades e épocas, partindo de questões “universalizadoras” (O que é um lugar? O que é um limite?) com o objetivo de apontar particularidades “diferenciadoras”.⁴³⁷ Em relação às origens de Brasília e de Havana, também indaguei sobre como foram estabelecidos seus territórios, dentre outras possibilidades de comparação mais pertinentes ao tema deste trabalho.

⁴³⁵ BARROS, José. História Comparada – Um Novo Modo de Ver e Fazer a História. In: **Revista de História Comparada**, vol. 1, nº 1, p.3, 2007. (Programa de Pós-Graduação em História Comparada, IFCS/UFRJ)

⁴³⁶ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004, p.52.

⁴³⁷ Os termos destacados são de Charles Tilly, apud BARROS, José. Op. Cit., p.18-21.

É preciso afirmar, contudo, que não se pretendeu realizar uma história comparada das práticas de patrimônio em Brasília e Havana. No máximo, apresentamos bases históricas, no sentido do estabelecimento de fontes e de uma discussão teórica relevante, para um projeto dessa natureza. A comparação aparece aqui como a forma, metodologicamente mais produtiva, desta conclusão. Antes disso, procurei plantar o problema, da conversão das duas cidades em patrimônio e de suas práticas, no solo histórico de cada uma delas. Como falar de “cidade moderna” ou de “cidade histórica” sem evidenciar os processos de fundação e de desenvolvimento que serviram como referência para compor a ideologia patrimonial daquelas capitais? Daí a conveniência dos capítulos que foram inteiramente dedicados às origens e às singularidades de cada povoamento, com suas representações regionais e espaços urbanos primitivos. A pesquisa do contexto cubano, no entanto, foi concebida como contraponto ao estudo de Brasília. Contraponto indispensável, dada nossa hipótese sobre a mundialização do fenômeno patrimonial e a escala planetária das relações entre as metrópoles, o que já exigia a perspectiva comparativa.

Cuba, maior das Antilhas e revolucionária nação caribenha, há muito deixou de estar isolada no Mar do Caribe, enquanto o Brasil, país continental e de brutal desigualdade social, também dá sinais de amadurecimento político. Ambos os países atravessam, na atualidade, vigorosos processos de transformação interna e, ao mesmo tempo, atingem um novo patamar de visibilidade no mundo contemporâneo. As diferenças entre as singularíssimas capitais do Brasil e de Cuba se reproduzem nas trajetórias da ação patrimonial, ainda que ambas detenham o título de patrimônio mundial pela Unesco. Vale retomar, então, numa mirada comparativa, os processos históricos das duas cidades e como cada uma delas “torna-se patrimônio”, a fim de extrair daí algumas conclusões e oferecer, em seguida, uma leitura final sobre o objeto desta tese.

*

O planalto central brasileiro e a planície havaneira foram descobertos por povos paleolíticos, no sentido corrente na Antropologia Física, caçadores e coletores que utilizavam instrumentos rudimentares feitos de pedra. A origem remota da ocupação humana nas duas

capitais, situada na fronteira da invenção da agricultura, rejeita o mito do descobrimento pelos europeus. No planalto da capital do Brasil apontamos as datações arqueológicas de objetos furadores e raspadores retrocedendo há onze mil anos e a presença de um esqueleto humano com cerca de 8.500 anos. Sobre os povos pré-históricos, em Cuba, sabemos apenas que estiveram por toda a ilha, mas quando Cristóbal Cólon chegou, em 1492, havia coletores na parte ocidental (guanajatabeyes), bem como ceramistas e agricultores, como os taínos, no extremo oriente. Os chamados ciboneyes é que ocupavam, no entanto, a planície havaneira.⁴³⁸ As temporalidades são distintas no aspecto do confronto entre as populações indígenas e, conforme o caso, colonizadores espanhóis ou portugueses, sendo que em Havana o confronto é intenso já no século XVI, duzentos anos antes da intensificação do genocídio indígena no interior do Brasil.

A geografia de cada uma das capitais explica, em grande parte, as disparidades cronológicas da ocupação pelos conquistadores europeus. A fundação de *San Cristóbal de La Habana* visava garantir a posse da ilha a partir do seu litoral, pois logo se percebeu a vantagem de estabelecer a vila, em 1519, no fim do canal de acesso à gigantesca baía: um porto seguro. No Brasil, a fundação tardia de uma nova capital é coerente com o processo de ocupação do interior, distante cerca de mil quilômetros do litoral, em um país de porte continental. Ocupação iniciada quando os meios de transporte possíveis se restringiam à montaria, à tração animal e à navegação fluvial. Curiosamente, a despeito do contraste da localização das duas capitais – Havana litorânea, portuária; Brasília interiorizada, central –, são suas vocações geográficas, embora díspares entre si, que servirão para justificar a precedência político-administrativa delas sobre as demais cidades, em cada país.

Havana, fundada em 1519, vai assumindo a condição de “capital” desde que era sede do poder colonial, e, finalmente, com a independência em 1902. Brasília, fundada em 1960, vai sendo imaginada e projetada ao longo de um século e meio, com maior impulso no período republicano, de 1889 em diante. A cidade de Havana, em suas origens e transformações, exprime o processo histórico de extermínio das sociedades tradicionais pelos conquistadores europeus e dominação colonial, repetido na formação das sociedades americanas contemporâneas, inclusive, do Brasil. A cidade de Brasília, por sua vez, é o

⁴³⁸ LE RIVEREND, Julio. **La Habana**: biografía de una provincia. La Habana: Academia de la Historia de Cuba, 1960.

emblema de uma sociedade independente, desde 1822, que ainda buscava simbolizar anseios de desenvolvimento econômico e de modernidade. As diferenças marcantes entre a formação histórico-social do Brasil e de Cuba, registradas pela historiografia, esclarecem a grande distância cronológica que separa a fundação das duas capitais: quatrocentos e quarenta e um anos! Hoje, entretanto, as cidades exibem a mesma condição de metrópoles cosmopolitas, com mais de dois milhões de habitantes – considerando as populações na Província de *Ciudad de La Habana* (Cuba) e no Distrito Federal (Brasil) –, e síntese das contradições presentes em cada país.

A singularidade histórica de Brasília está em ter nascido como atividade narrativa que, produzindo justificativas geopolíticas e econômicas, implicava o estabelecimento do melhor sítio geográfico para a futura capital. Os relatos responsáveis por representar o espaço natural adequado acabaram demarcando a região do Planalto Central. Esta região teve seu apelo de centralidade, baseado na condição de divisor de águas de importantes bacias hidrográficas, enredado aos discursos pela mudança da capital, portanto, muito antes da efetiva transferência. Atualmente, entretanto, a realidade urbana, cada vez mais regionalizada, cobra a dívida gerada pela indiferença com que sucessivos governos trataram o entorno do Distrito Federal, sem visão da região enquanto totalidade. As demandas do “entorno” contradizem a representação, até há pouco tempo hegemônica, da cidade inventada “no meio do nada”.

Na perspectiva da história regional ou do processo de produção do espaço, Havana tem também particularidades e embates. Segundo Le Riverend, não se pode entender a cidade de Havana separando-a do campo ou do mar. Os fenômenos rurais na planície havaneira teriam sido, frequentemente, obscurecidos pelas narrativas históricas centradas em seu porto marítimo, porta de entrada para o Golfo do México. Até porque, como diz esse autor, “as verdadeiras riquezas de Cuba, acumuladas naturalmente durante séculos, teriam que buscá-las, todos, europeu, índio e negro, no fundo da terra”.⁴³⁹ De fato, basta lembrar, como eternizou Fernando Ortiz, a relevância que tiveram o açúcar e o tabaco na economia

⁴³⁹ LE RIVEREND, Julio. Op. Cit., p. 4.

cubana.⁴⁴⁰ Porém, Havana parece estar às vezes despregada, não só de seu entorno, mas de todo o resto do país, sendo o palco privilegiado de eventos políticos ela acabaria subordinando o protagonismo das outras províncias. Condição que já foi narrada, naquilo que tem de indesejável, como o “capitalinismo” de Havana, reproduzindo ainda a velha aporia entre o Ocidente e o Oriente da ilha.

O exercício da comparação, enquanto ilumina os contextos específicos, nos sugere algumas generalizações. O “convite da natureza”, do qual falava Luiz Cruls, chefe da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, não existe sem a representação do espaço natural, é muito mais um convite que justifica pelas virtudes ambientais o projeto de ocupação humana. Havana é hoje a capital portuária, assim como Brasília é a capital interior, porque suas geografias atenderam às demandas e aos interesses prevaletentes em seus contextos históricos de fundação e mesmo depois. Numa dialética entre espaço geográfico e representações que me faz recordar, mais uma vez, Marcel Mauss: “o fator telúrico deve ser relacionado com o meio social em sua totalidade e complexidade”.⁴⁴¹ As visões do paraíso ou das prodigalidades naturais, que ainda repercutem hoje, vão sendo ultrapassadas por outras representações do espaço, produzidas ao longo do processo de metropolização. Domestica-se, assim, o discurso fundador da primeira natureza e são ressaltadas outras virtudes, assumidamente sociais. É o que parece ter acontecido em Brasília, na década de 80, do século passado, com a emergência da ideia de cidade inventada pelo urbanismo moderno, em meio aos embates pelo patrimônio e pela memória, e também em Cuba, com a invenção do centro histórico de Havana e a apropriação da imagem de ancianidade da cidade pelos relatos do patrimônio histórico e cultural.

A conversão de porções da cidade de Brasília e de Havana em patrimônio é praticamente coetânea, com uma diferença cronológica de apenas cinco anos. O fato contribui para o argumento de que o fenômeno patrimonial tem uma temporalidade própria ou, conforme discutimos no capítulo anterior, que ele possa ser pensado como o vestígio de

⁴⁴⁰ ORTIZ, Fernando. **Contarpunteo Cubano del Tabaco y el Azucar**: advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación. La Habana: Consejo Nacional de Cultura, 1963.

⁴⁴¹ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: **Sociologia e Antopologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 428-429.

um regime de historicidade presentista, revelado na vontade de tudo patrimonializar. O status de patrimônio mundial conferido às duas cidades – Havana em 1982 e Brasília em 1987 – não é uma função da duração histórica de cada uma delas, pois enquanto uma completou cinquenta anos, a outra irá comemorar meio milênio. Ao contrário, é o produto dos significados atribuídos aos fragmentos de passado que permanecem visíveis nelas e as distinguem. Assim, a patrimonialização tampouco ocorreu a partir de semelhanças entre os espaços de Havana e de Brasília. As fontes também não autorizam, já no campo das relações internacionais, pensar em uma ação de cooperação entre os dois países, com o objetivo de inclusão das suas capitais na lista do patrimônio mundial, nem em uma estratégia coordenada pela Unesco. Vale lembrar que as relações diplomáticas entre os dois países, após vinte e dois anos de interrupção, foram retomadas em 1986.

É mais provável que as “condições de exercício da função enunciativa” (Foucault), relativas ao discurso do patrimônio, estivessem presentes em ambos os contextos, durante a década de 1980. De fato, os significados possíveis de patrimônio se multiplicaram, lá e cá, acompanhando a difusão da cultura e da memória no vocabulário e na experiência cotidiana, conforme procuramos demonstrar no capítulo seis. Além disso, já na perspectiva das práticas, uma série de instituições e atores passaram a atuar em nome do patrimônio, desde especialistas, com formação acadêmica (arquitetos, restauradores, historiadores, antropólogos, etc.), autoridades e servidores, ligados aos órgãos públicos voltados para o gerenciamento da memória e da cultura, até entidades da sociedade civil, tais como associações de bairro ou organizações não-governamentais. Começaram a ocorrer embates entre essas organizações da sociedade e os governos, tal como aconteceu com a comunidade do Paranoá em Brasília (episódio descrito no terceiro capítulo), ou mesmo no seio da própria burocracia. A singularidade de um olhar histórico está em perceber, em cada plano de observação, como é que se deu a produção do “patrimônio”, os atores envolvidos e as práticas postas em movimento para atingir determinados fins.

No Brasil, o primeiro projeto sistemático de “estudo e proposição de medidas de preservação de Brasília” surgiu no seio da administração pública, com o Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT-Brasília). O grupo foi articulado por especialistas, em sua maioria arquitetos, atuantes na extinta Fundação Pró-

Memória, órgão operacional surgido com a reorientação da política do governo federal para cultura e o patrimônio, sob a liderança de Aloísio Magalhães. Uma das intenções do GT-Brasília era evitar a descaracterização do Plano Piloto pela construção civil desenfreada, além da promoção da memória dos acampamentos pioneiros e da arquitetura regional. O governador nomeado do Distrito Federal, à época, aproveitara, inicialmente, o trabalho do GT para sustentar a candidatura da cidade a patrimônio mundial, junto a Unesco. Porém, associa-se a gestores da administração local, responsáveis pelo uso e alienação da terra pública, nomeadamente a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e a Secretaria de Viação e Obras, com a finalidade de impor outro projeto, de “complementação, preservação, adensamento e expansão urbana” da cidade, chamado de “Brasília Revisitada”. A mudança de ênfase era total, embora a conservação patrimonial apareça como objeto da legislação distrital de 1987, que demarca a área e os bens a serem protegidos, conforme exigira o Comitê do Patrimônio Mundial. O patrimônio é usado para mascarar a futura intervenção no Plano Piloto, garantida pela reserva de futuros setores residenciais para o capital imobiliário, sob o controle da Terracap, que detém o monopólio distrital sobre a terra urbana. A ironia disso está em que o adensamento vinha como apêndice da lei distrital, no documento Brasília Revisitada assinado por Lúcio Costa, o autor do projeto urbanístico original. A competência profissional e a criatividade do “inventor” fora colocada a serviço de interesses econômicos, tivesse Lúcio Costa clareza disso ou não.

Em Cuba, é possível afirmar que o Estado se mobiliza para a proteção de Havana Velha, desde 1976, quando a Direção de Patrimônio do Ministério da Cultura elabora o primeiro inventário geral do centro histórico. Em 1978, o centro histórico recebe o título de monumento nacional, inspirado na Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial da Unesco, mas já ao abrigo da nova constituição da república cubana (1976) e da Lei nº 2, que trata dos *Monumentos Nacionales e Locales*. Discursos do presidente da Assembléia Provincial do Poder Popular da Cidade de Havana, encontrados no Arquivo Histórico do Museu da Cidade, confirmam a percepção de Havana Velha como patrimônio da humanidade, já ao final da década de 1970. A preocupação com as memórias e os acervos da antiga cidade amuralhada aparece com a fundação da Oficina do Historiador da Cidade de Havana (1938), a mesma organização não-governamental que, já sob a liderança de Eusébio

Leal Spengler, é convocada a coordenar os planos quinquenais de restauração, a partir de 1981. A iniciativa dessas diversas entidades, ao contrário de um embate entre interesses particulares, parece convergir para a proposição de “La Habana Vieja y su sistema de fortificaciones” como patrimônio mundial, formalizada pela Comissão Nacional de Cuba para a Unesco e aprovada em 1982. É bem verdade que a estrutura de planificação iniciada após a Revolução começou a pensar Havana como uma cidade metropolitana e a planejar o espaço urbano de forma mais integral, sendo a promoção do turismo no centro histórico parte desse planejamento estatal. No aspecto do planejamento urbano, a patrimonialização havaneira se diferencia largamente daquela realizada em Brasília, onde a questão da metropolização da cidade também ensejava o olhar patrimonial em uma perspectiva ampla, regional, tal como propunha o GT-Brasília, mas que sucumbiu à mera definição de um perímetro de proteção, o chamado Plano Piloto, com ênfase na arquitetura e no urbanismo moderno, enquanto, paradoxalmente, se promovia a concentração das atividades urbanas na região central, acentuando a tensão centro-periferia.

As semelhanças residem no papel pioneiro da intelectualidade, quase sempre composta de servidores públicos com formação acadêmica, engajados na conservação da arquitetura, dos monumentos e da memória. Nesses processos, políticas de desenvolvimento urbano aparecem associadas às intervenções patrimoniais. Em Brasília, os poderes hegemônicos trataram de dispor sobre o uso e a ocupação do solo, outorgando ao governador, por meio de decreto (nº 10.829), prerrogativas nesse sentido. A proposta patrimonial, no sentido estrito, limitou-se à área e às escalas (monumental, residencial, gregária e bucólica) do Plano Piloto, garantindo a proteção integral apenas da Praça dos Três Poderes, com seus palácios, e das áreas verdes não destinadas à edificação. O novo projeto urbanístico de Lúcio Costa, agregado ao decreto, ordenava a construção de novas superquadras para os mais ricos (Sudoeste e Noroeste) e outras para os mais pobres, com seus apartamentos do tipo “proletário” (60 m²) e do tipo “favelado” (30 m²). O projeto, abandonado, do GT-Brasília, ao contrário, ao mesmo tempo em que rejeitava o tombamento generalizado, procurava ampliar o âmbito da proteção à memória da cidade, estabelecendo uma área prioritária de preservação em torno do Plano Piloto e apontando para a

necessidade de incorporar na prática patrimonial os acampamentos da época da construção e a arquitetura vernacular.

Em Havana, a ênfase foi estabelecer uma intervenção patrimonial a ser regida por um planejamento sistemático. Em 1986, Havana Velha recebeu os *Lineamentos para El Centro Histórico*, com a participação do Centro Nacional de Conservação, Restauração e Museologia – CENCREM, e atualmente, é ordenada pelo Plano de Desenvolvimento Integral, aonde constam a restauração e conservação dos bens e a promoção sociocultural e econômica dos habitantes. Com o decreto nº 143, de 1993, numa reação às privações do “período especial”, a *Oficina del Historiador de La Ciudad de La Habana* (OHCH) ganha autonomia, subordinada apenas ao Conselho de Estado, e passa gerenciar negócios turísticos em moldes capitalistas. De fato, a política de patrimônio é integrada às demandas econômicas do Estado, dada a relação que já se desenvolvera, desde os fins da década de 1970, entre Havana Velha e a visitação turística. A essência da opção cubana reside em vincular o gerenciamento do espaço urbano às ações de patrimônio, na medida em que elas demonstraram ser capazes de atuar sobre a memória e a cultura local de forma autofinanciada e rentável. A implantação de benefícios diretos e indiretos à população do território é observável, mas todas as virtudes não isentam a prática patrimonial da OHCH de contradições. Há embates tardios, provocados pela grande autarquia da Oficina do Historiador para a gestão dos espaços designados como “Zona Priorizada para la Conservación”, que inclui a área declarada patrimônio mundial (antiga cidade intramuros e fortificações), o *Paseo del Prado* e o *Parque de la Fraternidad*, além de se estender para setores contíguos, o *Malecón* tradicional e o *Barrio Chino*.

O chamado “Historiador da Cidade”, Eusebio Leal, alude às críticas em uma de suas conferências.⁴⁴² Diz que o território sob a jurisdição patrimonial da OHCH havia sido chamado de Vaticano, fala sobre ter sido “combatido de morte”, em *contiendas* (disputas) e *peleas* (lutas), que nos lembram a metáfora da batalha, utilizada para narrar os episódios da conversão de Brasília em patrimônio. De fato, uma das críticas mais frequentes ao trabalho da OHCH diz respeito ao uso das edificações restauradas ou reconstruídas e aos investimentos necessários para a recuperação de moradias, que viriam mitigar o drama de

⁴⁴² SPENGLER, Eusebio. Andar la Habana Vieja. In: SPENGLER, E. **Fundada Esperanza**. La Habana: Boloña, 2003, p. 102.

centenas de moradores e albergados. Em Havana, portanto, também aparece a questão do uso discricionário da terra urbana, embora num território já completamente edificado, o centro histórico, e com uma população tradicional que se manifesta, eventualmente, pela permanência e contra os efeitos das remoções.

As diferenças entre Brasília e Havana, contudo, é que predominam quando exercitamos a comparação, especialmente, quanto à estrutura de gestão do patrimônio. Em Brasília, nos dias de hoje, há apenas uma Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, cuja atuação não foi objeto de análise deste estudo, mas que sabidamente enfrenta dificuldades, tanto políticas quanto econômicas, para exercer um papel efetivo de coordenação. A tentativa de construção de um obelisco e de uma praça na Esplanada dos Ministérios, abordada no terceiro capítulo, ilustra muito bem a falta de planejamento e da participação nele de especialistas e da sociedade. O projeto da “Praça da Soberania”, ao contrário, foi apresentado como produto da vontade pessoal do governador do Distrito Federal e de Oscar Niemeyer. O debate público sobre a preservação do patrimônio dos acampamentos pioneiros da construção (Paranoá, Vila Planalto, Vila Metropolitana e Núcleo Bandeirante) de Brasília ou do patrimônio do entorno do Distrito Federal prospera lentamente, prejudicado por décadas de indiferença dos governos distritais e pela ausência de um Conselho de Patrimônio. Também não há meios próprios de captação de recursos, tal como acontece em Havana, nem a articulação social dos valores patrimoniais com o mercado turístico. Se não existissem, como honrosas exceções, alguns estudos e projetos acadêmicos, tombamentos e registros de bens realizados pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (Depha/DF) e a vigilância do Plano Piloto pela 15ª Superintendência Regional do IPHAN, poderíamos dizer que a extinção do GT-Brasília (1987) veio acompanhada do esvaziamento do debate patrimonial durante quase duas décadas.⁴⁴³

O Estado cubano, ao contrário, sem abrir mão do centralismo da gestão política de um regime de partido único (Partido Comunista Cubano), conferiu poderes extraordinários a

⁴⁴³ Curioso notar que, enquanto a sociedade de livre mercado no Brasil resistia à emergência de uma organização especialmente voltada para o patrimônio da capital, ainda que abrigada no governo federal, (o GT-Brasília, consolidado em 1981), a sociedade socialista cubana incorporava a Oficina do Historiador da Cidade de Havana, em 1981, uma organização não-estatal, na realização dos planos quinquenais de restauração de Havana Velha.

uma organização não-governamental, que já havia demonstrado interesse pela preservação da memória da cidade e competência para gerir projetos de conservação patrimonial. O desafio representado por Havana Velha, pela enorme quantidade de edificações, de moradores e de demandas de infra-estrutura e restauração, é certamente incomparável, em escala, às demandas de Brasília, mesmo incluindo a diversidade cultural do Distrito Federal e seu entorno. O êxito da aposta do governo cubano na competência da Oficina do Historiador da Cidade de Havana para fomentar e gerir os recursos financeiros, humanos e técnicos que Havana Velha e seu entorno exigem, bem como os resultados admiráveis alcançados ali (cuja breve descrição foi realizada na segunda parte), devem ser reconhecidos e problematizados. Há, certamente, uma profusão de espaços, atividades e informações patrimoniais que contribui para a circulação turística e a intensificação das trocas em todos os níveis.

Brasília não assistiu, tal como Havana, o “nascimento” de um centro histórico identificado como espaço urbano primitivo. As origens dessas cidades explicam, em parte, a diferença. Brasília foi imaginada por séculos, mas sua operação de construção fez com que surgissem, antes mesmo da inauguração, em 1960, cidades satélites para os candangos que exigiam moradia. Taguatinga, em 1958, e o Núcleo Bandeirante, desde 1957, são as grandes referências nesse sentido, sendo que o Bandeirante (antiga Cidade Livre) rejeitou nas ruas o fim do acampamento de trabalhadores, que seria provisório. O Plano Piloto de Brasília não emergiu como um centro dito histórico porque ele não tem a ancianidade⁴⁴⁴, nem sofreu a decadência tipificada por Fernando Carrión, ao contrário, a centralidade urbana do Plano Piloto e das zonas ao redor da Rodoviária é maior do que nunca. A questão que se impõe ao pensamento sobre o patrimônio em Brasília não é a da apropriação da cidade “antiga” pelas novas práticas e sim a formulação de um projeto e de uma política patrimonial para o Distrito Federal, ainda hoje incipientes.

Curiosamente, Brasília, a cidade moderna por excelência, pretendeu simbolizar a passagem do colonial ao moderno. Tal como expôs Lúcio Costa, no seu Relatório do Plano Piloto de Brasília, a concepção dos eixos cruzados em ângulo reto significa “um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição

⁴⁴⁴ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001, 168-169.

colonial”.⁴⁴⁵ O primeiro traçado dos eixos, cercados apenas pelo cerrado, captado pelas lentes do fotógrafo Fontenelle, em 1957, reproduziria “a chegada do colonizador, o que descobre e povoa”.⁴⁴⁶ Em Cuba, a Havana colonial reproduzia um modelo de cidade, transplantada da Europa, adequado ao poder espanhol, mas que receberá, já no começo do século XX, as primeiras vagas de modernização. Logo, a Grande Havana será o produto de um urbanismo pós-colonial, em moldes modernos. As ruas largas e arborizadas e as grandes vias de ligação rodoviária nos remetem à experiência que será radicalizada, mais tarde, em Brasília.

Atualmente, a ideologia patrimonial parece fazer uma permutação entre os termos, operando agora a transformação do moderno em colonial. Havana Velha passa a representar a arquitetura e o urbanismo colonial também da maneira como o trabalho de restauração e de conservação os reinterpreta. A conversão patrimonial de Brasília, que tem apenas cinquenta anos de fundação, faz pensar, do mesmo modo, na passagem da “cidade moderna” a “cidade histórica”, até porque sua modernidade, experimentada por diferentes gerações, envelhece diante de nossos olhos. Nos dois casos, a intervenção patrimonial contribui para intensificar o sentimento recorrente a quem experimenta flunar nas *calles* ou no eixos: estar em um verdadeiro museu a céu aberto.

Irmanadas pela exuberância de suas capitais, é possível, entretanto, observar alguma convergência entre a política patrimonial que cubanos e brasileiros praticam nelas? A afirmação do valor histórico de suas arquiteturas, monumentos e urbanismos, a qual aos poucos vai se somando a proteção e o registro das expressões imateriais da cultura das cidades, poderá fazer com que as práticas patrimoniais em Brasília e em Havana venham a vislumbrar um regime de parceria. O intercâmbio ou a cooperação entre especialistas, gestores ou ativistas ligados ao patrimônio, daqui e de lá, é uma possibilidade que ainda não está plantada. Brasília muito se beneficiaria da experiência de planejamento, da visão sistêmica, do saber no campo da restauração e da promoção social existente em Havana e, até mesmo, da perspectiva empresarial lá desenvolvida. Havana também obteria ganhos extraordinários com a prestação de consultorias e a transferência de conhecimento,

⁴⁴⁵ COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF, 1991, p.20.

⁴⁴⁶ FREITAS, Grace. **Brasília e o Projeto Construtivo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p.9.

demandadas pela gestão patrimonial em Brasília, e poderia receber em troca os avanços nos campos da arquitetura e da promoção do patrimônio intangível, que a capital brasileira experimenta e oferece.

Penso que a cooperação patrimonial entre os dois países aguarda uma integração econômica e cultural que ainda não ocorreu. Porém, o movimento no cenário das relações internacionais descortina e propicia a aproximação do Brasil e de Cuba. A aprovação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, por trinta e dois países reunidos na Cúpula do México (2010), é uma prova disso. O novo bloco regional tem a participação de Cuba, nação que tem recebido repetidas visitas do presidente do Brasil, Luís Inácio da Silva, ao longo de seus dois mandatos (2003-10). Ao mesmo tempo, as praias paradisíacas de toda ilha, cuja oferta nos chega pelos cadernos de turismo e operadoras de viagens, a imagem romântica e sensual cultivada sobre o povo cubano e, não menos importante, a própria Revolução Cubana têm motivado e influenciado o destino turístico de muitos brasileiros. É claro que o sistema político cubano, alvo de críticas no campo das liberdades individuais e dos direitos humanos, acaba impondo algumas restrições ao diálogo cultural entre as duas repúblicas.

A diferença, na esfera da economia política, entre o capitalismo brasileiro e o comunismo cubano (onde há aberturas ao capital estrangeiro) responde apenas por uma parte da distância que separa os dois países. A própria distância geográfica, bem como as particularidades linguísticas, dentre outros aspectos, parecem contribuir para uma visão de duas sociedades sem pontes para a travessia. Entretanto, a formação étnica dos povos e suas expressões culturais são dimensões que permitem traçar semelhanças e pontos de interseção; e nelas, exatamente, as práticas de patrimônio dão uma contribuição importante no sentido da pesquisa e da promoção. Basta lembrar Darcy Ribeiro, para quem brasileiros e cubanos, de acordo com a tipologia “histórico-cultural”, são povos novos, assim considerados por suas “culturas sincréticas feitas de pedaços tomados dos diferentes patrimônios que melhor se ajustavam às suas condições de vida”.⁴⁴⁷ Vale ressaltar uma

⁴⁴⁷ RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização**: formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1983, p.92. Embora Darcy Ribeiro não faça uso do conceito de transculturação, tem conhecimento dele, posto que o *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azucar* compõe a bibliografia de *As Américas e a Civilização*, além do fato de que a definição de *povos novos* é análoga a de transculturação em Ortiz.

semelhança histórica indiscutível entre as duas sociedades, o legado histórico da empresa açucareira e a presença maciça de africanos escravizados na base da formação étnico-cultural.

Para alguns estudiosos, a experiência da *plantation*, compartilhada no tempo e em suas formas de organização, faz incluir o Brasil em pelo menos uma das múltiplas definições de Caribe. Gatzambide-Géigel, pesquisador que refletiu sobre a invenção, a partir de 1898, desses “*muchos Caribes*”, nomeia uma dessas representações como “Caribe Cultural”, baseando-se na concepção das esferas culturais de Charles Wagley.⁴⁴⁸ Este autor identificava uma esfera cultural que chamou de “Afroamérica”, incluindo aí “o sul dos Estados Unidos, o Caribe insular, Brasil e todos aqueles lugares onde prevaleceu a plantaçoão como organizaçoão socioeconômica”. Enquanto alguns passaram a pensar o Caribe nessa perspectiva, Gatzambide prefere enfatizar seu entendimento do Caribe Cultural como Afroamérica Central: ao sul dos Estados Unidos e ao norte do Brasil, “porém sem incluí-los”.⁴⁴⁹ Os historiadores brasileiros, mais acostumados a olhar o Caribe desde o Brasil, vem revelando, contudo, os “matizes caribenhos” de realidades brasileiras, no passado e no presente.⁴⁵⁰ A perspectiva cultural será enriquecida, como penso, quando integrar o Brasil na compreensão desses *muchos Caribes*. Afinal, o próprio Gatzambide nos alerta para a impossibilidade de uma definição correta de Caribe, sendo necessário o esclarecimento, em cada análise, de que Caribe se está falando e o porquê.

Enquanto a historiografia confirma que elementos históricos e culturais podem ser postos em relação, não é difícil observar, ainda que sem o rigor etnográfico, novas pontes e sintonias entre as duas sociedades. Muitos cubanos e cubanas, assim como tantos brasileiros e brasileiras, notadamente mais jovens, parecem devotados à busca de uma boa aparência

⁴⁴⁸ GAZTAMBIDE-GÉIGEL, Antonio. **Tan lejos de Dios...** Ensayos sobre las relaciones del Caribe con Estados Unidos. San Juan: Ediciones Callejón; La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2006, p.50-56.

⁴⁴⁹ GAZTAMBIDE-GÉIGEL, Antonio. Idem, p.53.

⁴⁵⁰ Refiro-me, especialmente, aos inúmeros diálogos entre o Brasil e o Caribe presentes nos livros e na Revista Brasileira do Caribe, organizados pelo Centro de Estudos do Caribe no Brasil, com a participação de pesquisadores como Jaime de Almeida, Olga Cabrera e Thereza Negrão de Mello, entre outros.

pessoal e, ao contrário do que se poderia imaginar sobre os primeiros, estão bastante interessados em oportunidades de consumo. A demanda represada por mercadorias, obviamente, é grande. Uma rua de lojas só para pedestres, como a *San Rafael*, em Centro Habana, não difere em seu aspecto geral da *Calle Florida*, em Buenos Aires, ou da Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, sempre cheias de pessoas com os olhos percorrendo as vitrines, em busca de ofertas. Como fenômeno cultural de fundo, o dilema ético em Cuba, no sentido das escolhas e reflexões individuais sobre os valores, guarda semelhanças com o que vivenciam os brasileiros, nas últimas décadas. Há certa tendência à naturalização da transgressão à lei, que, no caso cubano, parece estar diretamente associada à impossibilidade de obter aumento da renda que não seja através da atividade informal ou ilegal, posto que os altos salários e o empreendedorismo ficam restritos àqueles que conseguem ingressar nas empresas de economia mista, regadas pelos investimentos estrangeiros. Assim, aqui e ali, nas *calles* havaneiras, tomamos contato com o “jeitinho” cubano de superar as dificuldades financeiras, cotidiano retratado muito bem na literatura de Juan Pedro Gutiérrez.

A sociedade socialista, portanto, se apresenta, às vezes, tão desigual e hierárquica quanto é a brasileira. Ao mesmo tempo, nota-se a disposição dos cubanos para ultrapassar as dificuldades e seguir adiante, representação também comum entre os brasileiros acerca de si mesmos. A crítica social ou política se faz presente no cotidiano dessas sociedades, em Havana, inclusive, as pessoas não parecem dispostas a censurar suas opiniões nas conversas com estrangeiros e têm seus problemas cotidianos, como a carestia, satirizados em espetáculos teatrais e programas humorísticos de televisão. As ruas são o palco onde as emoções e tensões da vida social explodem, dramatizadas pelos havaneiros de forma intensa, publicamente e, ao contrário do que assistimos no Brasil, menos dispostos a produzir violência física.

A despeito de todas as semelhanças e diferenças entre as duas sociedades, há, certamente, um imaginário brasileiro sobre os cubanos e vice-versa. Novelas da Rede Globo de Televisão são acompanhadas com avidez por milhões de cubanos e os estereótipos do melodrama vêm acrescidos de vários clichês sobre os brasileiros: o arrivismo, o erotismo, a alegria. Os clichês contribuem para o notável entusiasmo com que os brasileiros são

recebidos em Cuba, dotando-os de uma aura de exotismo aos olhos cubanos. O comunismo da era Fidel, por sua vez, suscita entre os brasileiros sentimentos ambíguos, que vão da reverência até o preconceito, com uma curiosidade persistente, que o jornalismo e alguns livros alimentam, sem jamais esgotar. Sociedades que permanecem, portanto, imaginando uma a outra e interagindo positivamente em suas oportunidades de encontro, fazendo-me pensar que a difusão e o intercâmbio dos patrimônios de Brasília e de Havana poderá ser um caminho viável e estimulante na história das relações entre os dois países.

*

Em livro de 1997, Cecília Londres Fonseca, analisa a trajetória da política federal de patrimônio brasileira e conclui que, naquele momento, o Estado deveria exercer um papel didático, na difusão do interesse público que está envolvido na preservação de bens culturais, e exemplar, promovendo a participação da sociedade na ação patrimonial e na definição dos bens que melhor lhes representa. Nas práticas brasileiras e cubanas, encontramos cenários bem diferenciados, mas, elas têm em comum a fraca mobilização social, ou seja, a falta de uma opção clara por partilhar as responsabilidades de seleção e preservação dos espaços e bens da cidade.⁴⁵¹ Em Brasília, a administração pública do Distrito Federal tenta controlar as decisões na esfera do patrimônio, isso aconteceu à época da conversão da cidade em patrimônio mundial e se traduz, atualmente, no esvaziamento das possibilidades de atuação da sociedade civil organizada, a começar pela inexistência de canais de comunicação e pela ausência de uma política para setor. Já em Havana, há toda uma política de sensibilização da sociedade para as questões patrimoniais, mas a gestão pública é conduzida por uma entidade organizada em moldes privados, que se apresenta como porta-voz dos interesses da sociedade, sem, entretanto, assegurar a participação dos cidadãos nas decisões sobre os projetos e os impactos deles no espaço urbano.

Considerando os fatos narrados, podemos afirmar que a gestão patrimonial na cidade contemporânea carece de estabelecer canais de comunicação com a sociedade, para ouvir necessidades e legitimar propostas de intervenção, ou seja, ainda há muito que

⁴⁵¹ FONSECA, M. Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997,

avançar na execução de práticas participativas ou mobilizadoras. É claro que, como muito bem observa Fonseca, os direitos das comunidades e populações devem ser conquistados por elas diante dos governos de ocasião e das estruturas burocráticas. Afinal, assim como o espaço urbano, o patrimônio só poderá ser considerado público se as pessoas se apropriarem dele. Nesse sentido, o presente estudo permitiu revelar como se configuraram iniciativas voltadas para a “proteção à cidade”, em Havana e em Brasília, com seus conflitos e arranjos.

Aprendemos que as práticas de patrimônio constituem uma série de operações, em vários planos (político, legal, institucional), que giram em torno da produção de bens patrimoniais. Essas práticas, realizadas por diversos atores (especialistas, autoridades governamentais, burocratas, ativistas) e entidades (públicas, privadas, não-governamentais, movimentos sociais), resultam em intervenções patrimoniais na cidade e na sociedade, interferindo nas lutas pela memória e na reprodução e usos da cultura praticados pelos grupos e coletividades. Foi possível observar modalidades de práticas e diferentes invocações da cultura e da memória, o que confirma a perspectiva histórica sobre as práticas enquanto formas diferenciadas de interpretação da realidade social, nas quais se afirmam posições e embates inerentes à vida social. Assim, o campo do patrimônio, caracterizado nos termos acima, pode ser pensado como espaço de batalhas sociais que buscam definir o que deve ou não se tornar patrimônio, as formas de patrimonialização e a estrutura de gestão. A questão do gerenciamento assume, então, lugar de destaque, em função das relações intensas do patrimônio com a produção do espaço urbano, o capital imobiliário e os negócios turísticos.

Assim, o status dos bens patrimoniais, consagrados ou pretendidos, deve ser relativizado. Argumentei que não há uma natureza patrimonial intrínseca a um documento, um monumento, uma obra de arte, uma expressão cultural ou uma edificação, assim, a questão da atribuição do valor aos bens, que se dá em meio aos contextos de práticas e do processo histórico em cada sociedade, torna-se importante para a reflexão, considerando os apelos elaborados com referência à memória, à cultura, à sensibilidade estética ou à identidade. Vimos, nesse aspecto, como nas cidades é necessário conhecer o processo histórico que resultou na transformação de espaços urbanos em territórios patrimoniais, sob

a proteção (nem sempre efetiva) e a intervenção de certos agentes, e como a patrimonialização da cidade aparece também associada a outros interesses. Diante de tudo isso, penso que não se pode fazer uma história do patrimônio, incluindo aí a análise de um ou outro bem consagrado em qualquer nível (local, nacional, mundial), sem que se desenvolva uma história das práticas de patrimônio. A história dessas práticas será um componente cada vez mais significativo para a compreensão das cidades pela história.

Finalmente, mesmo concordando com Lynn Hunt sobre o fato de que os historiadores não precisam cindir suas narrativas entre funcionamento ou significado, entre interpretação ou desconstrução, gostaria de pontuar que o estudo do funcionamento do patrimônio enquanto prática, ao mesmo tempo em que contribui para a desconstrução das ideologias que naturalizam as escolhas patrimoniais, não implica deixar de assinalar as questões de significado e as interpretações históricas a respeito da emergência do fenômeno patrimonial. Sobre o problema do significado mais geral do patrimônio, não se pretendeu definir uma leitura que seja mais pertinente do que as outras, até porque se trata de um fenômeno histórico e não se deve perder de vista que cada época e cada sociedade oferecem sentidos particulares à mania de patrimonializar.

Não obstante, uma das constatações desta pesquisa é de que tanto a explosão discursiva quanto a multiplicação de práticas de patrimônio se tornaram mais frequentes a partir das duas últimas décadas do século XX. O fato repercute a própria ascensão da categoria patrimônio na língua e no discurso, cuja significação nos remete à trajetória do monumento, no Ocidente, com sua função de representação do passado, e à difusão da memória e da cultura como categorias do pensamento e da experiência cotidiana. Não se pode ignorar, então, que falar de patrimônio é ter em conta a construção da memória e do esquecimento e também a representação de modos de vida, como culturalmente diferenciados, ou de ideologias e valores cultivados pelos grupos sociais.

Não há dúvida que, quando adentramos um espaço da cidade conservado como patrimônio – uma superquadra residencial de Brasília ou uma praça de Havana Velha, por exemplo –, podemos experimentar, intencionalmente ou não, a evocação de memórias, de significados culturais e de percepções estéticas autorizadas pela existência daquele espaço ou de um ou outro bem patrimonial. Experiência que pode ser ativada por um documento,

uma obra de arte, pela arquitetura, por uma paisagem urbana ou natural, ou seja, quando nos relacionamos com tudo aquilo que as sociedades legaram ao presente. Por meio do patrimônio as cidades, em particular, narram sua história e afirmam suas singularidades, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado e que, por essa mesma razão, assiste a revalorização das diferenças. É possível que François Hartog esteja certo quando nos diz que o patrimônio revela a relação que nós escolhemos ter com o tempo, numa perspectiva presentista, ansiosos que estamos pela dissipação do passado e pela descrença no futuro. Seja como for, é preciso ficar atentos ao que está sendo feito em nome do patrimônio e avaliar as possibilidades abertas por suas práticas, tendo em vista que os espaços de patrimônio descortinam oportunidades de comunicação e de trocas, onde se podem reconhecer e articular, de maneira original, diversas temporalidades, diferenças culturais, pertencimentos e memórias.

Referências

- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ANSA, Agência. Turismo em Cuba cresce apesar da crise financeira mundial. Ansalatina.com.br. Portal Latino-americano da Agência Ansa. Itália, out. 2008.
- BARBOSA, Waldemar. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. (três volumes)
- BARBOSA, Ycarim. **O Despertar do Turismo**: um olhar crítico sobre os não-lugares. São Paulo, Aleph, 2001.
- BARROS, José. História Comparada – Um Novo Modo de Ver e Fazer a História. In: **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, p.1-30, 2007. (Programa de Pós-Graduação em História Comparada, IFCS/UFRJ)
- BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo: Difel, 1959.
- BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva: 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BEHR, Nicolas. **Braxília Revisitada**. Brasília: LGE, 2004.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BERND, Zilá. O Elogio da Crioulidade: o conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: ABDALA JR., B.(org.). **Margens da Cultura**: mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BERTRAN, Paulo e FAQUINI, Rui. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade**. Brasília: Verano: São Paulo: Takano, 2002.
- BERTRAN, Paulo e FLEURY, Graça. **Memorial das Idades do Brasil**. Brasília: Verano, 2004.
- BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem do Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994.
- _____. Primórdios da Região. In: FONSECA, Fernando (org.). **Águas Emendadas**. Brasília: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo do Distrito Federal, 2008.
- BICCA, Briane & KOHLSDORF, Maria. A Memória de Brasília. In: GRUPO DE TRABALHO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos**. Brasília: Governo do Distrito Federal: Universidade de Brasília: Ministério da Cultura, 1985.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOTTON, Alain. **A Arquitetura da Felicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano Piloto 50 anos**: cartilha de preservação de Brasília. Brasília: IPHAN/15ª Superintendência Regional, 2007.

BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A Invenção do Patrimônio**: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN/Dept. de Promoção, 1995.

BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de trabalho Patrimônio Imaterial**. 2ªed. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 2003.

BRITO, Eleonora. Vozes Inquietas. Lugares de representação e práticas identitárias de jovens bacharéis cubanos no século XIX. In: ALMEIDA, Jaime et all (orgs.). **Cenários Caribenhos**. Brasília: Paralelo 15, 2003.

_____. O Haiti era Lá, Aqui e Acolá. Os Discursos sobre a Escravidão no Século XIX. In: ALMEIDA, Jaime e CABRERA, Olga (orgs.). **Caribe: sintonias e dissonâncias**. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004.

BORNHEIM, Gerd. O Conceito de Tradição. In: **Tradição Contradição**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: FUNARTE, 1997.

CABRERA, Isabel. A Economia Familiar e a Mulher em Cuba no final do século XX. In: ALMEIDA, Jaime et all (orgs.). **Cenários Caribenhos**. Brasília: Paralelo 15, 2003.

CALVINO, Ítalo. **Se Um Viajante numa Noite de Inverno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARBONARI, María. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la História Regional. **História Unisinos**. Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2009.

CARLOS, Ana. **A Cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CARPENTIER, Alejo. **La Ciudad de las Columnas**. La Habana: Letras Cubanas, 1982.

CARRIÓN, F. Gestión o gobierno de los Centros Históricos. In: RESINES, I. (org.) **Manejo y Gestión de Centros Históricos**: conferencias de los encuentros internacionales II y III, La Habana Vieja, 2003 y 2004. La Habana: Boloña, 2005, p. 60-76.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luis. **Literatura Oral no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1978.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.181.

CASTRO, Mário. A Cidade de Planaltina. In: FONSECA, Fernando (org.). **Águas Emendadas**. Brasília: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo do Distrito Federal, 2008.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Michel. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Michel; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CEVASCO, Maria. Prefácio. In: WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CONDURU, Roberto. Zumbi reinventado. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 20, p.62-67, 2007.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA – CIAM. Carta de Atenas (seções 65 a 70) In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CORDEIRO, Luiz e SIQUEIRA, Tânia. Apresentação. In. **Brasília 57-85**: do plano piloto ao Plano Piloto. Brasília: Terracap, 1985.

COSTA, Maria e LIMA, Adeildo. **Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto**. Brasília, Terracap, 1985.

COSTA, Lúcio. Brasília Revistada 1985/87. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano Piloto 50 anos**: cartilha de preservação de Brasília. Brasília: IPHAN/15ª Superintendência Regional, 2007.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF, 1991.

CRULS, Luiz. **Relatório Cruls**: relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DAMIANI, Amélia. A Geografia e a Produção do Espaço na Metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, Ana Fani (org.). **Urbanização e Mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre dos Gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004.

DOSSE, François. O Espaço Habitado segundo Michel de Certeau. **Revista ArtCultura**, Uberlândia, p.82-92, 2004.

DROYSEN, J. Apud RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

DURÁN, Ramón. **Um planeta de metrópolis (em crisis)**: explosión urbana y del transporte motorizado, gracias al petróleo. Málaga: Zambra: Valência: Baladre: Madrid: CGT: Ecologistas en Acción, s/d.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Las Ilusiones de la Modernidad**. Mexico: Universidad Autónoma de México: El Equilibrista, 1995.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. (Volume I: uma história dos costumes).

ERIKSEN, Thomas. Between Universalism and Relativism: critique of the UNESCO concept of culture. In: COWAN, Jane; DEMBOUR, Marie-Bénédicte e WILSON, Richard. **Culture and Rights**: anthropological perspectives. Cambridge: Cambridge University, 2001.

ESCOSTEGUY, Jorge. **Cuba Hoje**: 20 anos de revolução. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP: FDE, 1999.

FICHER, Sylvia. Oscar Niemeyer e Brasília: criador versus criatura. **Revista MDC**, jan., 2009.

FLORISSI, Stefano & VALIATI, Leandro (orgs.). **Economia da Cultura**: bem-estar econômico e evolução cultural. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

FONSECA, M. Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. 2ªed. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 2003.

_____. Para Além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 147, out-dez, 2001.

FONSECA, Vilma. Encuentro de la Cultura Cubana: intelectuais dissidentes e revistas culturais. In: **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, n. 13, jun-dez., 2006.

FONTELES, Bené. Arcaico Contemporâneo. In: NETTO, Karla. Catálogo da mostra Tombo de Glenio Lima. Brasília: ARP, 2009. (Coleção Espaço 21)

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **A Ordem do Discurso**. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

FREITAS, Grace. **Brasília e o Projeto Construtivo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GARCIA, Alejandro. Cuba: Realidad Social y Proyección Creadora de una Cultura Insular. In: **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, n. 13, jun-dez., 2006.

GARCÍA-CARRANZA, A. Emilio Roig de Leuchsenring. Trayectoria vital (1889-1964). La Jiribilla Revista de Cultura Cubana, Havana, ago. 2008. Disponível em: http://www.lajiribilla.cu/2008/n381_08/381_14.html .

GASTAL, Alfredo. Entendendo o Plano Piloto de Brasília – de 1957 a 2007. In: BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação de Brasília**. Brasília: IPHAN/15ª Superintendência Regional, 2007.

GAZTAMBIDE-GÉIGEL, Antonio. **Tan lejos de Dios...** Ensayos sobre las relaciones del Caribe con Estados Unidos. San Juan: Ediciones Callejón; La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2006.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOITIA, Fernando. **Breve Historia del Urbanismo**. Madrid: Alianza, 1998.

GONÇALVES, José. **A Retórica da Perda: discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2002.

GORELIK, Adrián. **Das Vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

GOROVITZ, Matheus. A Invenção da Superquadra: sobre o conceito de Área de Vizinhança em Brasília. In: FERREIRA, Marcílio & GOROVITZ, Matheus. **A Invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília**. Brasília: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Edital do Concurso do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. In: **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991.

GROGG, Patrícia. Economía-Cuba: a volta do turismo. IPS Inter Press Service, Roma, mar. 2009.

Disponível em: <http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=4615>.

GRUPO DE TRABALHO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE BRASÍLIA – GT-BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos**. Brasília: Governo do Distrito Federal: Universidade de Brasília: Ministério da Cultura, 1985.

_____. Considerações do GT-Brasília sobre o documento Brasília Revisitada, s/d.

_____. Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA, Osvaldo. **Brasília, Patrimônio da Humanidade**: um relatório. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano (UCAM-MAM/RJ), 2000.

BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano Piloto 50 anos**: cartilha de preservação de Brasília. Brasília: IPHAN/15ª Superintendência Regional, 2007.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KOHLSDORF, Maria. A Preservação dos Espaços Urbanos: marco teórico para o caso de Brasília. In: GRUPO DE TRABALHO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos**. Brasília: Governo do Distrito Federal: Universidade de Brasília: Ministério da Cultura, 1985.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por Que Construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

KRAMER, Lloyd. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LANARI BO, João. **Proteção do Patrimônio na UNESCO**: ações e significados. Brasília: Unesco, 2003.

LARAIA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LE RIVEREND, Julio. **La Habana**: biografia de una provincia. La Habana: Academia de la Historia de Cuba, 1960.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **De lo Rural a lo Urbano**. Barcelona: Península, 1978.

_____. **O Direto à Cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEONARDI, Victor. **Entre Árvores e Esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15: Editora UnB, 1996.

LIMA, Jorge e SILVA, Euzébio. Hidrografia. In: FONSECA, Fernando (org.). **Águas Emendadas**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo do Distrito Federal, 2008.

LORDEAU, Antoine. A Pertinência de uma Abordagem Tecnológica para o Estudo do Povoamento Pré-histórico do Planalto Central do Brasil. **Revista Habitus**, Goiânia, v.4, n.2, p.685-710, jul./dez.2006.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho: Nova Fronteira, 1997.

MAFFESOLI, Michel. **Notas sobre a Pós-modernidade**: o lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARQUES, Mara. *A Escala Monumental do Plano Piloto de Brasília*. 2007. 305 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Rickley. A Condición Mariel. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 8, n. 16, p. 473-506, 2008.

MARTÍ, José, **Ismaelillo, Versos Libres, Versos Sencillos**. 11ª ed. Madrid: Cátedra, 2003.

MATA-MACHADO, Bernardo. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1630-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antopologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELATTI, Júlio. **Ritos de uma Tribo Timbira**. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção ensaios; 53).

MELO, José. Lembrança de um amigo. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho: Nova Fronteira, 1997.

_____. Cronologia. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho: Nova Fronteira, 1997.

MENÉNDEZ, Madeline. **La Casa Habanera**: tipología de la arquitectura doméstica en el centro histórico. La Habana: Boloña, 2007.

MENESES, José. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano. Os Paradoxos da Memória. In: MIRANDA, Danilo (org.). **Memória e Cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: SESC/SP, 2007.

MENOCAL, Juan Luís. El Autor. In: PEREDA, Francisco Bedoya. **La Habana Desaparecida**. La Habana: Boloña, 2008.

MOREIRA, Vânia. **Brasília: a construção da nacionalidade**: um meio para muitos fins (1956-1961). Vitória: EDUFES, 1998.

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NEGRÃO DE MELLO, M. Thereza e KUYUMJIAN, Márcia (orgs.). **Os Espaços da História Cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

NEGRÃO DE MELLO, M. Thereza. **Entorno que Transborda**: patrimônio imaterial da RIDE. Brasília: Petrobras, 2006.

_____. Nas Terras do Sol: Brasil e Cuba nas representações de Glauber Rocha. In: ALMEIDA, Jaime e CABRERA, Olga (orgs.). **Caribe**: sintonias e dissonâncias. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004.

_____. Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes em espaços discursivos brasileiros. In: ALMEIDA, Jaime et all (org.). **Cenários Caribenhos**. Brasília: Paralelo 15, 2003.

_____. *O espetáculo dos moradores do símbolo*: a mobilização por Diretas-Já da perspectiva de Brasília. 1987. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

NEIVA, Ivany. Missão Cruls e Comissão Poli Coelho. In: FONSECA, Fernando (org.). **Águas Emendadas**. Brasília: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo do Distrito Federal, 2008.

NEVEU, Érik e MATTELART, Armand. **Introducción a los estudios culturales**. Barcelona: Paidós, 2004.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, José. **Patrimônios Subterrâneos em Brasília**. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINA DEL HISTORIADOR DE LA CIUDAD DE LA HABANA - OHCH. **Plan de Desarrollo Integral**. La Habana: OHCH, s/d.

OLIVEIRA, Márcio. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005. (Biblioteca Brasília)

OLIVEN, Ruben. **A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azucar** (Advertencia de sus contrastes agrários, econômicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación). La Habana: Consejo Nacional de Cultura, 1963.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAMPHILE, Ronald. Transporte e Urbanização: avaliando os pressupostos do modernismo-rodoviarista e as perspectivas para os dias de hoje. In: LIMA, Evelyn e MALEQUE, Miria (orgs.). **Espaço e Cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

PAVIANI, Aldo. **Brasília, a MetrÓpole em Crise: ensaios sobre urbanização**. Brasília: UnB, 1989.

_____. (org.). **Brasília, Ideologia e realidade**. Espaço Urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

PEDROSA, Mário. A cidade nova, síntese das artes. In: AMARAL, Aracy (Org.) **Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. Brasília, a cidade nova. In: AMARAL, Aracy (Org.) **Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. Introdução à Arquitetura Brasileira - I. In: AMARAL, Aracy (org.) **Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. Lições do Congresso Internacional de Críticos. In: AMARAL, Aracy (org.) **Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

PEIXOTO, Nelson & ROUANET, Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? **Revista USP**, São Paulo, n. 15, p. 49-75, 1992.

PERALVA, Osvaldo. **Brasília, Patrimônio da Humanidade**: um relatório. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

PEREDA, Francisco Bedoya. **La Habana Desaparecida**. La Habana: Boloña, 2008.

PERICÁS, Luiz. Condecorando Che. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 33, p.66-67, jun., 2008.

PONTUAL, Roberto. **Entre Dois Séculos**: arte brasileira do século XX na coleção Gilberto Chateaubriand. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1987.

PUGLIESE, Vera. Arte e Patrimônio: material didático para professores. In: ECCO Educativo, Volume 19. Brasília: Arte 21, 2009.

RAMOS, Karina. *A Preservação de Brasília: reflexos da formação do Conceito de Patrimônio Cultural*. 2005. 182 f. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

REIS, José. **História e Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVISTA BOHEMIA. Giro Capital. **Bohemia**. La Habana, n.8 (año 101), p.28-35, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização**: formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Sandra. **Brasília**: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.

RIGOL, Sergi. Gentrification: conceito e método. In: CARLOS, Ana e CARRERAS, C. (orgs.) **Urbanização e Mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

RIoux, Jean-Pierre. Pode-se Fazer uma História do Presente? In: CHAUVEAU, Agnès. **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

SÁ, Antônio Araújo. *Filigranas da Memória: história e memória nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997)*. 2006. 344 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

_____. A História do Tempo Presente como Tempo da Memória. In: **Revista Semina** (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo), Passo Fundo, vol. 4, n. 1, 2006.

SAHLINS, Marshall. **História e Cultura: apologias a Tucídides**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SÁNCHEZ, Yoani. **De Cuba, com carinho**. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCARPACI, Joseph; SEGRE, Roberto; COYULA, Mario. **Havana: two faces of the Antillean metropolis**. Chapel Hill: London: University of North Carolina, 2002.

SEGRE, Roberto. Havana: o resgate social da memória. In: CUNHA, Maria (org.). **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. 3ª ed. Brasília: Linha Gráfica, 1997.

SILVA, Fernando. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Peirópolis: EDUSP, 2003.

SILVEIRA, Alex e NEGRÃO DE MELLO, M. Thereza. **Patrimônio Imaterial da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno: catálogo de expressões culturais**. Brasília: Petrobras, 2005.

SILVEIRA, Alex. Travessias no Patrimônio Imaterial de Buritis. In: NEGRÃO DE MELLO, M. Thereza. **Entorno que Transborda: patrimônio imaterial da RIDE**. Brasília: Petrobras, 2006.

_____. Brasil e Cuba: diálogos e sintonias na construção do patrimônio cultural. Simpósio Nacional de História; Associação Nacional de História – ANPUH. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

_____. Da Massa à Cultura: notas para uma sociologia da comunicação. **Estudos de Sociologia** (Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE), Recife, v. 11, n. 1,2, p.49-68, 2005.

SIMÃO, Maria. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SPENGLER, Eusebio. **Fundada Esperanza**. La Habana: Boloña, 2003.

_____. La cultura, única certeza para un proyecto sostenible. In: RESINES, I. (org.) **Manejo y Gestión de Centros Históricos**: conferencias de los encuentros internacionales II y III, La Habana Vieja, 2003 y 2004. La Habana: Boloña, 2005.

TABOADA, Daniel. La Habana que siempre existió. Entrevista concedida a Argel Calcines. **Opus Habana**. La Habana, v. V, n. 2, p. 18-27, 2001.

UNESCO LA HABANA (OFICINA REGIONAL DE CULTUR PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE) e OFICINA DEL HISTORIADOR DE LA CIUDAD DE LA HABANA. **Una Experiencia Singular**: valoraciones sobre el modelo de gestión integral de La Habana Vieja, patrimonio de la humanidad. La Habana: UNESCO: Editorial Boloña, 2006.

VELOSO, Mariza. Intrépido Rodrigo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 26, 2007.

VESENTINI, José. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4ªed. Brasília: UnB, 1982.

VIANNA, Márcio. Conjuntos Representativos da Época da Construção de Brasília. In: GRUPO DE TRABALHO PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE BRASÍLIA – GT-BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos**. Brasília: Governo do Distrito Federal: Universidade de Brasília: Ministério da Cultura, 1985.

VIGGIANO, Alan. **José Aparecido**: inventor de utopias. Brasília: André Quicé, 1999.

VILLAÇA, Mariana. *O Instituto Cubano del Arte y Industria Cinematográficos (ICAIC) e a Política Cultural de Cuba (1959-1991)*. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ZUBIETA, Ana (org.). **Cultura Popular y Cultura de Masas**: conceptos, recorridos y polémicas. Buenos Aires: Paidós, 2000.

Fontes Citadas

1. Impressas

1.1 Brasil

- Informativo SPHAN 22, jan/fev de 1983. Documento disponível no Arquivo Central do IPHAN, Caixa 0092, Pt. 0003, E1-3.
- Carta de Lúcio Costa a José Aparecido, de 04/10/1987. Documento disponível no Arquivo Central do IPHAN, Caixa 0093, Pt. 0001, E1-3.
- Carta de Briane Bicca a José Aparecido, de 29/09/1987. Documento disponível no Arquivo da 15ª Superintendência Regional do IPHAN, na Caixa “Dossiê Brasília”.
- Dossiê Conjunto representativo do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano de Brasília. Documento disponível no Arquivo Central do IPHAN, Caixa Dossiê Brasília Patrimônio da Humanidade, Mod. 84/Prat. 4.
- Aparecido anuncia seus planos de governo. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 mai. 1985. Caderno Cidade, p. 40.
- Comissão aprova e os empresários vetam Aparecido. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 mai. 1985. Caderno Cidade, p. 19.
- **O Dia**, dez. 1988 (fac-símile, clipping do SPHAN).
- O Zé de Todos Nós (por Tarcísio de Holanda). **Correio Braziliense**, Brasília, 05 mai. 1985.
- Novo Plano é aprovado. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 fev. 1987. Caderno Cidades, p.21.
- Especulação Já Preocupa. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 fev. 1987.
- Praça pode ser tombada. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 fev.1987.
- Relatório de Augusto da Silva Telles. Disponível no Arquivo Central do IPHAN. Cx. 0093, Pt.0003, E1
- Depoimento de Yeda Barbosa para o Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória (NECOIM/CEAM/UnB).
- Imóveis em antigas invasões são oferecidos a valores que ultrapassam os de áreas nobres do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 03 nov. 2009.
- Carta de Lúcio Costa a João Goulart, de 20/12/1961. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Rio de Janeiro). Arquivo Hermes Lima.
- Artigo de Sylvia Ficher. Oscar Niemeyer e Brasília: criador versus criatura. **Revista MDC**, jan. 2009.
- Niemeyer apresenta a Arruda projetos de novas praças na Esplanada. **Correio Braziliense**, 10 jan. 2009.
- Novo Questionamento. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jan. 2009. Caderno Cidades, p.26.
- Ata da 138ª do Conselho Consultivo da extinta Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1990).
- Projeto de praça de Niemeyer para Brasília é ilegal, diz Iphan. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2009. Caderno Cotidiano, p.C1.

- Artigo de João Filgueiras Lima, “Mais uma obra-prima”. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jan. 2009. Caderno Cidades, p.26.
- Artigo de Gustavo Lins Ribeiro, “Cavalos de Troia”. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jan. 2009. Caderno Cidades, p.22.
- Companheiro de trabalho vai contra a obra. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jan. 2009. Caderno Cidades, p.22.
- Niemeyer assume a defesa do seu projeto. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jan. 2009. Caderno Cidades, p.22.
- Artigo de Alex Silveira, “O patrimônio de Brasília: soberania ou democracia?”. Portal da Universidade de Brasília, em 03/02/2009.
- GRUPO DE TRABALHO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE BRASÍLIA. Considerações do GT-Brasília sobre o documento Brasília Revisitada, s/d, p.6.
- Niemeyer abre mão da polêmica praça. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 fev. 2009. Caderno Cidades, p.23.
- Niemeyer modifica projeto que prevê construção de prédios na região central de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 mai. 2009.
- Catálogo da mostra Tombo de Glenio Lima. Brasília: ARP, 2009. (Coleção Espaço 21)
- ECCO Educativo, Volume 19. Brasília, Arte 21, 2009.
- Polêmica Monumental. **Hoje em Dia**, Distrito Federal, 1 a 7 fev. 2009. Caderno Brasília.

1.2 Cuba

- Discursos de Oscar Fernández Mell - *Aniversario de La Ciudad de La Habana, 1979 a 1982*. Arquivo Histórico da Oficina do Historiador da Cidade (OHCH), Museu da Cidade (Havana/Cuba).
- Actas de la Asamblea Provincial del Poder Popular [Comite Ejecutivo, Ciudad de La Habana] do ano de 1982. Arquivo Histórico da Oficina do Historiador da Cidade (OHCH), Museu da Cidade (Havana/Cuba).
- Plan del Desarrollo Integral. Oficina del Historiador da Ciudad de La Habana (OHCH).
- Hoteles Habaguanex: la Habana Vieja. Impreso publicitaário da HABAGUANEX S.A.
- Habaguanex: compañía turística. Impreso publicitaário da HABAGUANEX S.A.
- Revista Bohemia. 10 de abril de 2009. Año 101, n.8.
- La Recuperación de los Centros Históricos y su Desarrollo Integral. In: *Ideass Cuba: Innovaciones para el Desarrollo y la Cooperación Sur-Sur*. OIT/Universitas, PNUD/APPI e Programas PNUD/IFAD/UNOPS, s/d.

2. Orais

- Entrevista com Rosa e Lázara (pseudônimos) realizada em albergue de Havana Velha, em abril de 2009.
- Entrevista com Grisel Quintero, responsável pela Biblioteca Histórica Cubana y Americana Francisco González del Valle, mantida pela Oficina do Historiador da Cidade de Havana, em abril de 2009.

- Entrevista com João Gomes (João do Violão) da Associação Comunitária do Paranoá (Brasília-DF), em fevereiro de 2009.

3. Fontes iconográficas

- Mapas Antiguos de La Habana. Ediciones Geo, 2002.
- Cuba: mapa turístico. Ediciones Geo, 2007.
- Mapa de La Habana Vieja. Ediciones Geo, 2002.
- Mapa Ambiental do Distrito Federal. Governo do Distrito Federal, 2006.

4. Fontes digitais

- Consejo Nacional de Patrimonio Cultural (www.cnpc.cult.cu)
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (www.iphan.gov.br)
- Portal Oficial de la Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana (www.habananuestra.cu)
- Dirección de Cooperación Internacional (www.cooperhabana.cu)
- Habana Patrimonial (www.ohch.cu)
- Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museología (www.cencrem.co.cu)
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (www.unesco.org)
- Oficina Regional de Cultura para América Latina y el Caribe (www.unesco.org.cu)
- Revista Vox Poetica (www.vox-poetica.org/entretiens/hartog.html)
- Portal Vitruvius, ano 8, vol.9, abr. 2008 [artigo de Aldo Paviani, Brasília, 48 anos: capital da esperança?] (www.vitruvius.com.br)